



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL
GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA**

**CONFLITOS HÍDRICOS NAS BACIAS HIDROGRAFICAS
DO RIO MOSQUITO E DO RIO PARACATU**

Deborah Cristine Soares de Oliveira

Belo Horizonte

2023

Deborah Cristine Soares de Oliveira

**CONFLITOS HÍDRICOS NAS BACIAS HIDROGRAFICAS
DO RIO MOSQUITO E DO RIO PARACATU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Ambiental e Sanitarista.

Orientador: Prof. DSc. Frederico Keizo Odan

Belo Horizonte

2023

ATA Nº 9 / 2023 - DCTA (11.55.03)

Nº do Protocolo: 23062.060018/2023-36

Belo Horizonte-MG, 06 de dezembro de 2023.

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TCC

DEBORAH CRISTINE SOARES DE OLIVEIRA

CONFLITOS HÍDRICOS NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO RIO MOSQUITO E DO RIO PARACATU

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Engenheiro Ambiental e Sanitarista.

Aprovado em 04 de dezembro de 2023

Banca examinadora:

Nome completo do Presidente da Banca Examinadora
Prof. DSc. Frederico Keizo Odan - CEFET-MG - Orientador

Nome completo da 1ª Examinadora
Profa. DSc. Lilia Maria de Oliveira - CEFET-MG

Nome completo da 2ª Examinadora
Profa. DSc. Luciana Peixoto Amaral - CEFET-MG

(Assinado digitalmente em 10/12/2023 15:18)
FREDERICO KEIZO ODAN
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DCTA (11.55.03)
Matrícula: 2092847

(Assinado digitalmente em 07/12/2023 15:19)
LUCIANA PEIXOTO AMARAL
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DCTA (11.55.03)
Matrícula: 1808233

(Assinado digitalmente em 06/12/2023 16:09)
LILIA MARIA DE OLIVEIRA
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO
DCTA (11.55.03)
Matrícula: 1815815

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Deus por ter me dado sabedoria e discernimento para conduzir este trabalho e por ter me iluminado em todos os momentos de dúvidas e incertezas.

Agradeço meus pais, Irlei e Piedade, que sempre estiveram ao meu lado em todas as etapas desse processo. O amor incondicional, apoio e incentivo de vocês foram essenciais para que eu pudesse superar os desafios e chegar até aqui.

Gostaria também deixar os meus agradecimentos ao meu orientador, Prof.º Fred por sua paciência e incentivo durante a realização deste trabalho. Agradeço também a todos os professores do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária do CEFET-MG que ao longo da minha formação acadêmica, me ajudaram a construir uma visão crítica e reflexiva sobre o mundo e a ciência.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os meus colegas de curso que contribuíram direta ou indiretamente para este trabalho e que compartilharam comigo essa jornada acadêmica. Agradeço por todas as palavras de incentivo, conversas e escutas. Todos vocês foram fundamentais nessa trajetória.

RESUMO

OLIVEIRA, Deborah Cristine Soares de. **Conflitos hídricos nas bacias hidrográficas do Rio Mosquito e do Rio Paracatu**. 2023. 131 págs. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária) – Departamento de Ciência e Tecnologia Ambiental, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

A desigual distribuição hídrica, combinada com o aumento das demandas pelo uso da água e a degradação crescente das bacias hidrográficas, têm intensificado a ocorrência de escassez hídrica, e conseqüentemente, a geração de conflitos pelo uso da água. Tais conflitos surgem quando os recursos hídricos disponíveis não são suficientes para atender as demandas, tanto em qualidade como em quantidade. Em Minas Gerais, os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos juntamente com os comitês de bacia hidrográfica têm por função minimizar os surgimentos desses conflitos utilizando-se de instrumentos de gestão, de negociação e de promoção dos usos múltiplos da água. Assim, o objetivo principal desse estudo foi realizar o levantamento dos possíveis fatores que têm contribuído para o surgimento de conflitos hídricos nas bacias hidrográficas estaduais através do estudo de caso nas bacias do Rio Mosquito e do Rio Paracatu. A pesquisa envolveu a identificação das áreas de conflito das bacias através das Declarações de Áreas de Conflitos (DAC) emitidas pelo Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM), caracterização das bacias através das informações disponibilizadas pelos Planos Diretores de Recursos hídricos (PDRH) das respectivas bacias e o levantamento do panorama geral da qualidade, disponibilidade e as principais finalidades de usos, analisando as outorgas concedidas nos últimos anos. Por fim, foram levantadas algumas das ações realizadas pelos comitês de bacias, que tiveram como finalidade fornecer soluções e promover debates para minimização dos conflitos existentes. O levantamento dos resultados mostrou que as prováveis causas dos conflitos ocorridos em ambas as bacias têm origens diferentes. Na bacia hidrográfica do Rio Paracatu, o aumento das atividades de agricultura irrigável, associado a fatores como aumento do período de seca, têm gerado uma pressão na disponibilidade hídrica da bacia. Por outro lado, na bacia do Rio Mosquito, a escassez hídrica proporcionada pelas condições climáticas naturais é agravada por eventos climáticos extremos ocasionados pelo aumento do período da estação seca na região, reduzindo a disponibilidade hídrica na bacia e inviabilizando o atendimento das demandas.

Palavras-Chave: Áreas de Conflito Hídrico. Comitê de Bacia Hidrográfica. Gestão dos Recursos Hídricos.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Deborah Cristine Soares de. **Water Conflicts in the water basin of the Mosquito River and Paracatu River.** 2023. 131 págs. Undergraduate thesis (Environmental and Sanitary Engineering) – Department of Environmental Science and Technology, Federal Center of Technological Education of Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

The uneven water distribution, combined with increased demands for water use and the increasing degradation of river basins, have increased the occurrence of water scarcity and, consequently, led to conflicts over water use. Such conflicts arise when available water resources do not meet their demands, both in quality and quantity. In Minas Gerais, the entities responsible for managing water resources, along with the hydrographic basin committees, aim to minimize the emergence of these conflicts by using management instruments, negotiation, and promotion of multiple uses of water. Thus, the main objective of this study was to survey the possible factors contributing to the emergence of water conflicts in state river basins through a case study in the Mosquito River and Paracatu River basins. The research involved the identification of conflict areas in the basins through the Declarations of Conflict Areas (DAC) issued by Minas Gerais Institute of Water Management (IGAM), characterization of the basins through the information made available by the Water Resources Master Plans (PDRH) of the respective basins and the survey of the general panorama quality, availability, and the main purposes of use, analyzing the water rights granted in recent years. Finally, some of the actions carried out by the basin committees were highlighted, with the purpose to provide solutions and promote debates to minimize existing conflicts. The results survey showed that the probable causes of the conflicts occurring in both basins have different origins. In the Paracatu River basin, the increase in irrigated agricultural activities, associated with factors such as extended dry season, has generated pressure on water availability in the basin. On the other hand, the Mosquito River basin, water scarcity caused by natural climatic conditions is aggravated by extreme weather events, resulting in extended dry season in the region and reducing water availability in the basin, making it impossible to meet demands.

Keywords: Water Conflict Areas, Basin Committees, Water Resources Management.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. OBJETIVOS | 15 |
| 2.1 Objetivo Geral | 15 |
| 2.2 Objetivos Específicos | 15 |
| 3. REVISÃO BIBLIOGRAFICA | 16 |
| 3.1 Histórico e Evolução da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil | 16 |
| 3.2 Legislação acerca da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil | 19 |
| 3.2.1 <i>Política Nacional de Recursos Hídricos</i> | 19 |
| 3.2.2 <i>Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais</i> | 22 |
| 3.2.3 <i>Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos em Minas Gerais</i> | 24 |
| 3.3 Formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil | 26 |
| 3.3.1 <i>Principais desafios enfrentados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica</i> | 29 |
| 3.4 Principais causas dos conflitos hídricos no Brasil | 29 |
| 3.4.1 <i>Declaração de área de Conflito Hídrico em Minas Gerais</i> | 33 |
| 4. METODOLOGIA | 37 |
| 4.1 Descrição das etapas da Pesquisa | 38 |
| 4.1.1 <i>Identificação das áreas de Conflito hídrico</i> | 38 |
| 4.1.2 <i>Caracterização das Bacias Hidrográficas em estudo</i> | 38 |
| 4.1.3 <i>Avaliação dos fatores que favorecem o surgimento de conflitos hídricos nas bacias hidrográficas em estudo</i> | 39 |
| 4.1.4 <i>Ações e desafios dos comitês para minimização dos conflitos hídricos</i> | 39 |
| 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES | 40 |
| 5.1 Caracterização das Áreas de Estudo | 40 |
| 5.1.1 <i>A Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu (SF7)</i> | 40 |
| 5.1.2 <i>A Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais Afluentes do Rio Pardo (PAI)</i> | 42 |
| 5.2 Principais características ambientais, socioeconômicas, usos e demandas dos recursos hídricos das bacias hidrográficas | 44 |
| 5.2.1 <i>Caracterização da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu (SF7)</i> | 44 |
| 5.2.2 <i>Caracterização da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais afluentes do Rio Pardo (PAI)</i> | 47 |
| 5.3 Avaliação dos fatores que favorecem o surgimento de conflitos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paracatu e do rio Mosquito | 51 |
| 5.3.1 <i>Panorama da qualidade das águas nas CHs do Rio Paracatu e do Rio Mosquito</i> | 53 |

Continuação

| | |
|---|-----|
| 5.3.2 <i>Panorama da disponibilidade hídrica das bacias do Rio Paracatu</i> | 60 |
| 5.3.3 <i>Panorama dos Usos das águas</i> | 67 |
| 5.4 Ações e desafios enfrentados pelos comitês do rio Mosquito e do Paracatu para minimização dos conflitos hídricos | 73 |
| 5.4.1 <i>Apresentação dos Comitês</i> | 73 |
| 5.4.2 <i>Ações e desafios enfrentados pelos comitês na gestão e mediação dos conflitos hídricos das bacias</i> | 74 |
| 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 78 |
| 7. RECOMENDAÇÕES | 79 |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 80 |
| ANEXO A | 87 |
| ANEXO B | 121 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 3-1. Desenho esquemático dos Instrumentos de Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos..... | 20 |
| Figura 3-2- Esquema da composição do SINGREH. | 21 |
| Figura 3-3- Evolução das Declarações de Conflito Hídricos no Brasil durante os anos de 2010 a 2019 | 32 |
| Figura 3-4 - Áreas de Conflito declaradas pelo IGAM até 2020..... | 34 |
| Figura 3-5 - Fluxograma do processo de regularização dos usos de recursos hídricos em Minas Gerais..... | 36 |
| Figura 4-1 - Fluxograma metodológico da pesquisa | 37 |
| Figura 4-2 – Circunscrição Hidrográfica do rio Paracatu (CHSF7)..... | 39 |
| Figura 4-3 – Circunscrição Hidrografia do Rio Mosquito (PA1)..... | 41 |
| Figura 5-1 – Limites geográfico da bacia rio Paracatu..... | 44 |
| Figura 5-2 - Mapa de uso e cobertura do solo da Bacia do Rio Paracatu..... | 46 |
| Figura 5-3 – Mapa de Uso e Ocupação do solo da bacia hidrográfica do rio Mosquito. | 50 |
| Figura 5-4 Índice de Qualidade das Águas (IQA) nos pontos de Monitoramento das CHs do Rio Mosquito e do Rio Paracatu. - | 54 |
| Figura 5-5- Percentual da população atendida com coleta de esgoto nas bacias estaduais..... | 55 |
| Figura 5-6 - Percentual de coleta e tratamento de esgoto sanitário na bacia do Rio Paracatu. | 56 |
| Figura 5-7- Percentual de coleta e tratamento de esgoto na bacia do Rio Mosquito | 57 |
| Figura 5-8 - Índice de Contaminação por tóxicos das bacias de Minas Gerais..... | 59 |
| Figura 5-9 – Disponibilidade hídrica por bacia hidrográfica. | 60 |
| Figura 5-10 – Demanda hídrica por circunscrição hidrográfica..... | 61 |
| Figura 5-11 – Índice de Comprometimento da vazão outorgável superficial. | 62 |
| Figura 5-12 - Histórico de anomalias de precipitação nos anos de 2010 a 2020. | 63 |
| Figura 5-13 - Histórico de seca nas bacias hidrográficas de Minas Gerais (2018 – 2021). | 64 |
| Figura 5-14 -Densidade de outorgas superficiais e subterrâneas por circunscrição hidrográfica em 2022 | 65 |
| Figura 5-15 - Número de outorgas concedidas por finalidade uso em ambas as bacias. | 66 |
| Figura 5-16 -Tipos de outorga por finalidade de uso - CHSF7 | 67 |
| Figura 5-17 -Tipos de outorga por finalidade de uso - PA1 | 68 |
| Figura 5-18 - Vazão consumida pela irrigação na área de drenagem da bacia do rio Paracatu. | |
| 70 | |
| Figura 5-19 - Densidade de Pivôs centrais na bacia do rio Paracatu..... | 71 |
| Figura 5-20- Número de CGL instaladas entre as sub-bacias do rio São Francisco em Minas Gerais..... | 75 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 3-1. Estrutura, características e atribuições dos Comitês de Bacia Hidrográfica. | 28 |
| Tabela 3-2. Número de Comitê de Bacia Hidrográfica por Região | 29 |
| Tabela 5-1 - Áreas de conflito declaradas pelo IGAM por uso dos recursos hídricos na CH do Rio Paracatu. | 51 |
| Tabela 5-2 - Áreas de conflito declaradas pelo IGAM pelo uso dos recursos hídricos na CH do Rio Pardo | 52 |

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

- ANA** – Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
- ACH** – Áreas de Conflito Hídrico
- CBH** – Comitê de Bacia Hidrográfica
- CERH** – Conselho Estadual de Recursos Hídricos
- CF** – Constituição Federal
- CH** – Circunscrição Hidrográfica
- CHSF7** – Circunscrição Hidrográfica do Rio Paracatu
- CHPA1** – Circunscrição Hidrográfica do Rio Mosquito e demais afluentes mineiros do Rio Pardo.
- CGL** – Comissão Gestora Local
- CNRH** – Conselho Nacional de Recursos Hídricos
- COPAM** – Conselho Estadual de Política Ambiental
- CT** – Câmaras Técnicas
- DAC** – Declaração de Área de Conflito
- DN** - Deliberação Normativa
- FEAM** – Fundação Estadual de Meio Ambiente
- GT** - Grupos de Trabalho
- IGAM** – Instituto Mineiro de Gestão das Águas
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICT** – Índice de Contaminação por Tóxicos
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IQA** – Índice de Qualidade da Água
- SEGRH** – Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- SEMAD** – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
- SINGREH** – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
- SISNAMA** – Sistema Nacional de Meio Ambiente
- RCRH** – Relatório de Conjunturas dos Recursos Hídricos
- RGSA** – Relatório de Gestão e Situação das Águas.
- RH** – Região Hidrográfica
- PDRH** – Plano Diretor de Recursos Hídricos
- PERH** - Política Estadual de Recursos Hídricos
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNRH** - Política Nacional de Recursos Hídricos

1. INTRODUÇÃO

A água é um bem vital para o desenvolvimento de ecossistemas e a sobrevivência de todos os seres vivos do planeta. Além disso, por sua extrema relevância e seus diversos usos e aplicações na sociedade, a água se torna um recurso natural de alto valor econômico, social e ambiental. No Brasil, a água é utilizada principalmente para manutenção dos sistemas de irrigação, abastecimento de água, atividades industriais, geração de energia, extração mineral, aquicultura, navegação, turismo e lazer (ANA, 2023). Os usos da água ainda podem ser divididos em usos consuntivos (que retiram e consomem água, como o uso industrial e de abastecimento público) e não consuntivos (quando não há consumo direto, mas dependem da manutenção de condições naturais ou de operação da infraestrutura hídrica, como o turismo e o lazer) (ANA, 2023).

Apesar do Brasil deter em seu território 12% de toda a água doce disponível no globo terrestre (ANA, 2012), às regiões em que a água é mais utilizada não são as que possuem a maior concentração de recursos hídricos, pois, segundo o Relatório de Conjunturas dos Recursos Hídricos (RCRH), publicado pela Agência Nacional das Águas (ANA) em 2012, cerca de 80% de sua disponibilidade hídrica está concentrada na Região Hidrográfica (RH) Amazônica, onde se encontra o menor contingente populacional, além de valores reduzidos de demandas consuntivas. Os 20% restantes ficam subdivididos entre as demais regiões do Brasil, onde estão os maiores contingentes populacionais e, conseqüentemente, o maior consumo dos recursos hídricos (SOARES, 2015 p.117).

Outra questão relevante é que a maior parte da água não está disponível em qualidade suficiente para todas as formas de uso (SOARES, 2015 p.117). Por isso, a junção desses fatores (alto consumo e baixa qualidade), combinado com aumento populacional e, por consequência, o aumento da degradação dos cursos d'água, faz com que cenários de escassez hídrica sejam cada vez mais recorrentes, propiciando a geração de conflitos pelo uso da água.

Segundo Martín e Justos (2015), os conflitos pelo uso da água ocorrem quando sua disponibilidade não satisfaz, em termos quantitativos e/ou qualitativos, as demandas existentes para seus usos múltiplos.

Sob a ótica de toda a interrelação política, econômica e social que envolve o uso dos recursos hídricos, a Constituição Federal (CF) de 1988, desempenhou um papel fundamental na instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) do Brasil ao instituir a água como um bem de uso público, sendo, portanto, de dever de todos, e não só do Estado, a manutenção

e preservação desse recurso natural (BRASIL,1988; BRASIL,1997). A PNRH tem como um de seus fundamentos a descentralização dos recursos hídricos, determinando, dessa forma, a participação integrada de toda a sociedade no gerenciamento dos recursos hídricos.

A normativa também prevê a instituição do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que tem por objetivo realizar a gestão e planejamento dos recursos hídricos do Brasil. Esse sistema é constituído por organismos colegiados, que debatem e deliberam sobre a gestão dos recursos hídricos (órgãos consultivos e deliberativos) e por órgãos administrativos, responsáveis por implementar a PNRH. Os órgãos governamentais atuam na esfera federal ou estadual, conforme o domínio dos corpos hídricos (BRASIL, 2022).

Em Minas Gerais, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH) foi criado através da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, sendo integrado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAD), o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), os comitês de Bacia Hidrográfica, as agências de bacias hidrográficas e os órgãos e as entidades dos poderes estaduais e municipais, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos (IGAM, 2023).

Tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual, os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) são a base da gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos no Brasil. Neles, o poder público, os usuários de água (indústria, mineração etc.) e a sociedade civil discutem, negociam e deliberam sobre a gestão local das águas, utilizando de instrumentos técnicos de gestão, de negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água (IGAM, 2023). Cabe aos Comitês, então, arbitrar em primeira instância todos os conflitos que surgem em suas delimitações (MACHADO, 2019).

No cenário de Minas Gerais, o SEGRH também prevê a Declaração de Áreas de Conflito (DAC) através do Decreto Estadual nº 47.705/2019, sempre que houver “indisponibilidade hídrica aferida pelo balanço hídrico de vazões outorgadas, em que a demanda pelo uso dos recursos hídricos de uma porção hidrográfica seja superior à vazão outorgável”. Esse decreto também estabelece normas e procedimentos para a regularização de uso de recursos hídricos de domínio estadual (MINAS GERAIS, 2019).

Segundo dados disponibilizados pela plataforma de Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-SISEMA, 2023), as áreas com maior número de emissão de DAC se concentram na região noroeste do estado e na região do

Triângulo Mineiro, mais precisamente nas Bacias do Rio Paracatu e do Rio Paranaíba, havendo também registros em menor número em outras bacias, como as bacias do Rio Pardo, Rio Grande dentre outros.

Dessa forma, o presente estudo busca compreender as peculiaridades e motivações que favorecem o surgimento de áreas de conflito hídrico (ACH), nas bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais. Além disso, visa esclarecer quais são os principais desafios enfrentados pelos comitês de bacias hidrográficas do rio Mosquito e do rio Paracatu na mediação de conflitos hídricos.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo realizar o levantamento dos principais fatores que contribuem para o surgimento de conflitos hídricos nas bacias hidrográficas do Rio Mosquito e demais afluentes do Rio Pardo (PA1) e do Rio Paracatu (SF7).

2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as regiões onde estão localizadas as bacias que serão abordadas no estudo;
- Identificar as áreas e os fatores que tornam a bacia suscetível ao surgimento de regiões com conflitos hídricos.
- Apresentar as ações realizadas pelos Comitês de Bacias Hidrográfica (CBH) estudados na mediação dos conflitos existentes.
- Identificar os principais desafios enfrentados por esses comitês de bacias na mediação dos conflitos.

3. REVISÃO BIBLIOGRAFICA

3.1 Histórico e Evolução da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil

A evolução da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil passou por diversas modificações ao longo dos anos. Tais mudanças ocorreram à medida que o panorama acerca do uso da água e da sua importância para as atividades cotidianas se modificava na percepção social, política, ambiental e econômica da sociedade. Desse modo, a evolução dos recursos hídricos no país se divide em três momentos: fase fragmentária, fase setorial e fase holística (BORGES, 2015; MELO; MARACAJÁ; NETO, 2015).

A primeira fase, nomeada como fase fragmentária, teve início com a chegada dos portugueses ao Brasil e a instituição das primeiras legislações implementadas no início do período colonial, que abordavam, ainda que de maneira simplista, algumas questões ambientais, perdurando até meados do século XX (WAINER, 1993; BORGES, 2015). Essa fase é caracterizada por alguns autores como um período em que as preocupações com os recursos naturais e o meio ambiente era mínima, assim como havia pouca intervenção do Estado sobre a proteção e a manutenção do meio ambiente. As legislações vigentes buscavam atender as necessidades de uma parcela pequena e elitizada da sociedade, como os grandes comerciantes e os latifundiários (BORGES, 2015; MELO; MARACAJÁ; NETO, 2015; WAINER, 1993).

A fase setorial é marcada pelo início do controle legal em torno das atividades de cunho exploratório no país. No entanto, a preocupação estatal nessa época acerca das questões ambientais ainda era voltada totalmente para a viabilidade das atividades de grande importância econômica. Sendo assim, as leis implementadas nesse período não tinham caráter preservacionista em termos da utilização dos recursos hídricos e ambientais (MELO; MARACAJÁ; NETO, 2015; BORGES, 2015).

Em termos legais, a gestão dos recursos hídricos na fase setorial é marcada por três momentos: (i) instituição do Código Civil de 1916, que trouxesse em seu texto algumas regulamentações acerca das águas pluviais, poluição dos recursos hídricos e também sobre o direito de uso das águas, mas apenas no que diz respeito ao direito de vizinhança na utilização da água como um bem de domínio privado e de valor econômico limitado (MELO; MARACAJÁ; NETO, 2015); (ii) promulgação da Constituição Federal de 1934, que trouxe em seu Art 5º: “É de competência privativa da união; XIX - Legislar sobre: j) bens do domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, florestas, caça e pesca e a sua exploração” (BRASIL, 1934), sendo a primeira a atribuir ao Estado a responsabilidade a respeito da

utilização dos recursos naturais; (iii) sanção do Decreto n° 24.643/1934, que instituiu o Código das Águas, considerado um marco na gestão de recursos hídricos no Brasil, por ser até então, a lei mais completa em termos de gestão das águas e seus usos (REIS, 2011; MELO; MARACAJÁ; NETO, 2015; BORGES, 2015).

O Código das Águas, embora tenha sido criado com a finalidade de beneficiar a geração de energia elétrica e o crescimento do setor hidrelétrico no Brasil, também foi responsável por iniciar uma nova concepção sobre o direito de uso e propriedade sobre a água ao estabelecer um regime jurídico das águas (MACHADO, 2019). Em seu texto, o Código trouxe definições para os tipos de águas, seus critérios de aproveitamento e dispôs de alguns padrões de contaminação sobre os corpos hídricos. Além disso, classificou as águas como: águas públicas de uso comum, águas comuns e águas particulares.

As águas classificadas como públicas, eram de domínio da União, dos Estados e dos municípios. Atribuindo aos municípios a responsabilidade sobre as águas contidas nos seus limites, aos Estados, a incumbência sobre os corpos hídricos que serviam de limite a dois ou mais municípios, e a União as águas marítimas, situadas nos antigos territórios e as que servissem de limites de Estados ou do país, ou proviessem ou se dirigissem de um Estado para outro, já as águas comuns, eram as correntes não navegáveis, nem fluviáveis (MELO; MARACAJÁ; NETO, 2015). Em vista disso, o Código das Águas foi responsável por provocar uma mudança na visão política e ambiental da sociedade acerca da gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Nesse contexto, o início da fase holística é marcado pela maior compreensão social, política e econômica a respeito da preservação dos recursos ambientais (BORGES, 2015). Nessa fase ocorrem os primeiros debates sobre a importância da preservação e manutenção das águas e do meio ambiente. Em âmbito internacional, esses debates surgiram em meados da década de 1970, principalmente com a realização da 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, quando se discutiu, pela primeira vez, a necessidade de maior atenção ao gerenciamento dos recursos hídricos e do meio ambiente para a garantia dos recursos naturais as futuras gerações, diante do cenário de aumento da degradação propiciada pelo crescimento das atividades econômicas e industriais em todo o mundo (TUCCI *et al.*, 2000; BORGES, 2015).

Antes da década de 1980, a gestão das águas acontecia de forma fragmentada e centralizada no Brasil, sendo de responsabilidade apenas do poder público, no âmbito federal e estadual, legislar

e propor políticas a serem adotadas para a manutenção dos recursos hídricos em qualidade e quantidade suficiente a todos, sem a inclusão da participação dos municípios e da sociedade civil na tomada de decisões (REIS, 2011). O dever pelo planejamento do uso das águas era delegado a cada setor econômico da sociedade (energia, saneamento, agricultura, dentre outros), com ausência de uma gestão ampla, que proporcionasse equidade sobre as demandas hídricas em aspectos econômicos e sociais (ABERS e JORGE, 2005). Só em meados da década de 1980, as discussões no âmbito nacional em torno da necessidade de mudança desse cenário, através da criação de um sistema integrado e descentralizado de gestão, começam a ganhar força (ABERS e JORGE, 2005).

Para Moura (2016), o grande avanço ocorrido nesse período foi a criação da Política Nacional de Meio Ambiente através da Lei Federal nº 6.938/1981, que instituiu em seu texto a formação do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), responsável por dar subsídio através dos seus princípios, diretrizes e instrumentos, a criação de diversos órgãos federativos que atuam nas políticas ambientais nacionais. Através da instituição do SISNAMA, inicia-se então o processo de descentralização da gestão ambiental no Brasil, já que esse sistema foi o grande impulsionador da integração, nas esferas federais, estaduais e municipais, no que diz respeito às atribuições sobre a proteção ambiental (MELO; MARACAJÁ; NETO, 2015).

Além disso, a promulgação da Constituição Federal de 1988 impulsionou ainda mais a descentralização na política ambiental brasileira, ao promover uma maior estruturação na gestão ambiental através da ampliação da participação dos estados e dos municípios na gestão de meio ambiente, com a criação de órgãos e/ou secretarias, bem como de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente.

Em termos de gestão das águas, a Constituição ainda trouxe em seu texto, a água como “um bem de uso comum do povo”, corroborando com a ideia de que a água, como um bem de uso comum, pertence à coletividade, portanto é de responsabilidade de todos os seus usuários sua preservação e manutenção tanto em termos de qualidade quanto em quantidade, não se atribuindo essa função apenas ao Estado (BEZERRA, 2007).

Ainda em meados da década de 1990, surge como uma necessidade da gestão dos recursos hídricos a definição de aspectos institucionais gerais que tivessem como objetivo principal o gerenciamento, o controle e a preservação das águas em todo o território nacional, dentro dos moldes de sustentabilidade estabelecidos na Constituição de 1988. Sob a perspectiva de implementar um sistema integrado de gestão das águas, de forma a amenizar o quadro crescente

da degradação das águas e promover a racionalização em locais onde existam conflitos pelo uso da água, em 1997, foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), por meio da Lei Federal nº 9.433/1997, respaldada no artigo 21 da CF, sendo desde então a lei norteadora de todo o sistema de gestão de recursos hídricos vigente no Brasil (REIS, 2011).

3.2 Legislação acerca da Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil

3.2.1 Política Nacional de Recursos Hídricos

A Política Nacional de Recursos Hídricos, sancionada pela Lei Federal nº 9.433/1997, foi o grande marco em termos institucionais na gestão das águas no Brasil, pois estabeleceu um modelo de governança baseado na descentralização e integração entre o poder público e a sociedade civil, fragmentando a responsabilidade sobre a gestão hídrica entre todos os usuários (MESQUITA, 2018). Desse modo, a PNRH é reconhecida pelo seu caráter descentralizador, por promover a criação de um sistema nacional que integra a União e os estados e por sua natureza participativa, ao integrar os membros de toda a sociedade ao propor a criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica (ANA, 2023).

Em comparação ao Código das Águas de 1934, que baseava seus fundamentos acerca dos usos da água visando ao atendimento das atividades econômicas, sobretudo ao setor energético, a PNRH estabelece em seus fundamentos o uso das águas em atendimento aos seus usos múltiplos, priorizando o abastecimento humano e a dessedentação animal em casos de escassez, tornando a gestão e a aplicabilidade do uso dos recursos hídricos mais democrática (ANA, 2023). Dessa forma, a PNRH objetiva assegurar a disponibilidade da água em qualidade e quantidade, a presente e futuras gerações por meio da utilização racional e integrada deste recurso, promovendo o manejo sustentável dos recursos hídricos disponíveis, através de incentivos à preservação e aproveitamentos das águas pluviais, por exemplo (BRASIL, 1997).

Para garantir a aplicabilidade de seus objetivos, a PNRH, conta com cinco instrumentos de gestão, apresentados no esquema da **Figura 3-1**.

Como forma de garantir a aplicação de seus instrumentos e implementar a PNRH em todas as de bacias hidrográficas existentes em território nacional, a Lei Federal nº 9.433/1997 contempla em seu texto a formação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Figura 3-1. Desenho esquemático dos Instrumentos de Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos



Fonte: Adaptado de ANA (2023).

Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), é “a estrutura de governança instituída no Brasil para a gestão dos recursos hídricos” (BRASIL, 2022).

Dentre os objetivos principais do SINGREH, estão incluídos a promoção de mecanismo para implementação da PNRH, regulamentar, planejar, coordenar e controlar, a gestão integrada dos recursos hídricos, como forma de garantir a sua preservação e sua recuperação, além de arbitrar administrativamente sobre conflitos relacionados ao uso da água e promover a cobrança pelo uso dos recursos hídricos (BRASIL,1997).

Esse sistema é composto por órgãos jurídicos-administrativos, tanto em esfera federal quanto estadual, responsáveis pela proteção e gerenciamento dos recursos hídricos do Brasil (MELO, 2017). A composição desse sistema é esquematizada na **Figura 3-2**.

Dentre as atribuições de cada integrante do SINGREH, previstas na PNRH estão:

Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH): O CNRH é composto por representantes de entidades governamentais que tenham atuação no gerenciamento dos recursos hídricos. Tem como principais atribuições promover a articulação acerca dos recursos hídricos em âmbito nacional, regional e estaduais, analisar proposta de alteração da lei acerca dos recursos hídricos,

arbitrar em última instância os conflitos entre os CERH e estabelecer diretrizes para implementação da PNRH, em âmbito federal (BRASIL,1997).

Figura 3-2- Esquema da composição do SINGREH.



Fonte: ANA (2023).

- **Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA):** Segundo Melo (2017), a ANA é considerada uma autarquia com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), criada com a finalidade de implementar a PNRH por meio do SINGREH. Dentre as principais atribuições da ANA, estão conceder outorgas em corpos hídricos federais e a implementação executiva do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997; MACHADO, 2019)
- **Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH):** Os Comitês de Bacia Hidrográfica são órgãos colegiados com atribuições deliberativas e consultivas, que possuem a participação do poder público e dos membros da sociedade civil. Dessa forma, eles atuam como um “Parlamento das águas”, onde seus representantes podem discutir e deliberar a respeito da gestão dos recursos hídricos (MELO, 2017; REIS, 2011; ANA, 2023). A PNRH, em seu Art. 37, define como área de atuação dos comitês: “I - a totalidade de uma bacia hidrográfica; II - Sub-bacia hidrográfica de tributário do curso de água principal da bacia, ou de tributário desse tributário; ou III - grupo de bacias ou sub-bacias

hidrográficas contíguas”. Também é de atribuição dos Comitês de Bacia Hidrográfica arbitrar em primeira instância os conflitos pelo uso da água, estabelecer mecanismos de cobrança e aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia (BRASIL,1997).

- **Agência de Águas:** As agências de água têm como função exercer o papel de secretaria executiva de um determinado CBH (MELO, 2017). Sendo assim, as agências são criadas mediante a solicitação de um determinado Comitê e autorização do CNRH. Dentre suas atribuições legais, as principais são a administração e gestão financeira dos CBH e a realização de estudos necessários para a gestão dos recursos hídricos em sua área de atuação (MELO, 2017; ANA, 2023)

3.2.2 *Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais*

A Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH) foi criada pelo Decreto de Lei Estadual nº 13.199/1999 que “Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências” (MINAS GERAIS,1999). Assim como a PNRH, esse decreto teve por objetivo definir princípios e instrumentos acerca da gestão das águas no Estado de Minas Gerais.

O início da gestão das águas no estado foi marcado por duas iniciativas institucionais realizada no início da década de 1980 e em meados da década de 1990, seguindo a tendência das políticas nacionais implementadas na mesma época (IGAM, 2006). A primeira iniciativa foi a criação do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais - CEEIBH/MG, em julho de 1979, por meio do Decreto Estadual nº. 19.947/1979, que dentre as suas competências, estava a instituição da época responsável pela coordenação e elaboração de plano de aproveitamento integrado dos recursos hídricos e pela definição da política e uso das águas no Estado, assim como os procedimentos necessários para sua concessão (IGAM,2006). A segunda foi a promulgação da Lei Estadual nº. 11.504/1994, em 20 de junho de 1994, que estabelece o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais (SEGRH).

Após a criação do SEGRH, os novos decretos que o sucederam, deram forma a governança de gestão das águas no estado, tais como: (i) Lei nº. 11.903/1995, que criou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais – SEMAD, que passou a ser responsável pela execução da Política Estadual de Meio Ambiente em Minas Gerais; (ii) reformulação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, por meio do Decreto nº. 37.191/1995, com objetivo de descentralizar e tornar a gestão dos recursos hídricos mais participativa; (iii) Lei Estadual nº. 12.584/1997, que transformou o Departamento de Recursos

Hídricos de Minas Gerais em Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, tendo suas competências adaptadas às funções de órgão gestor das águas no Estado (IGAM, 2006), até a promulgação da atual Política Estadual de Recursos Hídricos.

Segundo a Lei Estadual nº 13.199/1999 (MINAS GERAIS,1999), a PERH é pautada nos seguintes fundamentos:

- Art. 3º - Na execução da Política Estadual de Recursos Hídricos, serão observados:
- I - O direito de acesso de todos aos recursos hídricos, com prioridade para o abastecimento público e a manutenção dos ecossistemas;
 - II - O gerenciamento integrado dos recursos hídricos com vistas ao uso múltiplo;
 - III - o reconhecimento dos recursos hídricos como bem natural de valor ecológico, social e econômico, cuja utilização deve ser orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável;
 - IV - A adoção da bacia hidrográfica, vista como sistema integrado que engloba os meios físico, biótico e antrópico, como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento;
 - V - A vinculação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos às disponibilidades quantitativas e qualitativas e às peculiaridades das bacias hidrográficas;
 - VI - A prevenção dos efeitos adversos da poluição, das inundações e da erosão do solo;
 - VII - a compensação ao município afetado por inundação resultante da implantação de reservatório ou por restrição decorrente de lei ou outorga relacionada com os recursos hídricos;
 - VIII - a compatibilização do gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção do meio ambiente;
 - IX - O reconhecimento da unidade do ciclo hidrológico em suas três fases: superficial, subterrânea e meteórica;
 - X - O rateio do custo de obras de aproveitamento múltiplo, de interesse comum ou coletivo, entre as pessoas físicas e jurídicas beneficiadas;
 - XI - a gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade;
 - XII - a descentralização da gestão dos recursos hídricos;
 - XIII - a participação do poder público, dos usuários e das comunidades na gestão dos recursos hídricos (MINAS GERAIS, 1999).

Assim como a Política Nacional, a Política Estadual também conta com os seus instrumentos para garantir a preservação e manutenção das águas do Estado, assim como busca formas de garantir o seu direito de uso a todas as pessoas. Esses instrumentos estão previstos em seu Art.9º, sendo eles:

- Art. 9º - São instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos:
- I - O Plano Estadual de Recursos Hídricos;
 - II - Os Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas;
 - III - o Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos;
 - IV - O enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes;
 - V - A outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;
 - VI - A cobrança pelo uso de recursos hídricos;
 - VII - a compensação a municípios pela exploração e restrição de uso de recursos hídricos;
 - VIII - o rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo;
 - IX - As penalidades.
- (MINAS GERAIS, 1999).

O PERH também prevê em seu capítulo IV, seção I, a criação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SEGRH-MG) (MINAS GERAIS, 1999).

3.2.3 Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos em Minas Gerais

O Sistema Estadual de Recursos Hídricos foi criado através da instituição da Lei Estadual nº 13.199/1999, que prevê a PERH. Dentre os objetivos do SEGRH-MG, os principais deles são: “Promover a cobrança pelo uso de recursos hídricos; planejar, regular, coordenar e controlar o uso, a preservação e a recuperação de recursos hídricos do Estado e arbitrar administrativamente os conflitos relacionados com os recursos hídricos” (MINAS GERAIS, 1999).

O Art. 33 da PERH prevê que o SEGRH seja composto por: “I - a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; II - o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH-MG -; III - O Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM; IV - os comitês de bacia hidrográfica; V - os órgãos e as entidades dos poderes estadual e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; VI - as agências de bacias hidrográficas”.

A cada integrante desse sistema são atribuídas as seguintes competências:

- **Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD):** As principais atribuições da SEMAD são; prestar apoio técnico as secretarias municipais e estaduais de meio ambiente e recursos hídricos, exercer a função de secretaria executiva do CERH-MG; fomentar a captação de recursos para financiar as ações e atividades do Plano Estadual de Recursos Hídricos, supervisionar e coordenar a sua aplicação e avaliar o desenvolvimento do SEGRH-MG no Estado.
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH):** O principal objetivo do CERH é promover mecanismos de planejamento e melhorias dos recursos hídricos, através da avaliação e controle das águas em termos de volume e qualidade, de forma a atender seus usos múltiplos (SEMAD, 2023). A PERH determina ainda que é de competência do CERH decidir sobre conflitos entre os comitês de bacia, aprovar o plano estadual de Recursos Hídricos, deliberar sobre o enquadramento dos corpos de água em classes, em consonância com as diretrizes do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM-MG) e de acordo com a classificação estabelecida na legislação ambiental e deliberar sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos que extrapolem o âmbito do comitê de bacia hidrográfica (MINAS GERAIS, 1999).
- **Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM):** O IGAM, no âmbito do SERH, tem como função atuar com entidade gestora de todo o sistema. Desse modo, é de

competência do IGAM manter atualizados, com a cooperação das unidades executivas descentralizadas da gestão de recursos hídricos, os bancos de dados do sistema, exercer papel administrativo acerca dos processos de outorgas, incentivar e apoiar a criação de estruturas para implementação dos comitês de bacia hidrográfica (MINAS GERAIS,1999).

- **Comitês de Bacia Hidrográfica Estadual:** Na esfera estadual, além de ser de atribuição dos comitês promover debates e atuar sobre os conflitos hídricos da sua área de atuação, a PERH, ainda atribui que é de competência dos comitês de bacias do estado:

[...] III - aprovar os Planos Diretores de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas e seus respectivos orçamentos, para integrar o Plano Estadual de Recursos Hídricos e suas atualizações;

IV - Aprovar planos de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, inclusive financiamentos de investimentos a fundo perdido;

V - Aprovar a outorga dos direitos de uso de recursos hídricos para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor;

VI - Estabelecer critérios e normas e aprovar os valores propostos para cobrança pelo uso de recursos hídricos;

VII - definir, de acordo com critérios e normas estabelecidos, o rateio de custos das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo, relacionados com recursos hídricos;

VIII - aprovar o Plano Emergencial de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos proposto por agência de bacia hidrográfica ou entidade a ela equiparada, na sua área de atuação;

IX - Deliberar sobre proposta para o enquadramento dos corpos de água em classes de usos preponderantes, com o apoio de audiências públicas, assegurando o uso prioritário para o abastecimento público;

X - Deliberar sobre contratação de obra e serviço em prol da bacia hidrográfica, a ser celebrada diretamente pela respectiva agência ou por entidade a ela equiparada nos termos desta lei, observada a legislação licitatória aplicável;

XI - acompanhar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos na sua área de atuação, formulando sugestões e oferecendo subsídios aos órgãos e às entidades participantes do SEGRH-MG;

XII - aprovar o orçamento anual de agência de bacia hidrográfica na sua área de atuação, com observância da legislação e das normas aplicáveis e em vigor;

XIII - aprovar o regime contábil da agência de bacia hidrográfica e seu respectivo plano de contas, observando a legislação e as normas aplicáveis;

XIV - aprovar o seu regimento interno e modificações;

XV - Aprovar a formação de consórcios intermunicipais e de associações regionais, locais e multissetoriais de usuários na área de atuação da bacia, bem como estimular ações e atividades de instituições de ensino e pesquisa e de organizações não governamentais, que atuem em defesa do meio ambiente e dos recursos hídricos na bacia;

XVI - aprovar a celebração de convênios com órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, nacionais e internacionais, de interesse da bacia hidrográfica;

XVII - aprovar programas de capacitação de recursos humanos, de interesse da bacia hidrográfica, na sua área de atuação;

XVIII - exercer outras ações, atividades e funções estabelecidas em lei, regulamento ou decisão do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, compatíveis com a gestão integrada de recursos hídricos.

(MINAS GERAIS, 1999)

- **Agências de Bacias ou entidades equiparadas:** Às agências cabe atuar administrativamente a respeito dos recursos financeiros de cada bacia, além de elaborar

propostas aos comitês quanto ao enquadramento, valores de cobrança sobre outorga e a aplicação de fundos financeiros, no tocante de projetos que atendam aos interesses da bacia hidrográfica e de seus usuários (MINAS GERAIS, 1999).

Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos de Minas Gerais

Em Minas Gerais, o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos (SEIRH) é um dos instrumentos da PERH, previsto pela Lei Estadual nº13.199/1999, cujo objetivo principal é “coletar, tratar, armazenar, recuperar, disponibilizar e divulgar as informações que subsidiam a gestão dos recursos hídricos” (IGAM, 2023). Os princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, definidos na mesma lei, são; “A descentralização da obtenção e da produção de dados e informações; a coordenação unificada dos sistemas e a garantia de acesso a dados e informações a toda a sociedade” (MINAS GERAIS, 1999).

No Estado, todas as informações acerca dos recursos hídricos são divulgadas através do portal InfoHidro, criado em 2014. Através dele, são divulgadas informações técnicas produzidas pelo IGAM e por outros integrantes do SEGRH, como comitês de bacia e agências de bacias, a respeito de cobrança sobre o uso da água, monitoramento de qualidade dos cursos d’água, mapas e relatórios referentes a estudos realizados sobre corpos hídricos do Estado (INFOHIDRO, 2023).

3.3 Formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil

Os comitês de bacia hidrográfica surgiram da necessidade de descentralização na tomada de decisão em torno da gestão das águas e da maior participação dos usuários das bacias hidrográficas e da sociedade civil na tomada de decisões a respeito do seu uso dessas bacias, sua preservação e manutenção (ABERS e JORGE, 2005). A criação dessa entidade foi um passo determinante para a democratização das águas no Brasil, sendo a base do sistema de gestão dos recursos hídricos, visto que possibilitou a aproximação da participação social, propiciando debates em torno da sua gestão (ABERS e JORGE, 2005).

Dentro do sistema de gestão das águas, os comitês assumem o papel de órgão colegiado, consultivo, deliberativo e normativo, com atuação na área territorial compreendida por uma determinada bacia hidrográfica. Dentre suas atribuições, destacam-se a realização de proposições para o plano de bacia e a promoção de debates com membros da sociedade civil e

usuários de suas respectivas bacias a respeito do uso da água, de forma a mediar possíveis conflitos (ANA, 2023). Dessa forma a composição de um comitê de bacia hidrográfica deve abranger todos os seus usuários, diretos e indiretos, de bacia hidrográfica, abrangendo tanto a participação de setores econômicos (industrial, agrícola e agronegócios, saneamento básico, energéticos, turismo, navegação entre outros), quanto da sociedade civil (instituições técnicas e de ensino, organizações não governamentais, Instituições de Ensino e Pesquisa, associações profissionais entre outras).

Atualmente, a Resolução do CNRH nº05, de 10 abril de 2000, estabelece que os Comitês de Bacia Hidrográfica sejam compostos por representantes do poder público (representantes do poder público, integrantes dos governos municipais, estaduais, e, quando se tratar de uma bacia interestadual, representantes da União), representantes de organizações civis (organizações ou entidades que representam os interesses gerais e difusos da comunidade local, atuantes na defesa dos interesses coletivos) e pelos usuários da bacia (aqueles que detêm direitos para usufruir de recursos hídricos, podendo ser sujeitos ou não a uma outorga ou concessão formal de direito de uso), respeitando a proporcionalidade de máximo 40%, 40% e mínimo de 20%, respectivamente, de cada setor dentro da composição do comitê (ANA, 2023).

Em termos de estrutura organizacional, os comitês são compostos por um plenário, diretoria e câmaras técnicas (CTs), podendo ser instituídos, quando necessário, grupos de trabalho (GTs) para análise de temas específicos. A composição do comitê e as atribuições de cada seguimento que o compõe, segue apresentado na **Tabela 3-1**.

Tabela 3-1. Estrutura, características e atribuições dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

| Estrutura | Características | Atribuições |
|-----------|---|--|
| Plenário | Conjunto dos membros do comitê reunidos em assembleia-geral e configura-se como instância máxima. | <ul style="list-style-type: none"> ● Aprovar regimentos internos; ● Deliberar sobre pautas de reuniões; ● Decidir sobre a criação ou extinção de CTs e GTs, assim como o número de integrantes de cada uma. |

continuação

| Estrutura | Características | Atribuições |
|-----------------------|---|--|
| Diretoria | Composta por, no mínimo, um presidente e um secretário, pode contar com outras figuras, como vice-presidente, por exemplo | <ul style="list-style-type: none"> ● Conduzir e propor pautas para as reuniões do plenário; ● Assinar, em conjunto com o secretário, as atas das reuniões, as deliberações e as moções, depois de aprovadas em plenário; ● Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias; ● Designar relatores para assuntos específicos |
| Câmara(s) Técnicas(s) | Criadas pelo plenário, as CTs têm por atribuição desenvolver e aprofundar as discussões sobre temáticas necessárias antes de sua submissão ao plenário. Em geral, têm caráter permanente. | <ul style="list-style-type: none"> ● Subsidiar a tomada de decisões do comitê. ● Desenvolver e aprofundar as discussões temáticas necessárias antes de sua submissão ao plenário. |
| Grupo(s) de trabalho | Instituídos para realizarem análise ou execução de temas específicos para subsidiar alguma decisão colegiada. Em geral, têm caráter temporário e são extintos quando o objetivo para o qual foram criados tenha sido atingido | <ul style="list-style-type: none"> ● Realizar atividades específicas de necessidade dos Comitês. |
| Secretaria-executiva | Estrutura responsável pelo apoio administrativo, técnico, logístico e operacional ao comitê. | <ul style="list-style-type: none"> ● Atuar de forma múltipla, conforme a necessidade do Comitê. |

Fonte: ANA, (2011)

Segundo a ANA, atualmente no Brasil existem 10 (dez) comitês de bacias hidrográficas interestaduais e 214 (duzentos e quatorze) comitês estaduais. A Tabela 3-2 mostra a quantidade de comitês existentes por região do Brasil.

Tabela 3-2. Número de Comitê de Bacia Hidrográfica por Região

| Região | Nº de Comitês de Bacia |
|---------------|-------------------------------|
| Nordeste | 50 |
| Norte | 11 |
| Centro-Oeste | 24 |
| Sudeste | 77 |
| Sul | 52 |

Fonte: ANA (2023).

3.3.1 Principais desafios enfrentados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica

Apesar da quantidade expressiva de comitês de bacias existentes hoje no Brasil, a simples criação de um Comitê de Bacia Hidrográfica não é suficiente para garantir a equidade sobre o uso dos recursos hídricos e extinguir os conflitos existentes pelo uso da água. É necessário que se dê subsídio a esse mecanismo de gestão para que o seu funcionamento seja exercido de forma eficaz (MACHADO, 2019).

Nesse sentido, um dos principais desafios que os comitês de bacia vêm enfrentando na perspectiva de Santos *et al.* (2016), é a falta de proporcionalidade na composição desses comitês, o que faz com que as tomadas de decisões beneficiem um setor da sociedade em relação a outro. Além disso, a baixa participação de seus membros na deliberação sobre os usos de suas bacias hidrográficas e a baixa participação da comunidade, ou seja, os usuários diretos nas ações dos comitês, são pontos de atenção. Salienta-se que muitos desses comitês não possuem recursos suficientes para custeios básicos que proporcionariam maior adesão da participação social.

Já Moreira (2008) destaca que os principais impasses enfrentados pelos comitês de bacias dizem respeito às dificuldades de descentralização do poder decisório e do agravamento da degradação dos corpos d'água que compõem essas bacias, em termos de qualidade e quantidade, o que favorece o cenário de conflito pelo uso da água e dificulta a ação dos comitês. Portanto, investigar a causa e os desafios dos comitês de bacias se torna um passo importante na avaliação e aprimoramento da gestão das águas no país.

3.4 Principais causas dos conflitos hídricos no Brasil

Gomes, Salvador e Lorenzo (2021) definem um conflito hídrico como tensões e/ou atritos gerados por usuários de água, podendo envolver diversas instituições e atores sociais. Para

Martín e Justos (2015), os conflitos pelo uso da água ocorrem quando sua disponibilidade não satisfaz, em termos quantitativos e qualitativos, as demandas existentes para seus diferentes usos.

Tais conflitos podem ter origem em três aspectos diferentes, sendo eles: a diferenças entre o ciclo hidrológico para regiões de características sociais, políticas e econômicas diferentes, o que dificulta que o direito pelo uso da água seja difundido de forma igualitária, a diversidade de usos da água, sobretudo os usos consuntivos, e a interdependência da manutenção da qualidade e quantidade da água pelos usuários a montante para os usuários a jusante de uma mesma bacia hidrográfica (MARTÍN e JUSTOS, 2015).

Gomes, Salvador e Lorenzo (2021) pontuam que alguns fatores físicos e socioambientais, característicos de determinada região, podem favorecer o surgimento de áreas de conflito como por exemplo, a baixa disponibilidade hídrica, o aumento populacional, as mudanças climáticas e a degradação e perda de solos agrícolas e de florestas. No Brasil, fatores como a desigualdade de disponibilidade hídrica entre as regiões, o aumento acelerado da poluição e degradação dos corpos d'água, impulsionados pelo aumento populacional considerável das últimas décadas, escassez de água em alguns locais e a elevada utilização dos recursos hídricos por empreendimentos de grande porte, têm sido as principais causas dos conflitos gerados pelo uso da água (GOMES; SALVADOR; LORENZO, 2021).

Outros estudos apontam ainda como causas determinantes para o surgimento de conflitos pelo uso da água, fatores associados a falhas no gerenciamento dos recursos hídricos e socioambientais, como: elevada perda de água no sistema de distribuição, poluição de mananciais e fragilidade de políticas públicas voltadas a esses problemas (GOMES; SALVADOR; LORENZO, 2021); apropriação e consumo desiguais dos recursos hídricos entre os diferentes grupos sociais, aumento na produção industrial, sobretudo do setor hidrelétrico (CAMPOS; FRACALANZA, 2010; PEIXOTO; SOARES; RIBEIRO, 2021 ; LANNA, 2008); uso intensivo das águas para irrigação e carcinicultura (AMORIM; RIBEIRO; BRAGA, 2016; LANNA, 2008) e as mudanças climáticas recentes (LANNA, 2008).

A **Figura 3-3** mostra a evolução dos conflitos hídricos registrados nos estados do brasileiros, durante os anos de 2010 a 2019 no estudo realizado por Peixoto, Soares e Ribeiro, (2021), onde os autores mostram a evolução do número de conflito hídrico registrados no Brasil, por meio do mapeamento dos dados divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), através de

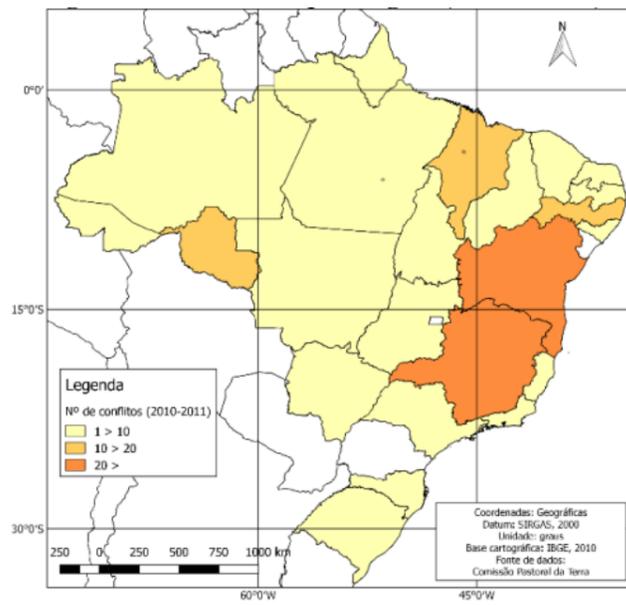
Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC), que monitora e registra a quantidade de conflito pelo uso da água no Brasil, desde 2013.

Nos resultados apresentados pelos autores é possível observar que ao longo dos anos os estados do Nordeste, juntamente com os Estados de Minas Gerais e Pará tiveram um aumento expressivo no registro de conflitos hídricos. Para Peixoto, Soares e Ribeiro (2021), a principal causa desse aumento expressivo ter ocorrido nessas regiões é devido a expansão de algumas atividades industriais como o setor hidrelétrico no Norte, a agropecuária no Nordeste e mineração em Minas Gerais (PEIXOTO; SOARES; RIBEIRO, 2021).

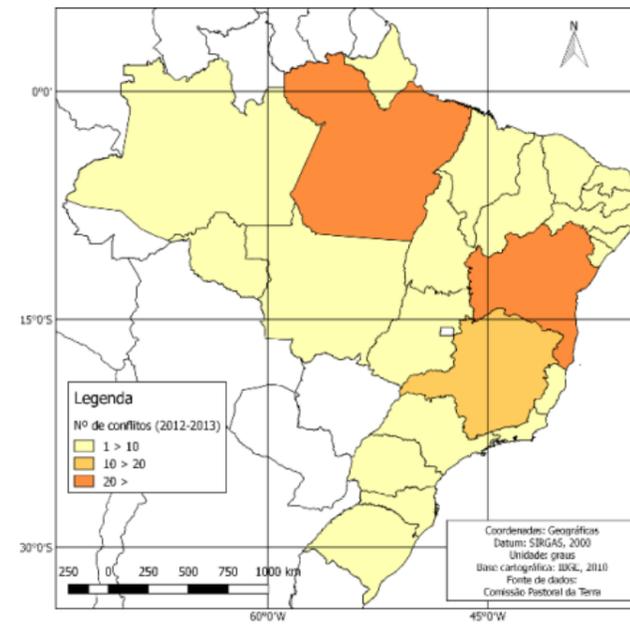
Os autores ainda ressaltam que um modelo de gestão de recursos hídricos eficiente que visa atenuar problemas de escassez e, conseqüentemente, os conflitos pelo uso água, deve levar em consideração o resultado de estudos relacionados aos usos múltiplos da água como forma de se evitar cenários que contribuam para geração de conflitos.

Figura 3-3- Evolução das Declarações de Conflito Hídricos no Brasil durante os anos de 2010 a 2019

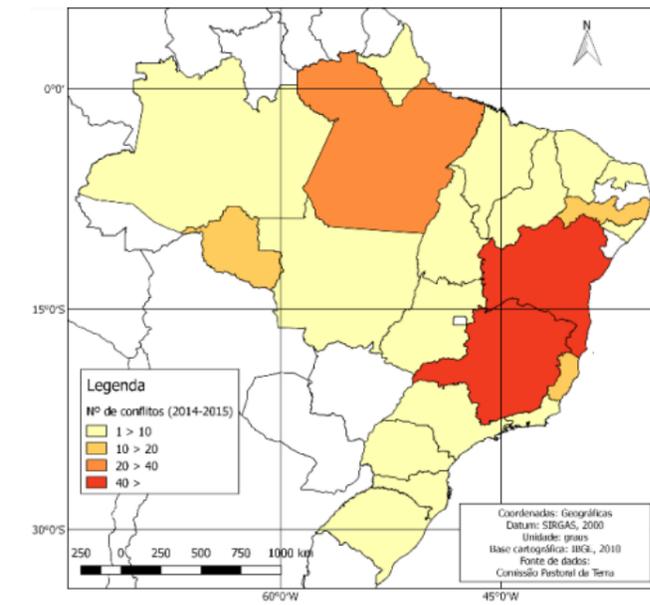
a) Conflitos pela água (2010 -2011)



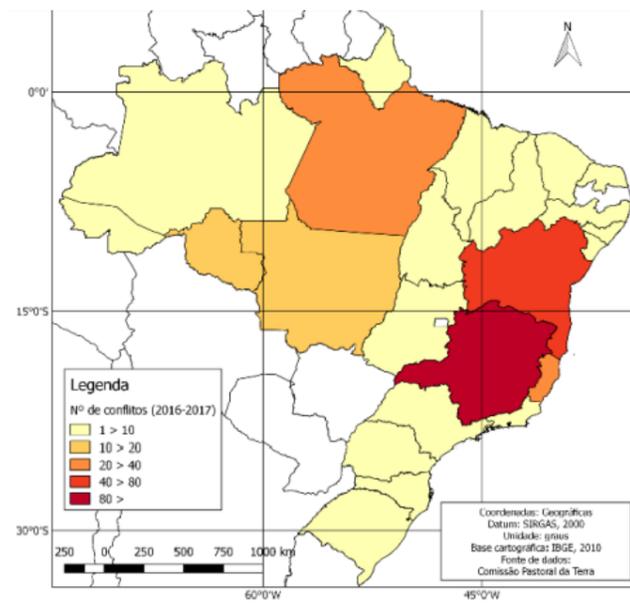
b) Conflitos pela água (2012 -2013)



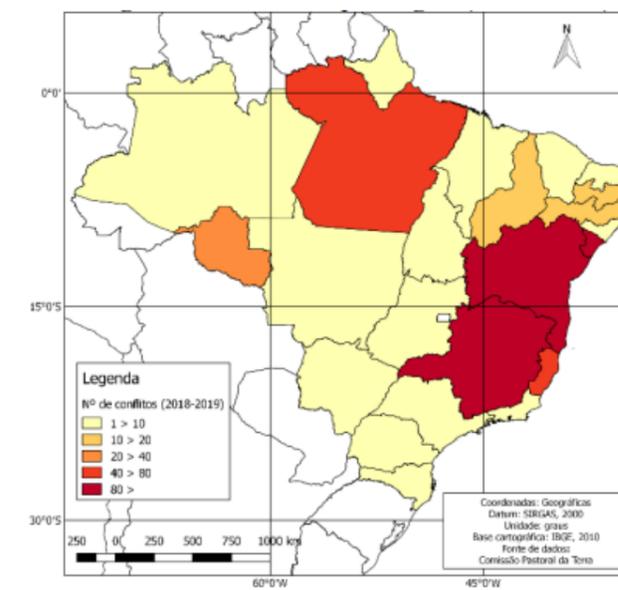
c) Conflitos pela água (2014 -2015)



d) Conflitos pela água (2016 -2017)



e) Conflitos pela água (2018 -2019)



Fonte: PEIXOTO; SOARES; RIBEIRO (2021).

3.4.1 Declaração de área de Conflito Hídrico em Minas Gerais

Segundo o Decreto Estadual nº47.705, de setembro de 2019 “a ocorrência do conflito pelo uso dos recursos hídricos superficiais se dá quando há a situação de indisponibilidade hídrica aferida pelo balanço hídrico de vazões outorgadas, em que a demanda pelo uso dos recursos hídricos de uma porção hidrográfica seja superior à vazão outorgável” (INFOHIDRO, s.d.). De acordo com os dados disponibilizados pelo InfoHidro, até o ano de 2020, Minas Gerais possuía cinquenta e sete (57) áreas de conflito hídrico declaradas pelo IGAM, como mostra a **Figura 3-4**.

Visando a regulamentação dos usos múltiplos da água no Estado de Minas Gerais e a proposição de alternativas de soluções para o surgimento de tais conflitos, o Decreto nº47.705/2019 publicado pelo SEGRH-MG foi uma das alternativas encontradas pelos órgãos gestores dos recursos hídricos do estado para estabelecer critérios de concessão e revogação de outorgas.

O Decreto prevê a concessão de outorgas coletivas em áreas em que a demanda pelo uso dos recursos hídricos de uma porção hidrográfica seja superior à vazão outorgável. (MINAS GERAIS, 2019). Nesses casos, o documento traz ainda as seguintes atribuições:

(..) Art. 7º– Caso seja confirmada a situação de conflito pelo uso de recursos hídricos, o Igam emitirá uma Declaração de Área de Conflito – DAC – mediante elaboração de parecer técnico prévio.

Parágrafo único – A DAC será publicada no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais e no sítio eletrônico do Igam, sendo obrigatória a comunicação oficial de sua emissão ao CBH com atuação na área declarada de conflito (..)

É atribuído também aos Comitês de Bacia Hidrográfica a atuação direta na intermediação do processo de concessão de outorga coletiva juntamente com as partes interessadas.

(..) Art. 8º – O CBH com atuação na área declarada de conflito convocará os usuários para elaboração de proposta de alocação negociada de recursos hídricos, para fins de regularização em processo único de outorga coletiva, com apoio técnico do Igam.

§ 1º – A proposta de alocação negociada de recursos hídricos de que trata o caput tem por objetivos:

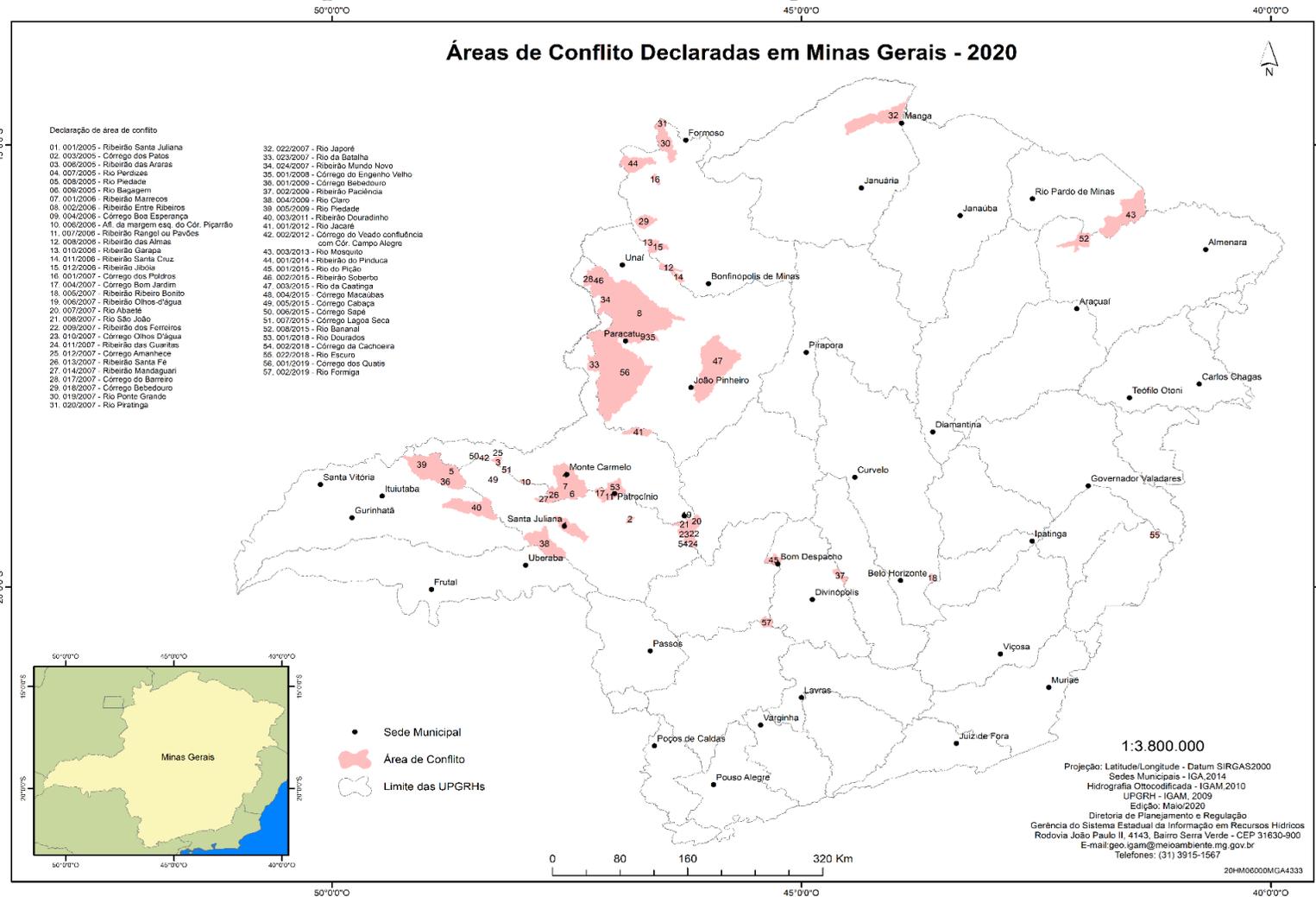
I – A distribuição de recursos hídricos entre os diversos usos múltiplos existentes em uma porção hidrográfica;

II – O atendimento das necessidades ambientais e sociais por recursos hídricos;

III – a eliminação ou a atenuação dos conflitos entre usuários dos recursos hídricos;

IV – O planejamento das demandas hídricas futuras. (..)

Figura 3-4 - Áreas de Conflito declaradas pelo IGAM até 2020.

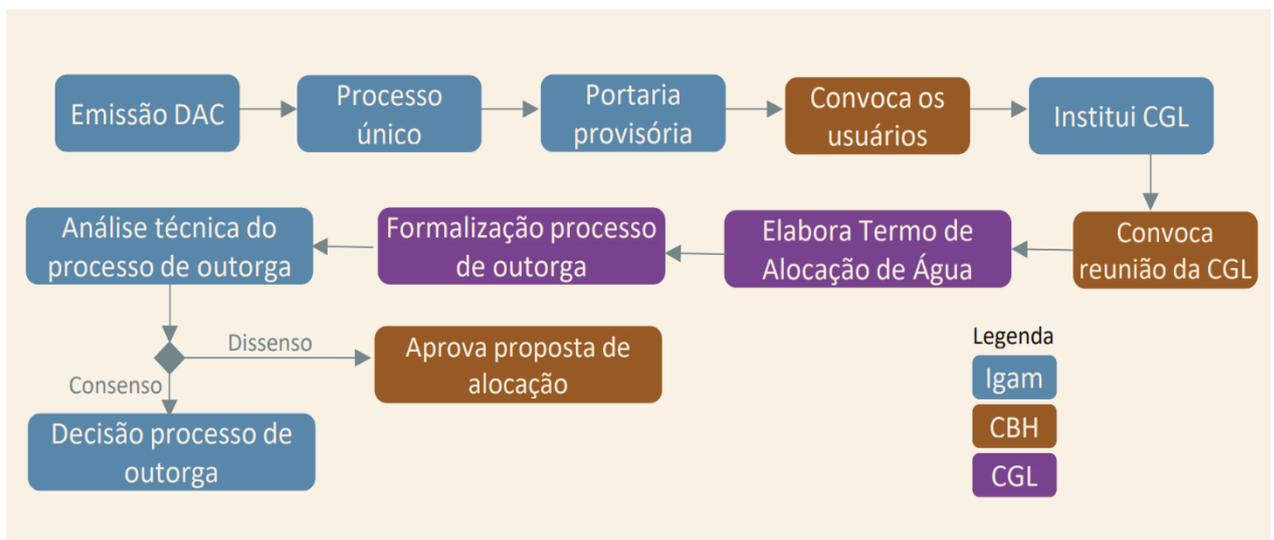


Fonte: IGAM (2020)

O intermédio entre todos os usuários de recursos hídricos superficiais consuntivos, outorgados ou outorgáveis, inseridos em áreas com Declaração de Área de Conflito (DAC), juntamente com os Comitês de Bacia Hidrográfica, acontece por meio da formação de uma Comissão Gestora Local (CGL), que tem por objetivo propor um Termo de Alocação de Água e gerenciar a alocação dos usos de recursos hídricos na sua área de abrangência, que dá abertura ao processo de outorga coletiva (IGAM, 2021). É função da CGL propor o Termo de Alocação de Água, gerenciar a alocação dos usos dos recursos hídricos na área de abrangência e representar os usuários junto ao CBH e ao IGAM (FAEMG, 2023)

O processo de regulamentação dos usos dos recursos hídricos, desde a emissão da DAC pelo IGAM até a concessão da outorga coletiva, é esquematizado na **Figura 3-5**.

Figura 3-5 - Fluxograma do processo de regularização dos usos de recursos hídricos em Minas Gerais.



Fonte: IGAM (2021).

A Declaração de Áreas de Conflito Hídrico é um importante instrumento incorporado à gestão de recursos hídricos do estado, pois, através dela, é possível mapear as áreas críticas em termos de disponibilidade hídrica ou de alta demanda de outorgas, auxiliando a tomada de decisão do poder público acerca de medidas cabíveis a mediação de minimização desses conflitos (SOUSA e SANT ANNA, 2019).

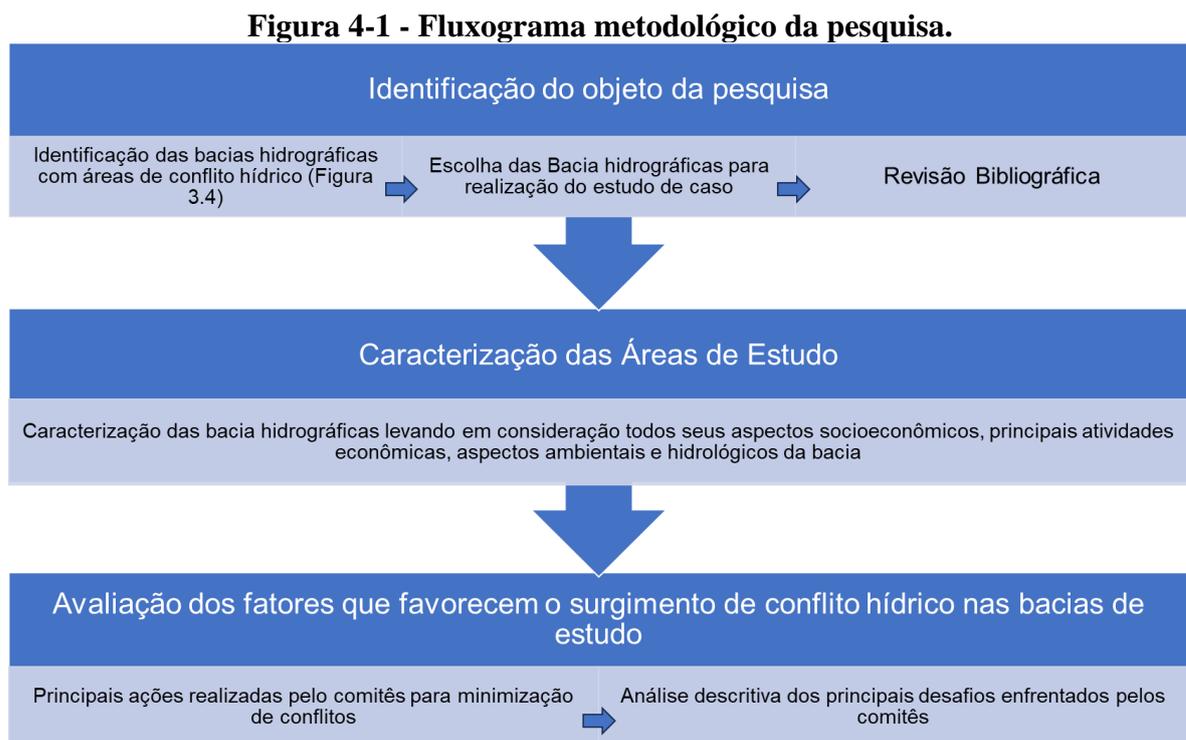
No entanto, é importante ressaltar que a DAC apesar de ser um recurso importante para o mapeamento de áreas de conflito, este instrumento considera apenas os conflitos quantitativos do uso da água (quando a disponibilidade hídrica é menor que a demanda dos usuários da bacia),

não considerando os conflitos qualitativos (gerados quando a qualidade da água não atende os usos principais da bacia) bem como não considera as áreas potenciais de conflito existentes no Estado (MAGALHES e LOPES, 2017).

4. METODOLOGIA

O presente estudo teve por objetivo analisar os fatores de contribuição aos conflitos hídricos existente nas bacias do Rio Mosquito e do Rio Paracatu. Desse modo, o estudo foi realizado por meio de pesquisa exploratória, em sítios eletrônicos dos órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos em âmbito nacional e estadual, como a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), dentre outros, para levantamento de informações complementares.

A pesquisa foi subdividida em quatro etapas, sendo elas: (i) identificação das áreas de conflito hídrico no estado de Minas Gerais; (ii) caracterização das Bacias Hidrográficas em estudo; (iii) análise dos fatores que têm contribuído para o surgimento de conflitos nas bacias e (iv) ações e desafios enfrentados pelos comitês de ambas as bacias para solucionar esses conflitos, assim como apresentado no fluxograma da **Figura 4-1**.



Fonte: Autora (2023).

4.1 Descrição das etapas da Pesquisa

4.1.1 Identificação das áreas de Conflito hídrico

Para levantamento das áreas declaradas de conflito hídrico em Minas Gerais, foram utilizados dados fornecidos pelo Repositório Institucional do IGAM, que disponibiliza informações anuais a respeito de estudos e panorama geral dos recursos hídricos no estado e as informações fornecidas pelo IDE-SISEMA através de dados georreferenciados.

Os critérios adotados na escolha das bacias hidrográficas para os estudos de caso incluíram a quantidade atual de declarações de áreas de conflito hídrico emitidas pelo IGAM na bacia, sua localização geográfica e a quantidade de informações e estudos disponíveis sobre a temática de gestão e planejamento de recursos hídricos e conflito hídricos em sítios eletrônicos de artigos acadêmicos (*Google Scholar*, Periódicos CAPES e SCIELO, entre outros) e nas páginas oficiais dos órgãos de gestão de recursos hídricos e dos comitês de bacias.

4.1.2 Caracterização das Bacias Hidrográficas em estudo

Para caracterização das Bacias Hidrográficas do Rio Paracatu e Rio Mosquito, foram utilizadas as informações das características gerais ambientais, socioeconômicas e do uso e disponibilidade dos recursos hídricos da região de cada bacia hidrográfica, fornecidas nos diagnósticos de seus respectivos planos diretores de recursos hídricos. Para a complementação dos dados foram realizadas, quando necessárias, pesquisas exploratórias em sítios eletrônicos oficiais tanto do governo Federal quanto do governo do estado de Minas Gerais como o IBGE, ANA, IGAM, InfoHidro e IDE-SISEMA. As principais informações levantadas foram:

- Aspectos climáticos da bacia (precipitação, umidade relativa do ar e temperatura);
- Aspectos hidrológicos gerais (principais cursos d'água, usos principais da água e vulnerabilidade naturais recursos hídricos da bacia);
- Aspectos socioeconômicos gerais da bacia (principais municípios e atividades econômicas, população geral e número de habitantes, densidade demográfica da bacia e PIB per capita dos municípios);
- Uso e ocupação do solo.

4.1.3 Avaliação dos fatores que favorecem o surgimento de conflitos hídricos nas bacias hidrográficas em estudo

Segundo Martín e Justos (2015), os conflitos pelo uso dos recursos hídricos podem ter três origens distintas: Disponibilidade de água em qualidade insuficiente; disponibilidade de água em quantidade insuficiente e por destinação de usos. Dessa forma, para avaliação dos fatores que favorecem o surgimento de conflitos nas bacias de estudo, foram analisadas as informações que favorecem o surgimento desses conflitos em ambas as bacias de estudo. O levantamento das informações foi realizado através dos dados fornecidos pela plataforma IDE-SISEMA e pelos relatórios anuais de situação dos recursos hídricos de Minas Gerais. As principais informações analisadas foram:

- Qualidade atual dos principais corpos hídricos da bacia;
- Índice de Saneamento Básico nos municípios da bacia;
- Quantidade água disponível;
- Índices pluviométricos da bacia;
- Usos consultivos e não consultivos das bacias;
- Concessão de outorgas.

4.1.4 Ações e desafios dos comitês para minimização dos conflitos hídricos

Para avaliação dos desafios e ações dos comitês de bacia hidrográfica na minimização dos conflitos hídricos da bacia, foram selecionadas e analisadas algumas das pautas de reuniões realizadas pelos comitês (ANEXO A e ANEXO B) nos últimos 5 anos, como forma de obter informações a respeito das principais tratativas adotadas pelos comitês, frente as questões de usos dos recursos hídricos na bacia e as tratativas adotadas para enfrentamento aos impasses existente. Como forma de complementação de informações, também foram analisados vídeos sobre ações adotadas pelos comitês da preservação e gestão das bacias, em canais da internet e sítios eletrônicos oficiais dos comitês.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

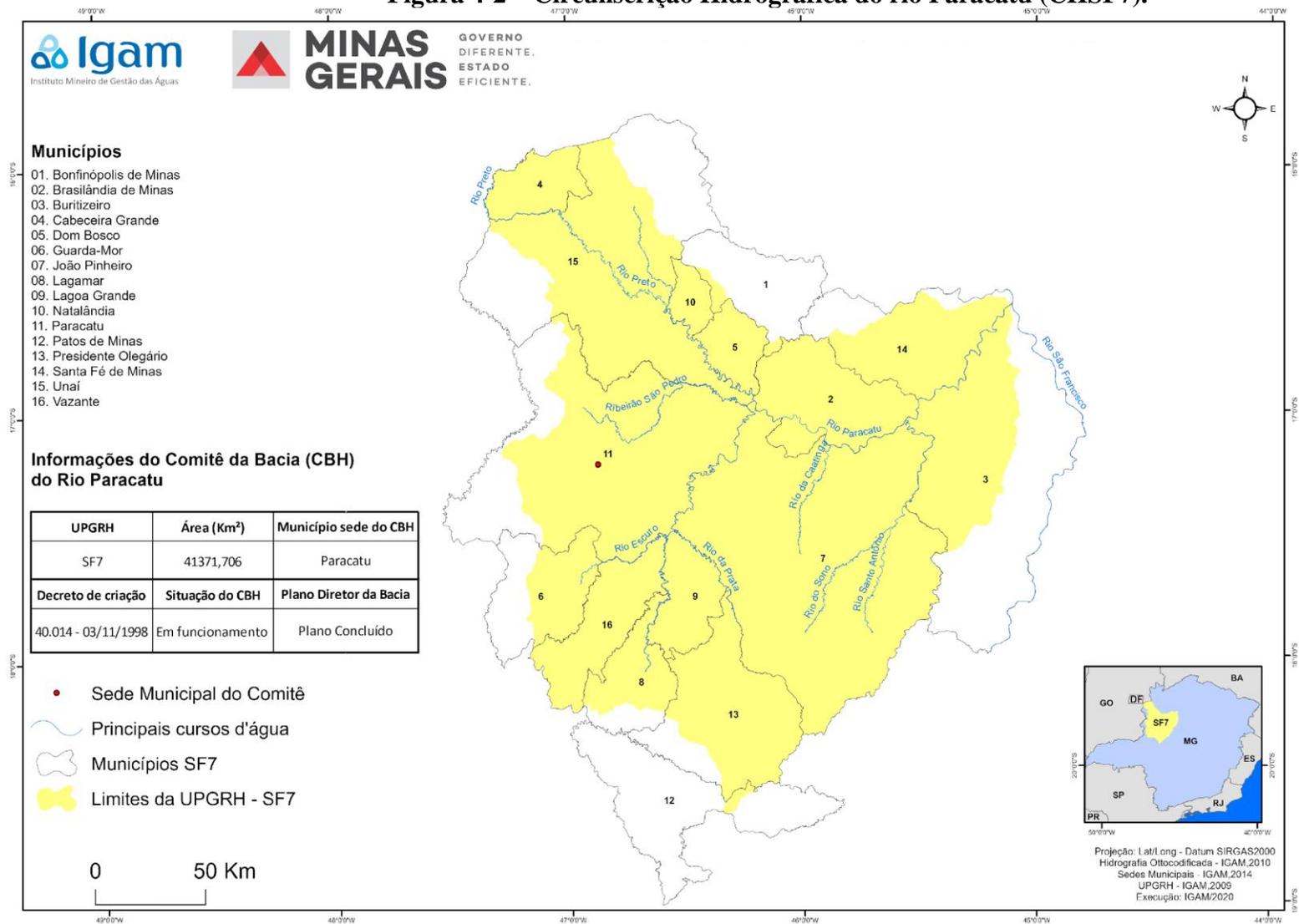
5.1 Caracterização das Áreas de Estudo

5.1.1 A Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu (SF7)

A bacia hidrográfica (BH) do rio Paracatu abrange uma área de drenagem de aproximadamente 45.600 km², sendo 92% dessa área inserida na região Nordeste do Estado de Minas Gerais, e apenas 5% e 3% da área total distribuídos no estado de Goiás e no Distrito Federal, respectivamente (CBHSF7, 2023); PDRH, 2006). Com uma área de drenagem de aproximadamente 41.600 km², na porção mineira da sua unidade territorial, a bacia do rio Paracatu é a maior dentre os afluentes diretos do Rio São Francisco, pertencendo a região hidrográfica do Alto São Francisco (CBHSF, 2023).

Ao todo a Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu é contemplada por 16 municípios, sendo que 12 deles têm suas sedes inseridas dentro dos limites geográficos da bacia. Os municípios pertencentes à bacia do rio Paracatu são: Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritizeiro, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Patos de Minas, Presidente Olegário, Santa Fé de Minas, Unaí, Vazante (CBHSF7, 2023). A **Figura 4-2** mostra a unidade de Circunscrição Hidrográfica do rio Paracatu (SF7), seus principais municípios e principais cursos d'água.

Figura 4-2 – Circunscrição Hidrográfica do rio Paracatu (CHSF7).



Fonte: CBHSF (2023).

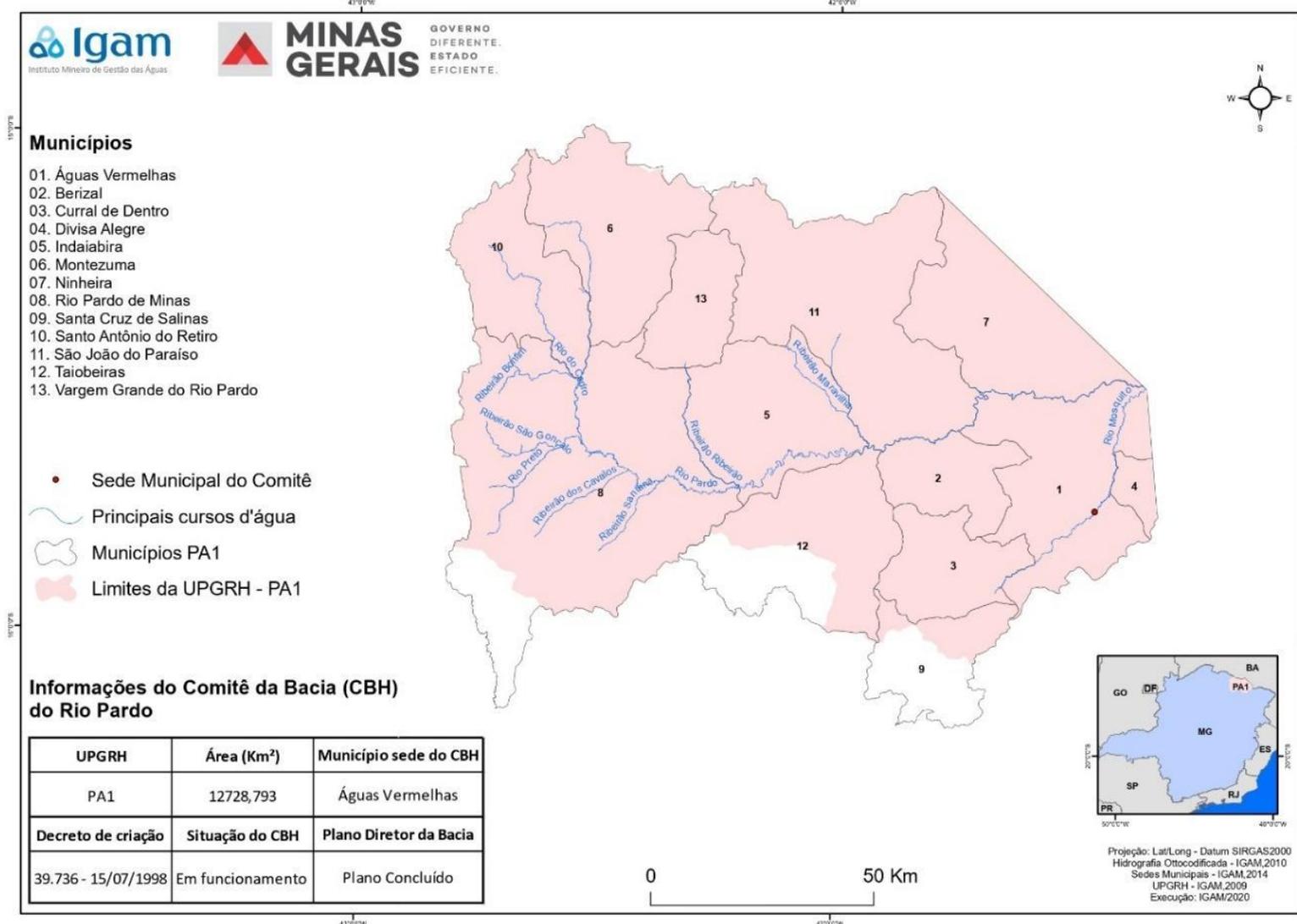
5.1.2 *A Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais Afluentes do Rio Pardo (PA1)*

A bacia hidrográfica do Rio Mosquito está localizada na região Norte de Minas, ocupando uma área total de 12.729 km². A bacia faz parte da Circunscrição Hidrográfica do Rio Pardo (ou Rio Mosquito) (PA1), que abrange parte dos estados de Minas Gerais e da Bahia (PDRH, 2013).

Ao todo a bacia do rio Mosquito abrange 13 municípios sendo eles: Águas Vermelhas, Berizal, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Indaiabira, Montezuma, Ninheira, Rio Pardo de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santo Antônio do Retiro, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo (IGAM, 2023).

A **Figura 4-3** mostra as delimitações geográficas da bacia hidrográfica do rio Mosquito e os municípios abrangidos pela bacia.

Figura 4-3 – Circunscrição Hidrográfica do Rio Mosquito e demais afluentes do Rio Pardo (PA1).



Fonte: IGAM (2014).

5.2 Principais características ambientais, socioeconômicas, usos e demandas dos recursos hídricos das bacias hidrográficas

5.2.1 Caracterização da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu (SF7)

Em aspectos hidrológicos, a Circunscrição Hidrográfica do Rio Paracatu (CHSF7), é contemplada pela margem direita da bacia, pelos rios Banabui, Taboca, Tamanduá, Prata, Verde, Troncos, Caatinga, Campo Grande, Soninho, Sono Grande e Gameleira. E a margem esquerda, pelos rios Biboca, Santa Catarina, Escuro Grande, Santa Isabel, córrego Rico, Boa Sorte, Bezerra, São Pedro, Preto (que é o maior de seus afluentes), Santa Tereza, Santa Fé, Santo Antônio, Cana Brava. Todos esses afluentes e outros de pequeno curso compõem a CHSF7, a qual faz parte da bacia federal do rio São Francisco (CBHSF7, 2023). Em Minas Gerais, a CHSF7 faz divisa com as com as bacias dos rios Formoso e Jatobá, a bacia do rio Abaeté, a bacia do rio Paranaíba, a bacia do rio Tocantins e a do rio Urucuia.

Figura 5-1 – Limites geográficos da bacia do Rio Paracatu.



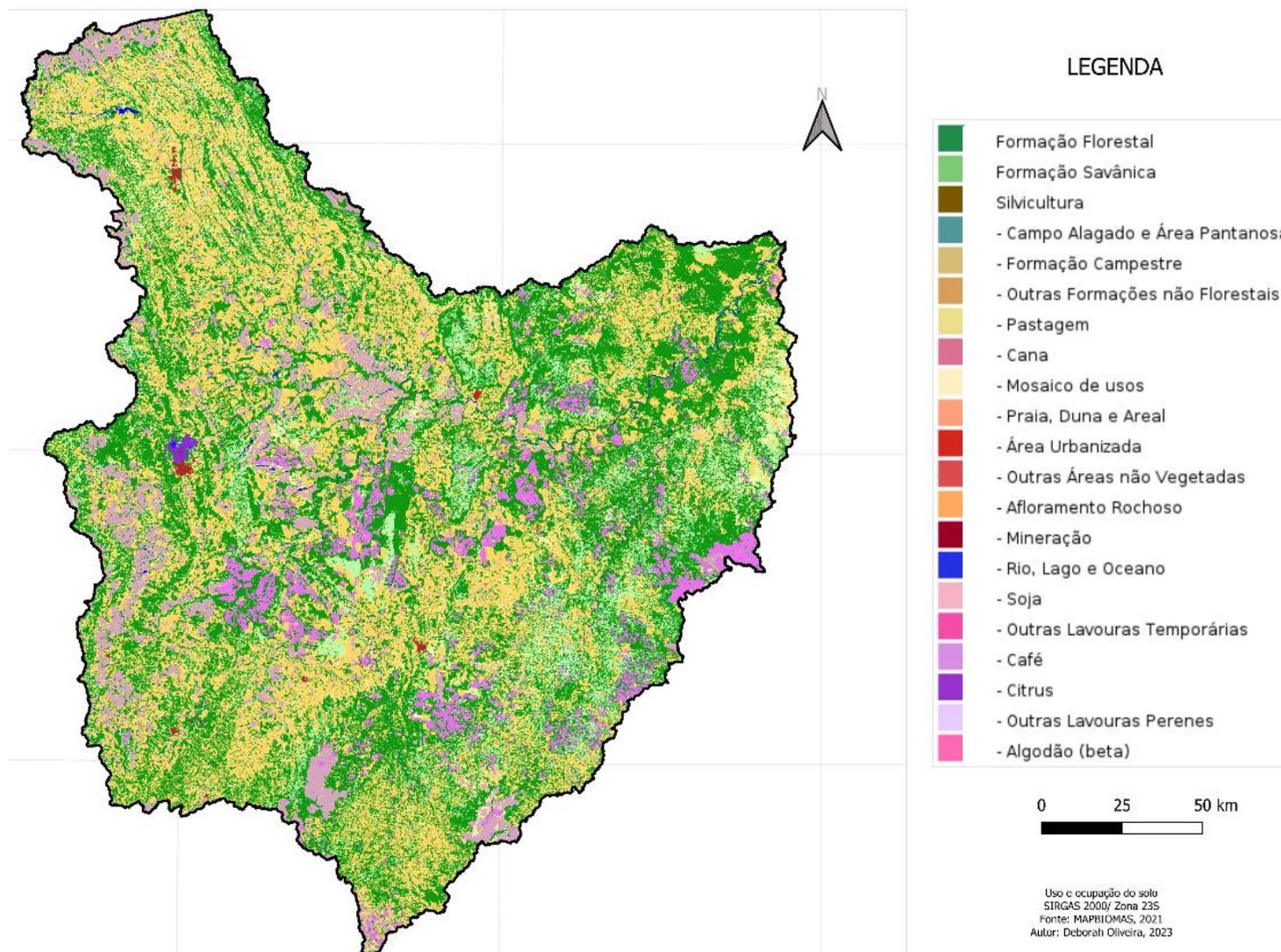
Fonte: Adaptado de PDRH (2006).

A bacia hidrográfica do Rio Paracatu se insere em um clima tropical úmido, com temperaturas elevadas durante o ano e um período chuvoso, que ocorre nos meses de outubro a abril e um período seco, presente nos meses de maio a setembro. As temperaturas médias anuais na bacia variam entre 21 ° C e 24 ° C, sendo que os valores mais elevados ocorrem com maior frequência na parte oriental da bacia, especialmente em áreas de relevo de depressão. A umidade relativa do ar sofre grandes alterações no verão e no inverno, oscilando entre 80 % e 50 % (PDRH, 2006). O principal bioma encontrado na bacia é o Cerrado, com a presença de outras variações fitogeográficas, como o cerradão, campo limpo, matas ciliares, veredas, vegetações de várzeas, dentre outras (PDRH, 2006).

Em aspectos hidrogeológicos, a bacia apresenta quatro (4) tipos de aquíferos: granulares, carsticos, cársticos-fissurados e aquíferos fraturados. Os granulares ocupam cerca de 41,3% da área total da bacia, sendo que os aquíferos cársticos ocupam 6,7% da área, os aquíferos cársticos-fissurados presentes em 33,6% da área total, e os aquíferos fraturados em 18,4% da bacia (PDRH, 2006). Segundo o Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia do Rio Paracatu (PDRH), a maior parte dos aquíferos encontrados na bacia possuem alta vulnerabilidade à contaminação, o que pode comprometer significativamente a qualidade das águas subterrâneas existentes na bacia. A principal demanda das águas subterrâneas na bacia é dada através de poços tubulares rasos escavados, os quais geralmente são utilizados para abastecimento e irrigação de lavouras na área rural (PDRH, 2006).

Em termos de cobertura e uso do solo, a Circunscrição Hidrográfica do Rio Paracatu se mostra bem diversificada, no entanto, as atividades de silvicultura, pastagens e plantio de culturas como soja, cana, algodão e outros tipos de lavouras se mostram predominantes, como mostra a **Figura 5-2** (MAPBIOMAS, 2022). Segundo Silva, Guimarães e Cecim (2016), nos últimos anos a bacia vem sofrendo significativas alterações, devido à expansão das áreas agrícolas no cerrado, impulsionadas pelo avanço tecnológico das atividades agrícolas da região.

Figura 5-2 - Mapa de uso e cobertura do solo da Bacia do Rio Paracatu.



Fonte: MAPBIOMAS (2021).

Em aspectos demográficos, segundo dados do censo IBGE (2010), a bacia hidrográfica do rio Paracatu conta com uma população total de aproximadamente 280.736 mil habitantes (sendo 227.245 mil hab. na área urbana e 53.491 mil hab. na área rural) (CBHSF, 2023). A região apresenta uma densidade demográfica de aproximadamente 6,81 hab./km². Segundo o Plano Diretor de Bacia Hidrográfica do rio Paracatu a região é marcada por um vazio demográfico considerável ao longo de seu território, no entanto, nos últimos censo realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 e 2022, observa-se um crescimento expressivo na região, com destaque para o município Lagoa Grande que apresentou um aumento considerável em termos de densidade demográfica (de 6,98, para 13,02 hab./km²). Também é possível observar que no mesmo período, ocorreu decréscimo demográfico, como o caso do município de Lagamar (de 5,15 para 4,50 hab./km²).

O Produto Interno Bruto (PIB) médio *per capita* da bacia é de aproximadamente R\$ 34.864,00, ficando abaixo do PIB estadual atual de R\$ 45.022,00. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio dos municípios contemplados pela bacia é de 0,680; estando abaixo do IDH estadual atual que é de 0,774 (IBGE, 2022).

Em termos econômicos, a região Noroeste de Minas está entre as regiões do estado com o maior potencial para atividades agrícolas, o que atrai grandes empresas do setor. A região ainda conta com um grande potencial minerário, o que contribuiu para a chegada de grandes empresas do setor nos últimos anos, aumentando significativamente a contribuição do setor industrial para o PIB dos municípios (ACMinas, 2023).

5.2.2 Caracterização da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais afluentes do Rio Pardo (PAI)

Em aspectos morfológicos, a bacia do rio Mosquito se assemelha à bacia do rio Paracatu, tendo como principal bioma o Cerrado e suas outras variações morfológicas. Os seus principais afluentes são: O Rio Pardinho, Córrego São João, Córrego Santana, Ribeirão Imbiruçu, rio São João do Paraíso, rio Muquém, rio Itaberaba, Ribeirão do Salitre, e rio Mosquito, considerado o principal afluente da bacia (IGAM, 2023).

O clima predominante é o subúmido seco, com a presença do clima semiárido na porção noroeste da bacia. Durante o ano há presença de uma estação seca no inverno e uma chuvosa no verão, com temperaturas elevadas durante todo o ano e precipitação anual média de aproximadamente 829,2 mm. Em aspectos gerais, o regime de chuvas na região é caracterizado pela escassez, irregularidade e concentração das precipitações pluviométricas num curto

período de cerca de três meses, durante o qual ocorrem sob a forma de fortes aguaceiros de pequena duração (PDRH, 2013). Em termos de evaporação, também se observa uma tendência sazonal, onde os meses com maiores registros de evaporação são os meses de julho a outubro.

Segundo o diagnóstico do PDRH (2013) do PA1, algumas regiões da bacia apresentam um déficit hídrico (quando há uma evapotranspiração em relação ao volume hídrico precipitado), sendo este fenômeno mais recorrente nos nove meses mais secos do ano. Tal fenômeno traz impactos consideráveis para as atividades de culturas irrigáveis, sendo necessária a aplicação da irrigação manual para manutenção dos cultivos (PDRH, 2013).

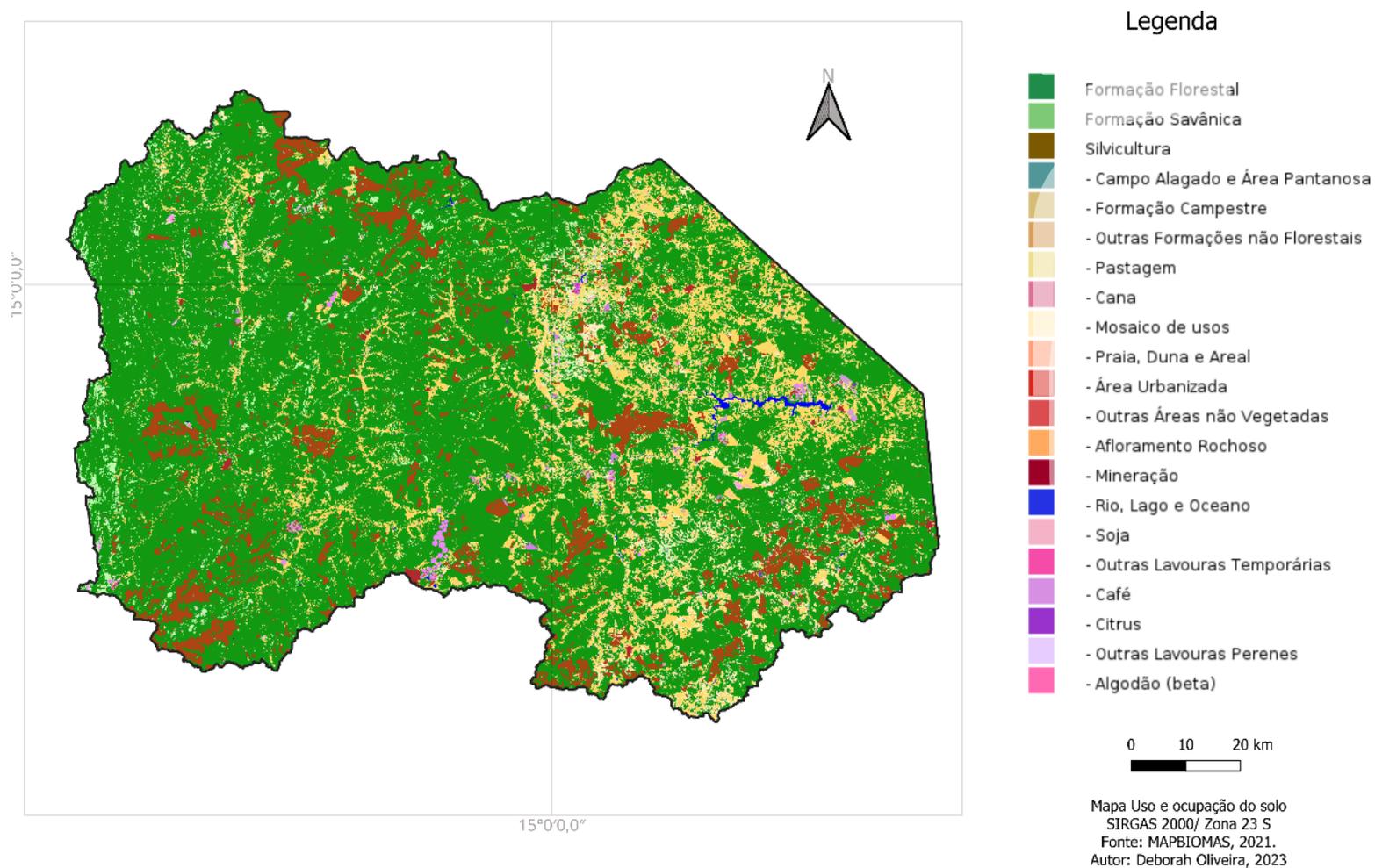
Em termos hidrogeológicos, na bacia do rio Mosquito em sua maior parte os aquíferos são porosos e fraturados de pouca produtividade, com uma vazão média em torno de 1 a 5 m³/h. Assim como as demais bacias hidrográficas do estado, a bacia do rio Mosquito vem sofrendo um aumento na utilização das suas águas subterrâneas, devido a sua viabilidade econômica diante do cenário de escassez hídrica, má qualidade das águas superficiais e avanços das técnicas de extração dessas águas (PDRH, 2013).

Nos aspectos hidrológicos gerais da bacia, a vazão dos cursos d'água existentes acompanham a sazonalidade das precipitações, apresentado um período seco entre os meses de abril a setembro e períodos de vazões médias mensais maiores, nos períodos mais chuvosos do ano que correspondem aos meses de novembro a abril (PDRH, 2013). Em termos de usos e demanda da utilização dos recursos hídricos as principais atividades são irrigação, abastecimento humano, agropecuária, mineração, geração de energia elétrica, uso industrial e atividades de turismo e recreação.

Em aspectos socioeconômicos, segundo dados do censo do IBGE (2022), o município com maior população dentre os municípios inserido na área da bacia do rio Mosquito é o município de Taiobeiras (33.050 mil hab.), seguidos pelos municípios de Rio Pardo de Minas e São João do Paraíso (28.271 mil hab. e 23.910 mil hab., respectivamente). A região também apresenta uma densidade demográfica considerável, sendo o município de Divisa Alegre o município de maior densidade demográfica (53,66 km²/hab.), seguido dos municípios de Taiobeiras e Cural de Dentro (27,09 e 12,97 km²/hab., respectivamente). Ainda em aspectos populacionais, segundo dados do censo do IBGE 2022, alguns dos municípios da região têm apresentado um crescimento negativo, como é o caso dos municípios de Indaiabira (-1,19%) e Santa Cruz de Salinas (-0,97%) (IBGE, 2022).

Em termos econômicos, a região norte de Minas Gerais, na qual se insere a bacia do rio Mosquito, destaca-se pela atividade agropecuária, graças a suas extensas áreas de pastagens destinadas à criação de gado, sendo um setor importante para a região (ACMinas, 2023). Tal aspecto econômico também é evidenciado em seu mapa de uso e ocupação do solo **Figura 5-3**. No mapa é possível ver uma presença significativa de áreas de pastagens, mas também a presença significativa de outras atividades econômicas como a mineração.

Figura 5-3 – Mapa de Uso e Ocupação do solo da bacia hidrográfica do rio Mosquito.



Fonte: Adaptado de MAPBIOMAS (2021)

5.3 Avaliação dos fatores que favorecem o surgimento de conflitos hídricos na bacia hidrográfica do rio Paracatu e do rio Mosquito.

Os conflitos hídricos nas bacias hidrográficas podem surgir por fatores diversos como a escassez de água, o uso desigual dos recursos hídricos, a poluição das águas e a degradação do ecossistema aquático, até a fatores políticos e econômicos como a falta de cooperação entre as regiões que compartilham a mesma bacia.

Dessa forma, serão apresentados a seguir alguns dos possíveis fatores que tem favorecido o surgimento de áreas de conflito dentro das bacias dos rios Mosquito e Paracatu, levando em consideração os fatores que contribuem para a redução da qualidade, quantidade e os usos múltiplos dos cursos d'água contemplados pelas áreas das bacias hidrográficas.

De acordo com os dados divulgado pelo IGAM, tanto na bacia hidrográfica do rio Paracatu, quanto a bacia do rio Mosquito, são identificadas ao todo vinte e uma (21) áreas de conflito declaradas (sendo 20 áreas na bacia do Rio Paracatu e 1 na bacia do Rio Mosquito). A informação a respeito do município onde estão localizadas, os cursos d'águas e o número e ano da emissão das DACs é descrita nas **Tabela 5-1** e **Tabela 5-2**.

Tabela 5-1 - Áreas de conflito declaradas pelo IGAM por uso dos recursos hídricos na CH do Rio Paracatu.

| Município (os) | Curso de água | N.º DAC | Nome Trecho |
|-----------------|--------------------------|----------|--|
| Paracatu e Unaí | Ribeirão Entre-Ribeiros | 002/2006 | Alto Ribeirão Entre-Ribeiros |
| Paracatu | Córrego do Engenho Velho | 001/2008 | Córrego do Engenho Velho |
| Paracatu e Unaí | Ribeirão Entre-Ribeiros | 002/2006 | Vereda Grande |
| Paracatu e Unaí | Córrego da Conceição | 002/2006 | Córrego da Conceição |
| Paracatu e Unaí | Ribeirão São Pedro | 002/2006 | Ribeirão Santa Rita |
| Paracatu e Unaí | Ribeirão São Pedro | 002/2006 | Alto Ribeirão São Pedro (antigo Médio Alto Ribeirão São Pedro) |
| Paracatu e Unaí | Ribeirão São Pedro | 002/2006 | Médio Ribeirão São Pedro (antigo Médio Baixo Ribeirão São Pedro) |

continuação

| Município (os) | Curso de água | N.º DAC | Nome Trecho |
|---|-----------------------|----------------|--------------------------|
| Paracatu e Unaí | Ribeirão São Pedro | 002/2006 | Baixo Ribeirão São Pedro |
| Coromandel, Vazante, Paracatu, Guarda-Mor | Rio Escuro | 003/2018 | Alto Rio Escuro |
| Coromandel, Vazante, Paracatu, Guarda-Mor | Rio Escuro | 003/2018 | Ribeirão Januário |
| Coromandel, Vazante, Paracatu, Guarda-Mor | Rio Escuro | 003/2018 | Alto Ribeirão Escurinho |
| Coromandel, Vazante, Paracatu, Guarda-Mor | Rio Escuro | 003/2018 | Ribeirão Santa Isabel |
| Coromandel, Vazante, Paracatu, Guarda-Mor | Rio Escuro | 003/2018 | Ribeirão Arrenegado |
| Coromandel, Vazante, Paracatu, Guarda-Mor | Rio Escuro | 003/2018 | Baixo Ribeirão Escurinho |
| Coromandel, Vazante, Paracatu, Guarda-Mor | Rio Escuro | 003/2018 | Baixo Rio Escuro |
| João Pinheiro | Alto Rio Caatinga | 003/2020 | Alto Rio Caatinga |
| Paracatu | Córrego Boa Esperança | 004/2006 | Córrego Boa Esperança |
| João Pinheiro | Rio Canabrava | 004/2020 | Rio Canabrava |
| João Pinheiro | Baixo Rio Caatinga | 005/2020 | Baixo Rio Caatinga |

Fonte: IGAM (2023).

Tabela 5-2 - Áreas de conflito declaradas pelo IGAM pelo uso dos recursos hídricos na CH do Rio Pardo

| Município (os) | Curso de água | N.º DAC | Nome Trecho |
|--|----------------------|----------------|--------------------|
| Águas Vermelhas, Divisa Alegre, Cural de Dentro, Santa Cruz de Salinas, Cachoeira de Paje e Pedra Azul | Rio Mosquito | 003/2013 | Rio Mosquito |

Fonte: IGAM (2023).

5.3.1 Panorama da qualidade das águas nas CHs do Rio Paracatu e do Rio Mosquito

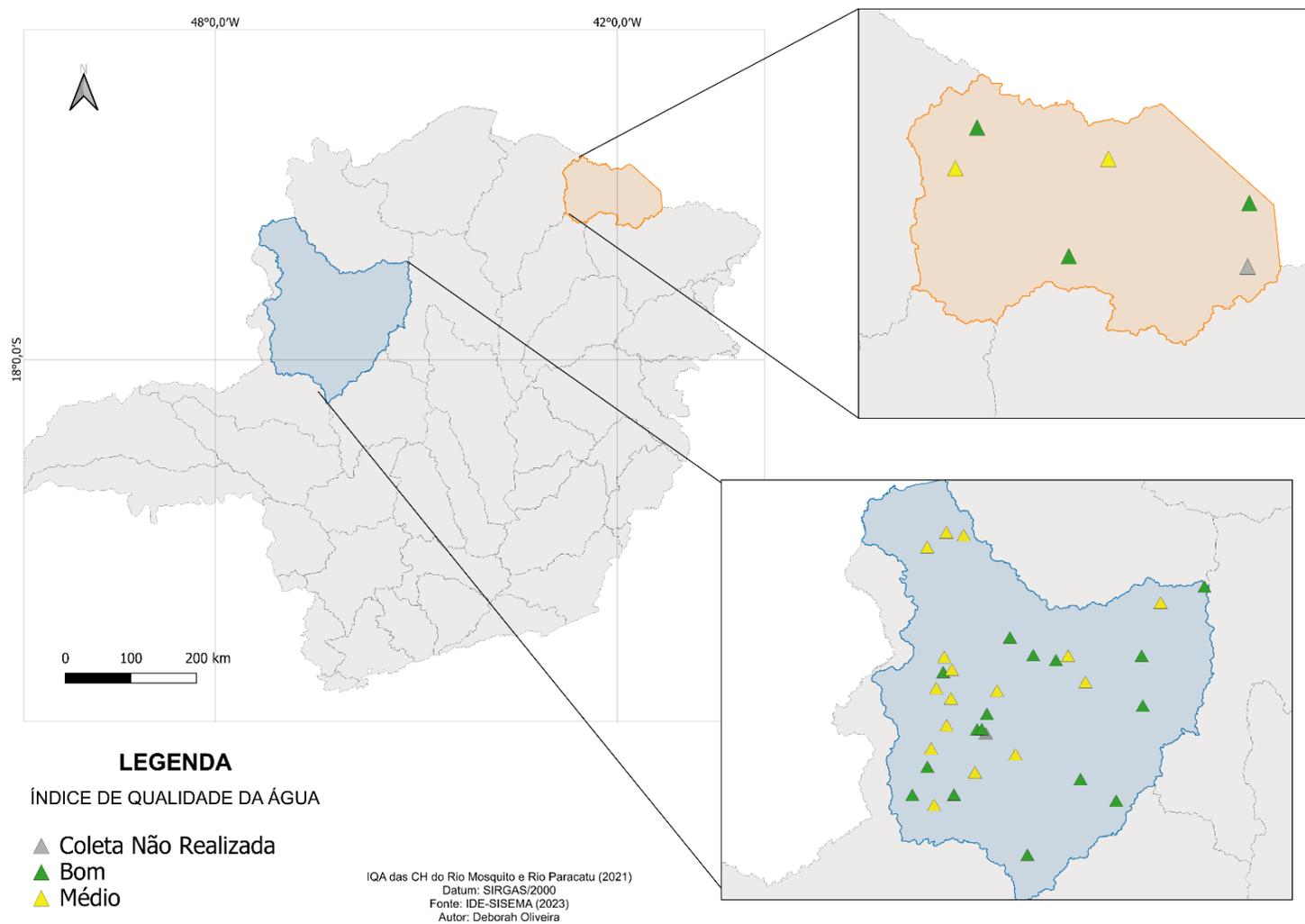
A perda significativa da qualidade das águas superficiais causada pelo aumento das atividades antrópicas e processo intenso de urbanização ocorrido nas bacias hidrográficas nos últimos anos, tem intensificado os surgimentos de áreas de conflitos hídricos em diversas bacias hidrográficas do Brasil. Em Minas Gerais, segundo o Resumo Executivo do Monitoramento das águas superficiais de Minas Gerais (2019), a deterioração da qualidade das águas superficiais é consequência, principalmente, dos lançamentos de esgotos domésticos e de efluentes industriais sem tratamento, além das atividades minerárias, pecuária, agricultura e o aporte de cargas difusas de origem urbana ou rural.

Nas bacias do Rio Paracatu e do Rio Mosquito, dos trinta e oito (38) pontos de monitoramento da qualidade da água supervisionados pelo IGAM, 47,3% apresentaram resultados para IQA médio e 50% dos pontos apresentam IQA bom, o que significa que em termos qualitativos os principais cursos d'água dessas bacias apresentam resultados satisfatórios (IGAM, 2021). O Índice de Qualidade da Água (IQA) é o principal indicador de contaminação dos corpos d'água por contaminação de carga orgânica e fecal. O mapa da **Figura 5-4** mostra os índices IQA apresentados por cada ponto de monitoramento em 2021 em suas respectivas bacias.

Quando se analisa um dos fatores que influenciam diretamente o IQA dos corpos hídricos em termos qualitativos, como a falta de disponibilidade de serviços básicos de saneamento e de coleta e tratamento de esgoto, observa-se que ambas as bacias apresentam índice de atendimento de coleta de esgoto em área urbanizada acima de 40%, o que é considerado abaixo do ideal para atendimento desses serviços. Os municípios de Brasilândia de Minas e Santa Fé de Minas, localizados na bacia do Rio Paracatu, e dos municípios de Rio Pardo de Minas e Berizal, na bacia do Rio Mosquito, apresentaram índice ainda mais crítico, com percentual de coleta abaixo de 40%.

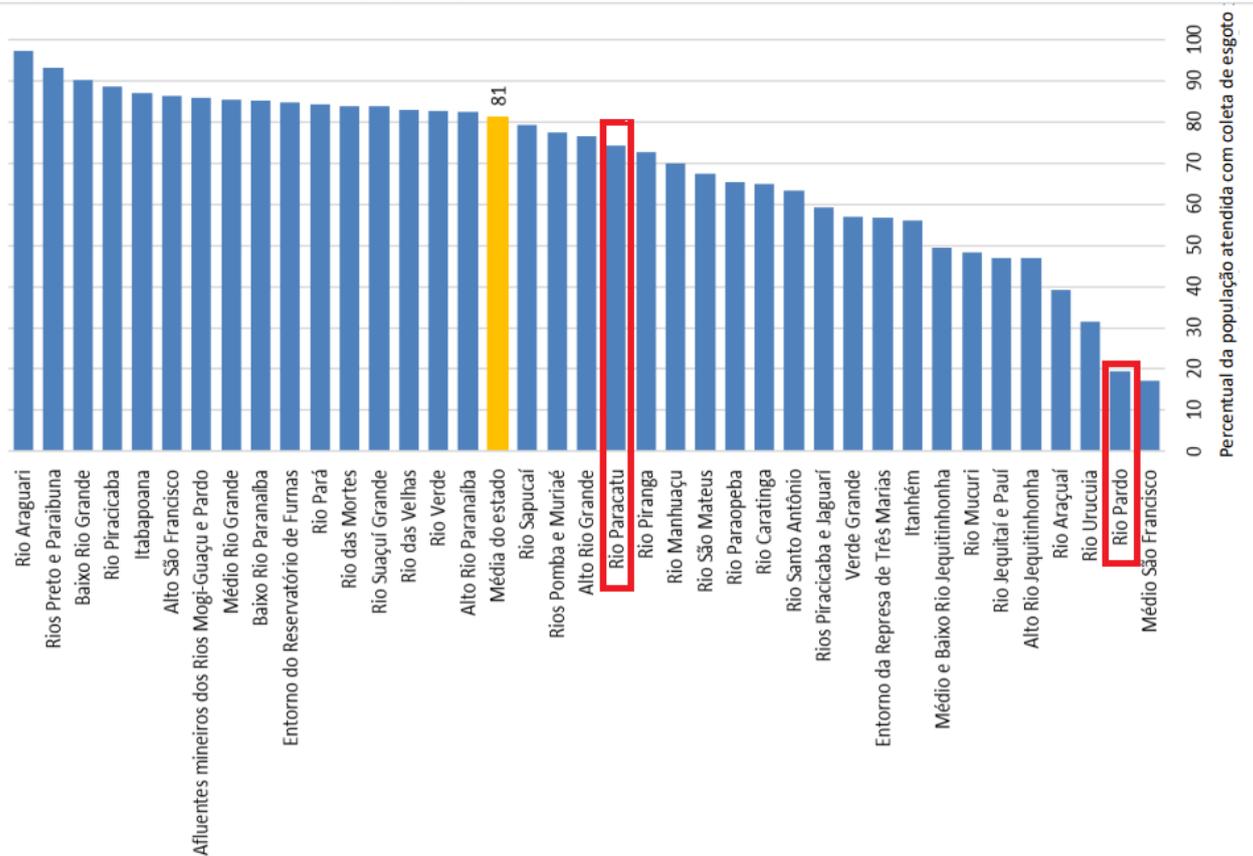
Esse panorama se mostra ainda mais insatisfatório quando se compara o percentual do esgoto coletado por população atendida, sobretudo na bacia do Rio Mosquito (Rio Pardo), onde o percentual da população atendida por esse serviço não ultrapassa os 20% e a do Rio Paracatu não ultrapassa os 70%. Em ambas as bacias o percentual da população atendida pelo serviço e coleta esgoto fica abaixo da média estadual que é de 81%, conforme mostra os dados da **Figura 5-5**.

Figura 5-4 Índice de Qualidade das Águas (IQA) nos pontos de Monitoramento das CHs do Rio Mosquito e do Rio Paracatu.



Fonte: Adaptado de IDE-SISEMA (2023).

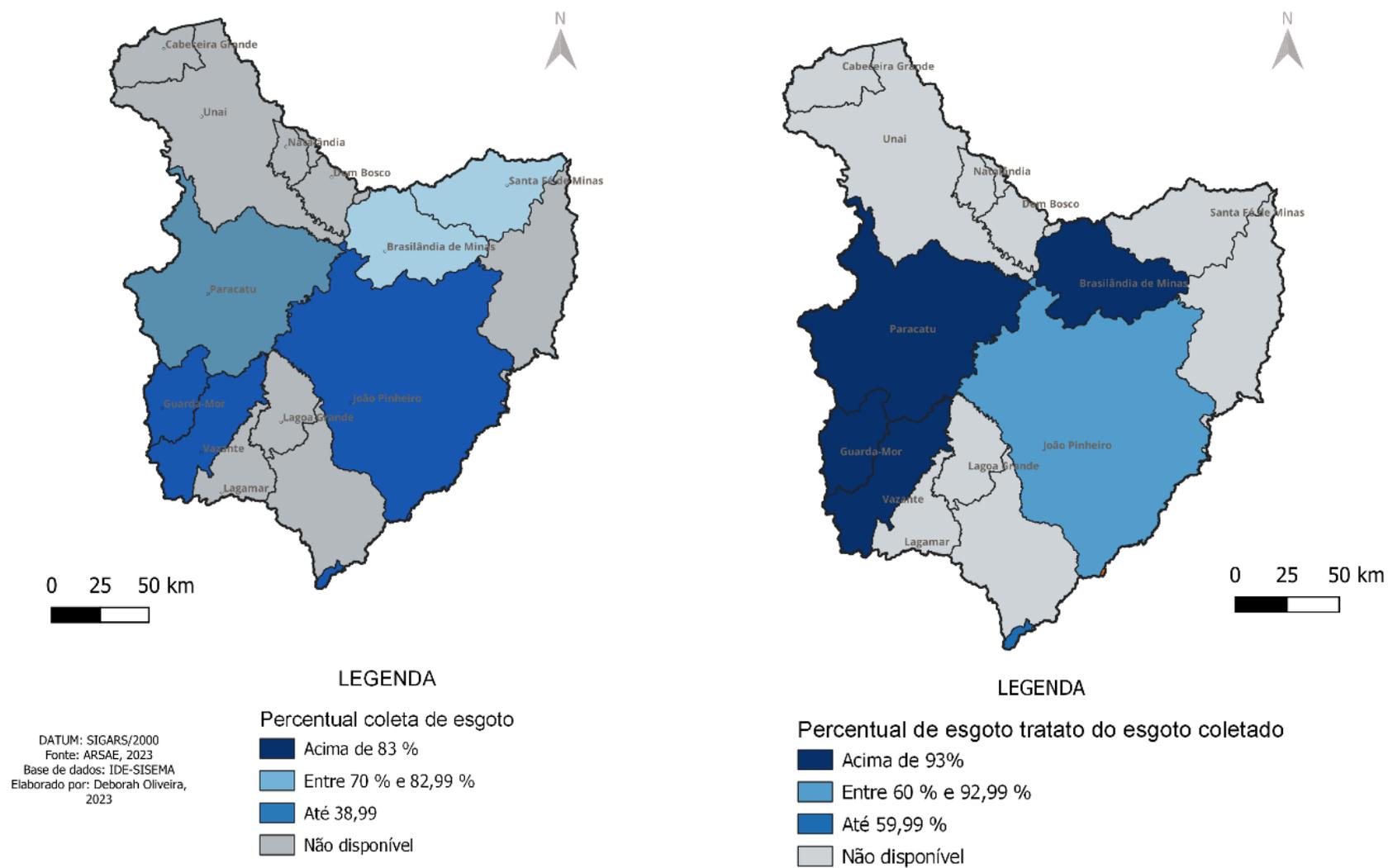
Figura 5-5- Percentual da população atendida com coleta de esgoto nas bacias estaduais.



Fonte: IGAM (2020).

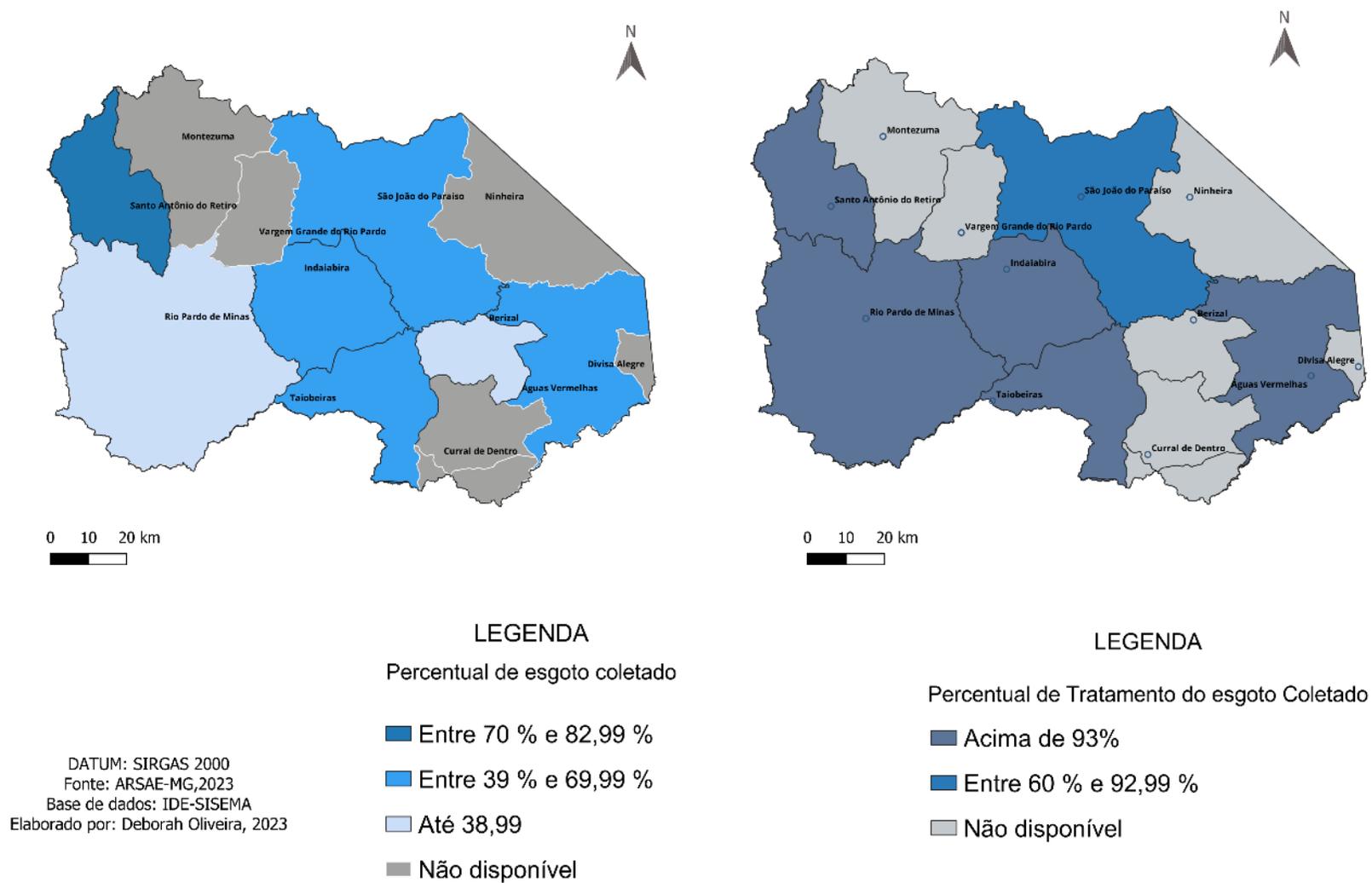
Em termos de tratamento do volume de esgoto coletado, os valores percentuais em ambas as bacias se mostram acima dos 60% nos municípios da bacia contemplados pela coleta de esgoto. Os resultados ainda evidenciam, que há um déficit considerável na abrangência desses serviços nas regiões de estudo. Os mapas da **Figura 5-6** e **Figura 5-7**, ilustram o panorama acerca da situação dos serviços de saneamento básico em ambas as bacias.

Figura 5-6 - Percentual de coleta e tratamento de esgoto sanitário na bacia do Rio Paracatu.



Fonte: Adaptado de IDE-SISEMA (2023).

Figura 5-7- Percentual de coleta e tratamento de esgoto na bacia do Rio Mosquito

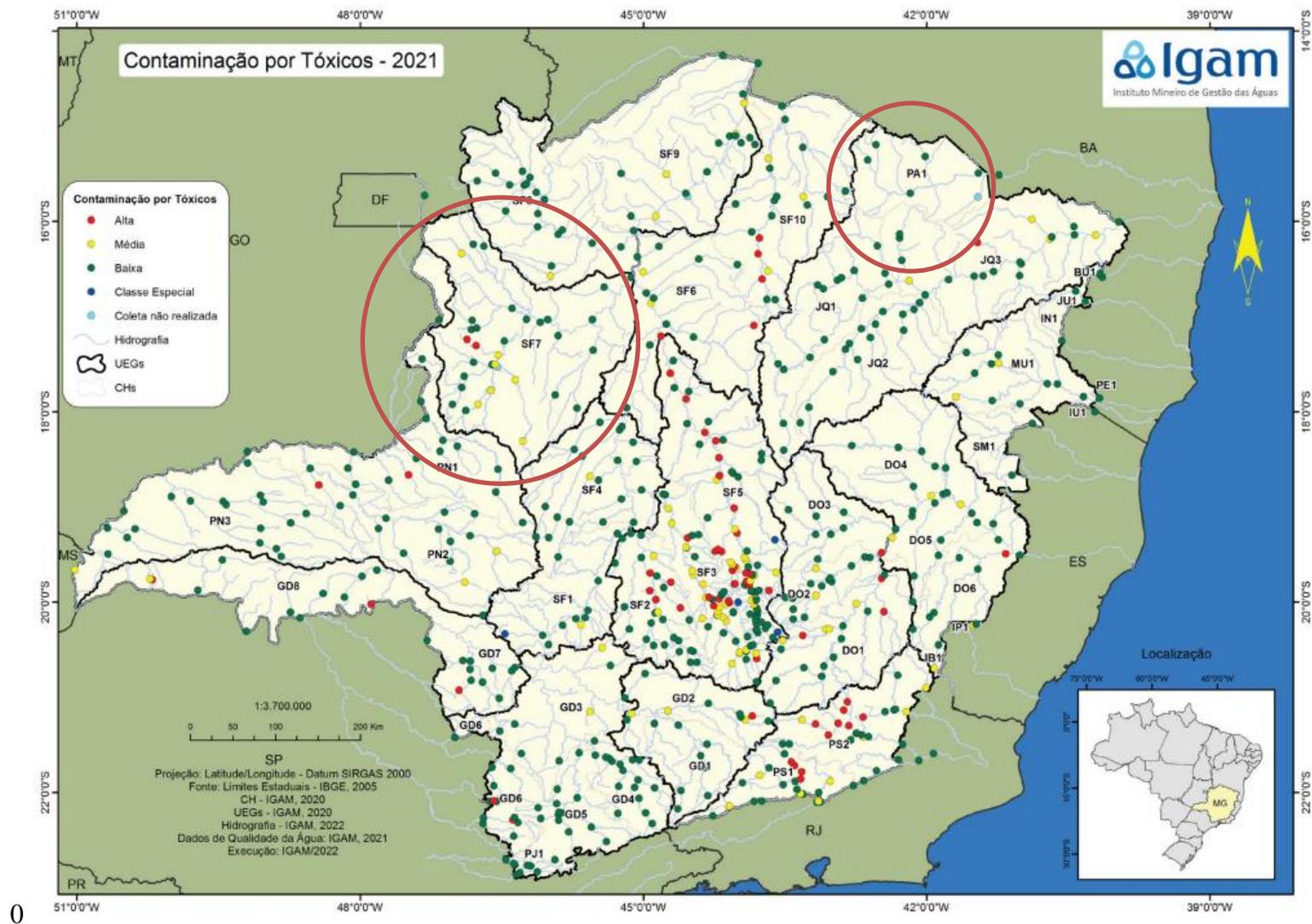


Fonte: Adaptado de IDE-SISEMA (2023)

Quanto a qualidade das águas em relação à presença de metais tóxicos mensurados pelo ICT – Índice de Contaminação por Tóxicos, que indica a presença de contaminantes como arsênio total, cobre dissolvido, chumbo total, nitrito, dentre outros, os resultados obtidos para a bacia do Rio Mosquito (PA1) se mostraram mais satisfatórios, com todos os pontos apresentando valores de ICT baixo. Já a Bacia do Rio Paracatu (SF7), apesar de a maior parte dos pontos de monitoramento indicarem índice baixo para a contaminação por tóxicos, outros sete (7) pontos de monitoramento registraram índice médio e dois (2) pontos registraram ICT alto, localizados no Córrego do Rico um dos principais afluentes do Rio Paracatu (**Figura 5-8**) (IGAM, 2020).

O Relatório de Gestão e Situação das águas publicado em 2020 destaca que, no trecho do Córrego Rico, alguns fatores têm contribuído para deterioração da qualidade das águas, como a sua localização na mancha urbana da cidade de Paracatu, sendo lançados esgotos sanitários deste município no seu curso. Além disso, atividades das indústrias química e alimentícia, e o histórico de atividades garimpo de ouro e uma área de lavra de ouro em seu alto curso próxima às nascentes, são os principais fatores de pressão que contribuem para determinação desses parâmetros quanto à qualidade da água (IGAM, 2020).

Figura 5-8 - Índice de Contaminação por tóxicos das bacias de Minas Gerais



Fonte: IGAM (2022).

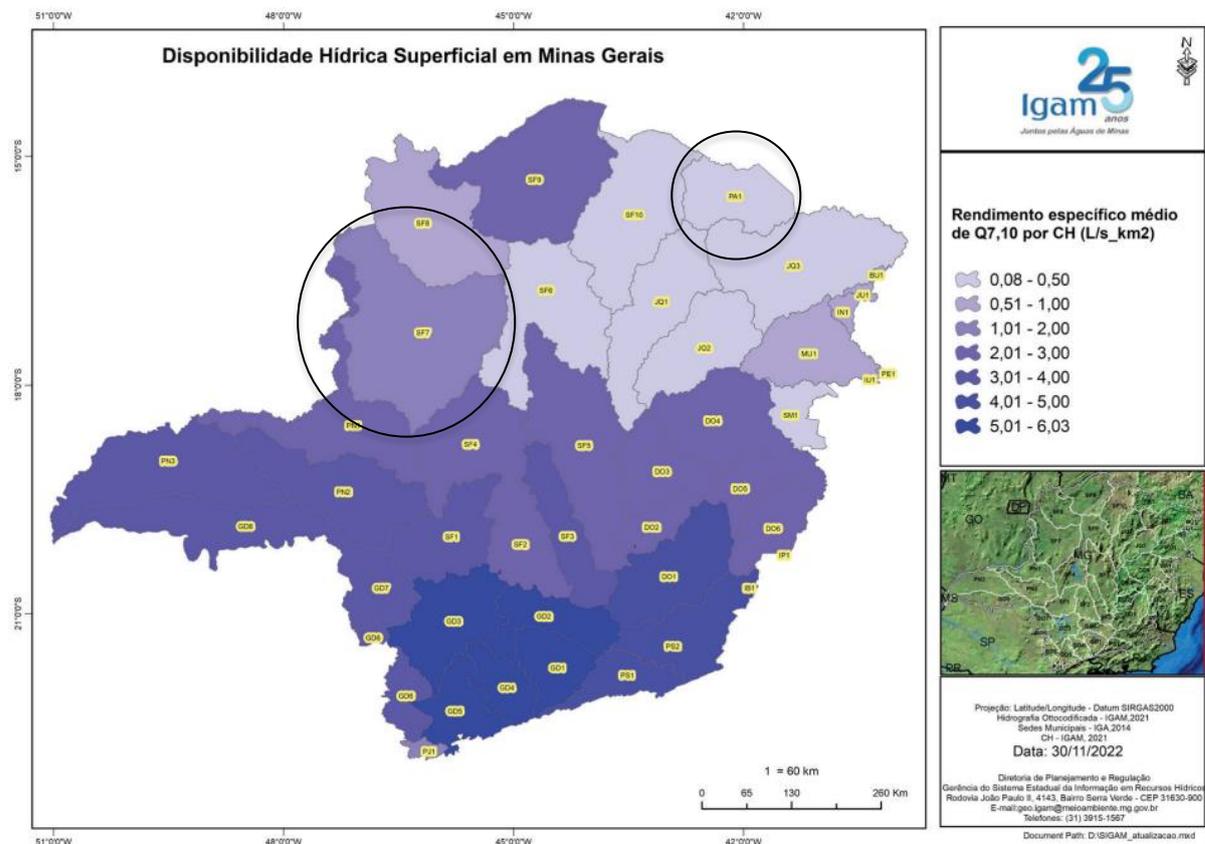
5.3.2 Panorama da disponibilidade hídrica das bacias do Rio Paracatu

A presença ou ausência da disponibilidade hídrica em determinada região pode se relacionar a fatores diversos, desde fatores antrópicos com sobrecarga sobre os recursos hídricos a até fatores naturais, como longos períodos de estiagem.

Nos estudos realizados pelo IGAM, os cálculos de disponibilidade de água superficial são baseados na $Q_{7,10}$, que é a vazão de referência adotada no estado. Essa é considerada a vazão mínima obtida a partir da média móvel de sete dias consecutivos que se espera que ocorra ou que encontre um valor inferior, em média, uma só vez a cada dez anos (IGAM, 2022).

Segundo dados apresentados no Relatório Anual e Gestão e Situação das Águas (RAGSA) divulgados pelo IGAM em 2022, a disponibilidade hídrica superficial na bacia do rio Paracatu (SF7) era de 3,01-4,00 L/s km², e na bacia do rio Mosquito (PA1) a vazão disponível era de 0,08-0,05 L/s km², assim como mostra o mapa da **Figura 5-9**.

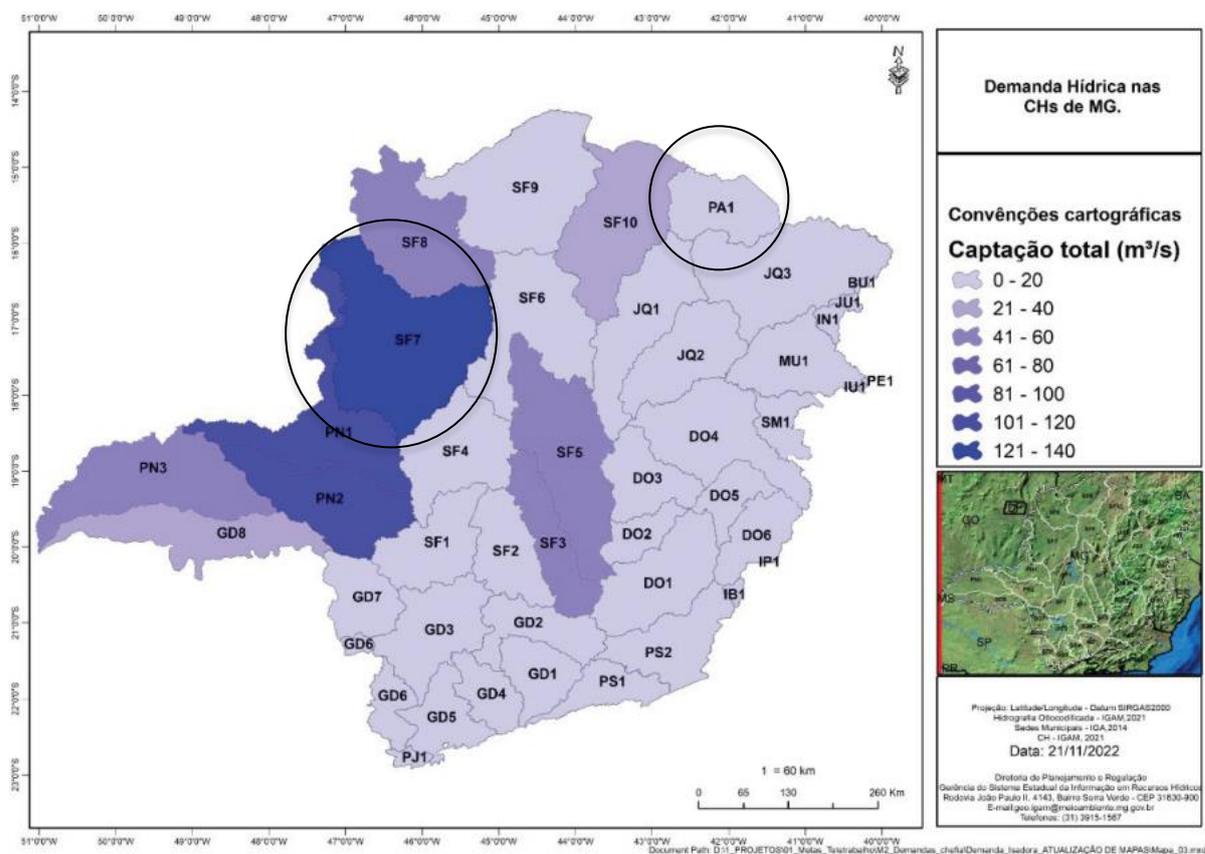
Figura 5-9 – Disponibilidade hídrica por bacia hidrográfica.



Fonte: IGAM (2022).

Na **Figura 5-10** apresentam-se os valores médios de demanda das bacias considerando a vazão outorgada, tanto superficial como subterrânea. Segundo o RAGSA, a bacia do rio Paracatu apresenta uma das maiores demandas dentre as bacias do estado com captação total superior a 120 m³/s. O relatório ainda reforça a pressão hídrica impulsionada pelas atividades do agronegócio na região, sendo a atividade agrícola a que consome o maior volume de água na bacia. Já na bacia do Rio mosquito a captação total de vazão em m³/s varia de 0 a 20, seguindo a tendência apresentada na maior parte das bacias do estado.

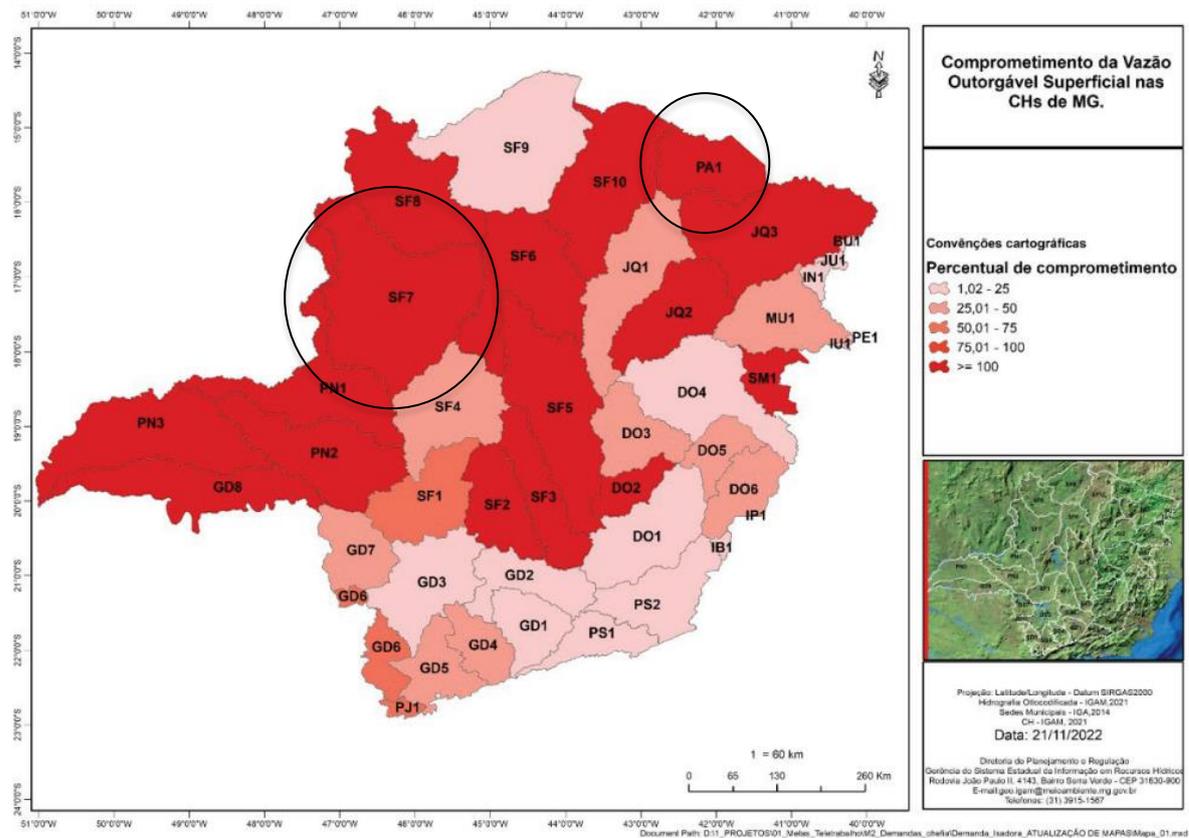
Figura 5-10 – Demanda hídrica por circunscrição hidrográfica.



Fonte: IGAM (2022).

Quando a vazão outorgável disponível é menor que as demandas de captação, observa-se um cenário de comprometimento hídrico, em termos de quantidade de água disponível. Na **Figura 5-11** é possível observar que a maior parte das bacias localizadas ao norte e noroeste do estado, incluindo as bacias do Rio Mosquito e Paracatu, apresentam alto índice de comprometimento hídrico, que representa qual o percentual da razão entre as vazões outorgáveis e outorgada em cada CH.

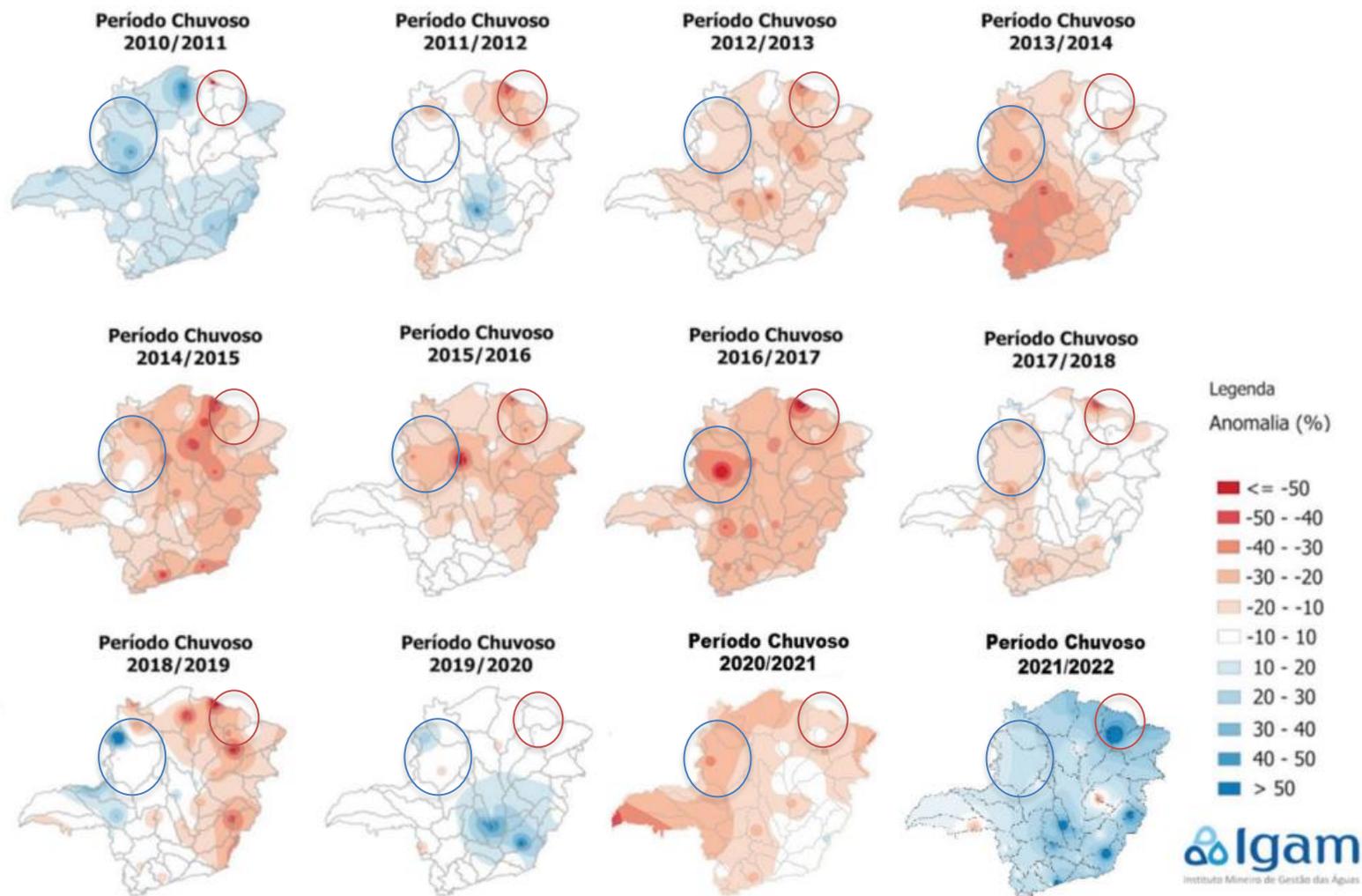
Figura 5-11 – Índice de Comprometimento da vazão outorgável superficial.



Fonte: IGAM (2022).

A taxa de comprometimento da disponibilidade dos recursos hídricos nas regiões norte e nordeste do estado chama a atenção para outro fator que tem comprometido significativamente a disponibilidade dos recursos hídricos no estado: o aumento do período de seca, que intensifica o déficit hídrico. Segundo o RGSA de 2021, o cenário de escassez de chuvas no estado tem sido uma realidade desde 2012/2013. A **Figura 5-12** mostra o histórico de anomalias de precipitação (quantidade de chuva registrada em uma determinada área durante um período específico em comparação com a média histórica de precipitação para essa mesma área e período) de 2010 a 2020. É possível observar que as regiões com maior período em déficit de precipitação foram justamente as regiões em que se encontram as bacias do Rio Paracatu (noroeste do estado) e do Rio Mosquito (região norte), com poucos anos em que a precipitação se mostrou acima da média.

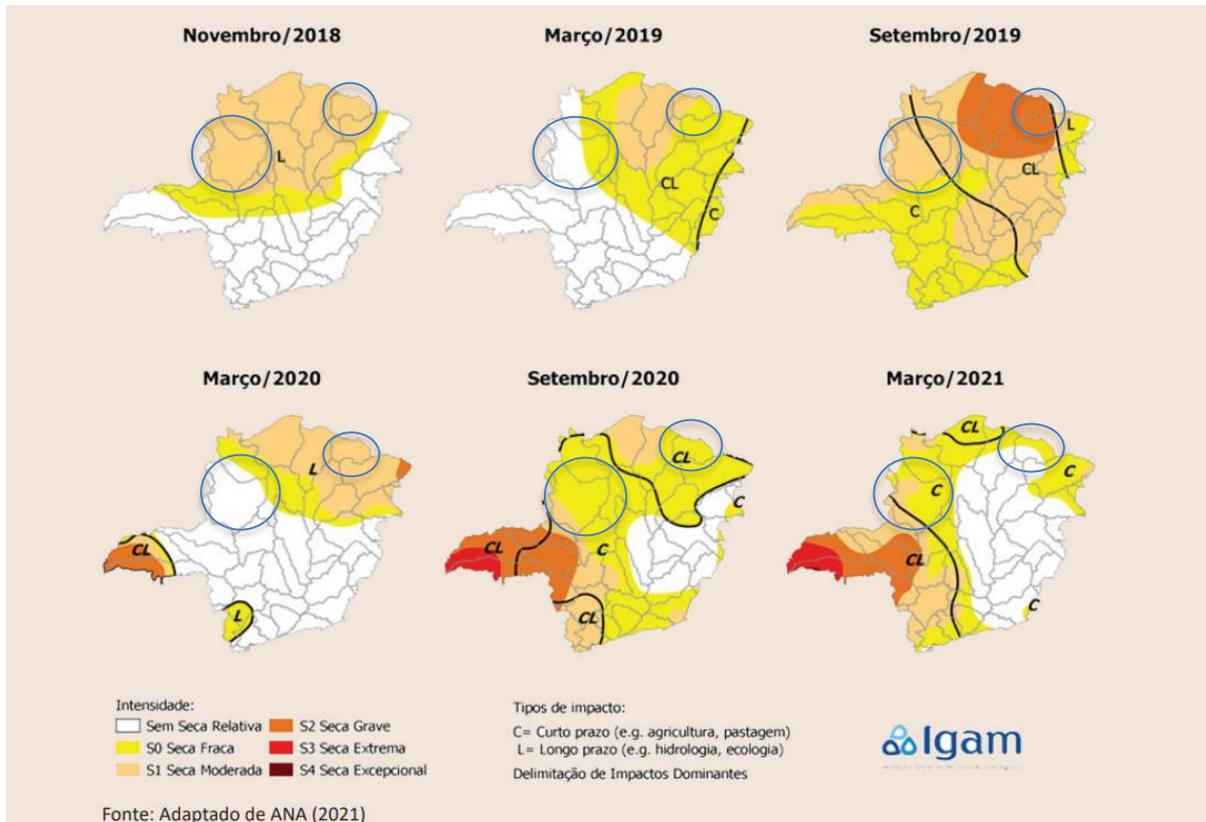
Figura 5-12 - Histórico de anomalias de precipitação nos anos de 2010 a 2020.



Fonte: IGAM (2022).

Ao se analisar um período sazonal menor de precipitações no estado (**Figura 5-13**), também é possível observar a incidência de períodos de secas em ambas as bacias, com um destaque maior a bacia do Rio Mosquito, que durante todo o período analisado apresentou um cenário de seca grave a fraca. Já na bacia do rio Paracatu é possível observar que nos meses de março de 2019 e março de 2020, não houve registro de secas.

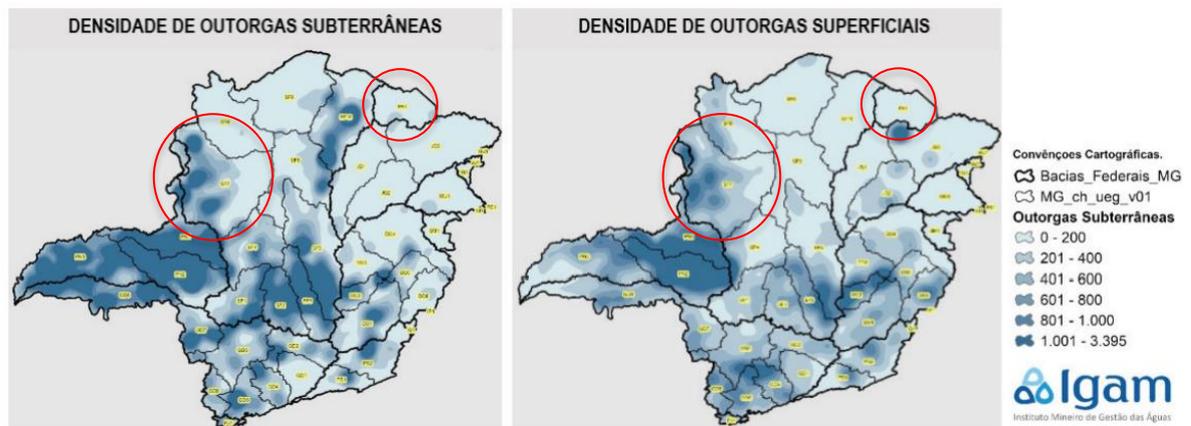
Figura 5-13 - Histórico de seca nas bacias hidrográficas de Minas Gerais (2018 – 2021).



Fonte: IGAM (2021).

Outro fator que compromete a disponibilidade da água é a quantidade e o número de outorgas concedidas dentro da bacia. Quando o uso desse instrumento não é realizado de maneira adequada, levando em consideração todos os fatores necessários para sua concessão, ou quando não há fiscalizações eficientes, que garantam o uso de água apenas do volume que foi outorgado, acarretam um cenário de pressão sobre os recursos hídricos, em que a demanda pode comprometer boa parte da disponibilidade, ou até mesmo superá-la, resultando em escassez hídrica. O mapa apresentado na **Figura 5-14** mostra que dentro na bacia do Rio Paracatu há um adensamento no número de outorgas concedidas na porção leste da bacia (onde o nº de outorgas é superior a 1000), tanto na concessão de outorgas sobre as águas subterrâneas, quanto sobre as águas superficiais.

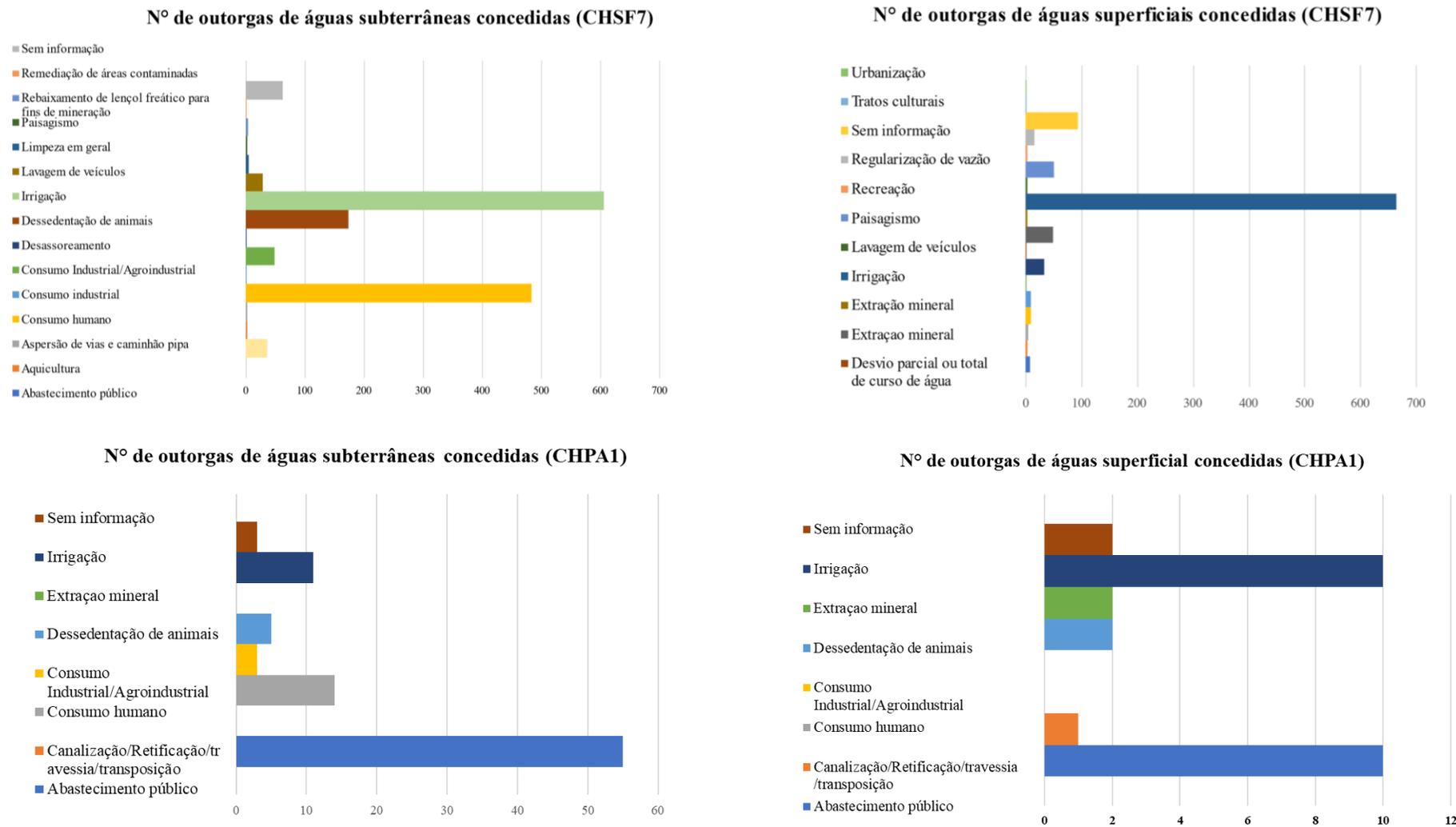
Figura 5-14 -Densidade de outorgas superficiais e subterrâneas por circunscrição hidrográfica em 2022.



Fonte: IGAM (2022).

A **Figura 5-15**, mostra o número de outorgas subterrânea e superficial concedidas em cada bacia por finalidade de uso. Nota-se que há uma diferença significativa nas quantidades de outorgas concedidas entre as duas bacias, sendo que a bacia do rio Paracatu possui maior número de outorgas concedidas e maior diversidade de usos dos recursos hídricos outorgados, sendo o uso prioritário outorgado a irrigação, seguida do consumo humano. Enquanto na bacia do rio Mosquito, a destinação da água é mais bem distribuída a todas as demandas de usos.

Figura 5-15 - Número de outorgas concedidas por finalidade uso em ambas as bacias.



Fonte: IDE-SISEMA (2023).

5.3.3 Panorama dos Usos das águas

Segundo dados do IGAM disponibilizados através do IDE-SISEMA, na bacia do rio Paracatu 70% e 87% do volume outorgado é destinado às atividades de irrigação, tanto sobre o volume de água subterrâneas quanto de águas superficiais. Ainda sobre as finalidades de uso das águas subterrâneas e superficiais, além da irrigação as outorgas concedidas, são distribuídas entre as atividades consumo agroindustrial, consumo humano, dessedentação de animais, consumo industrial e rebaixamento de lençol freático para fins de mineração, sendo os demais usos pouco significativos dentro da bacia, representando menos de 2% do volume outorgado, como mostra a **Figura 5-16**.

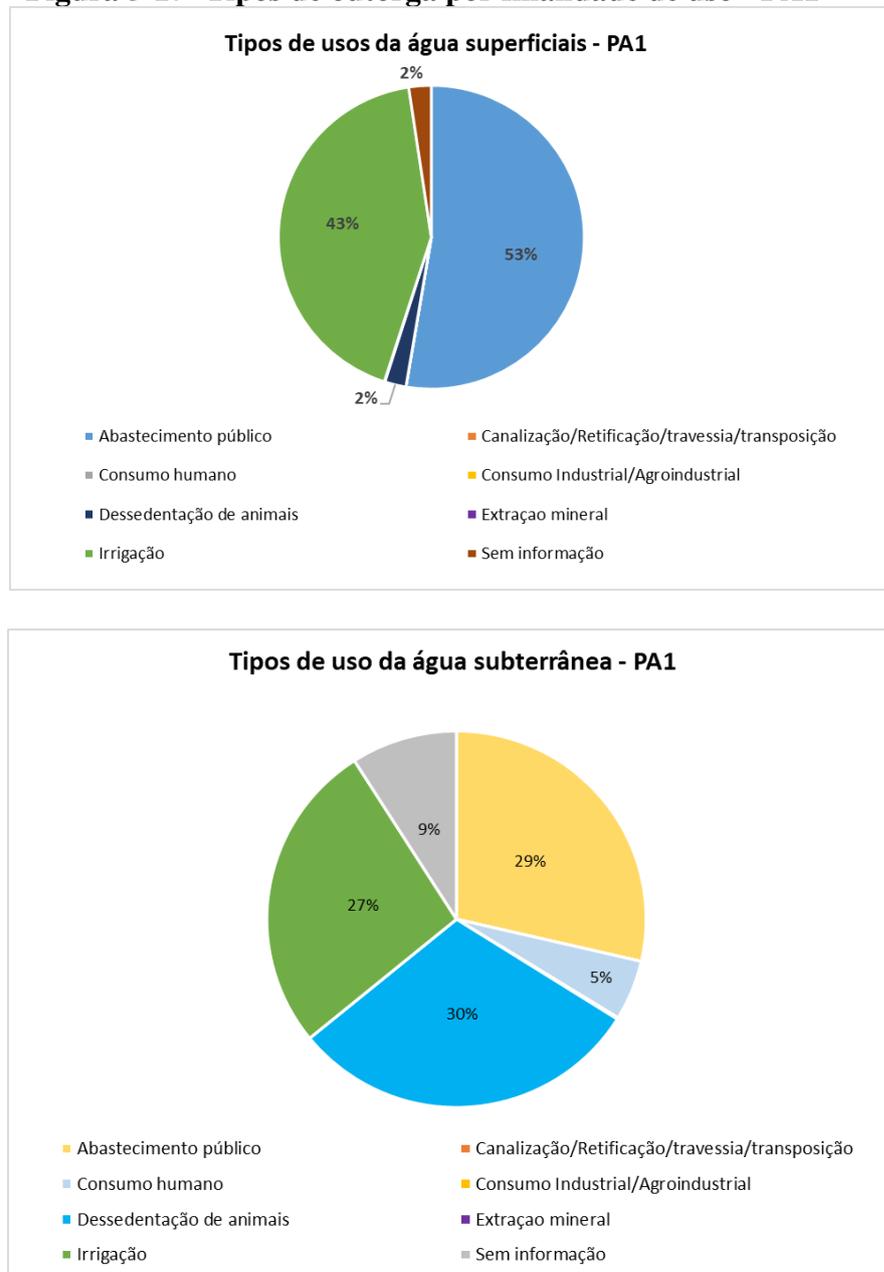
Figura 5-16 -Tipos de outorga por finalidade de uso - CHSF7



Fonte: IDE-SISEMA (2023).

Já a bacia do rio Mosquito apresenta um panorama diferente sobre os tipos de outorgas concedidas por finalidade de uso. Embora seja possível observar uma parcela considerável do volume de outorgado às atividades de irrigação, o maior consumo dos recursos hídricos se dá pelas atividades de abastecimento público (53%), no caso das águas superficiais e dessedentação de animais (30%), nas outorgas subterrâneas. Outro ponto observado é que a concessão de outorgas na bacia apresenta uma distribuição mais homogênea em relação aos principais usos, como pode ser observado na **Figura 5-17**.

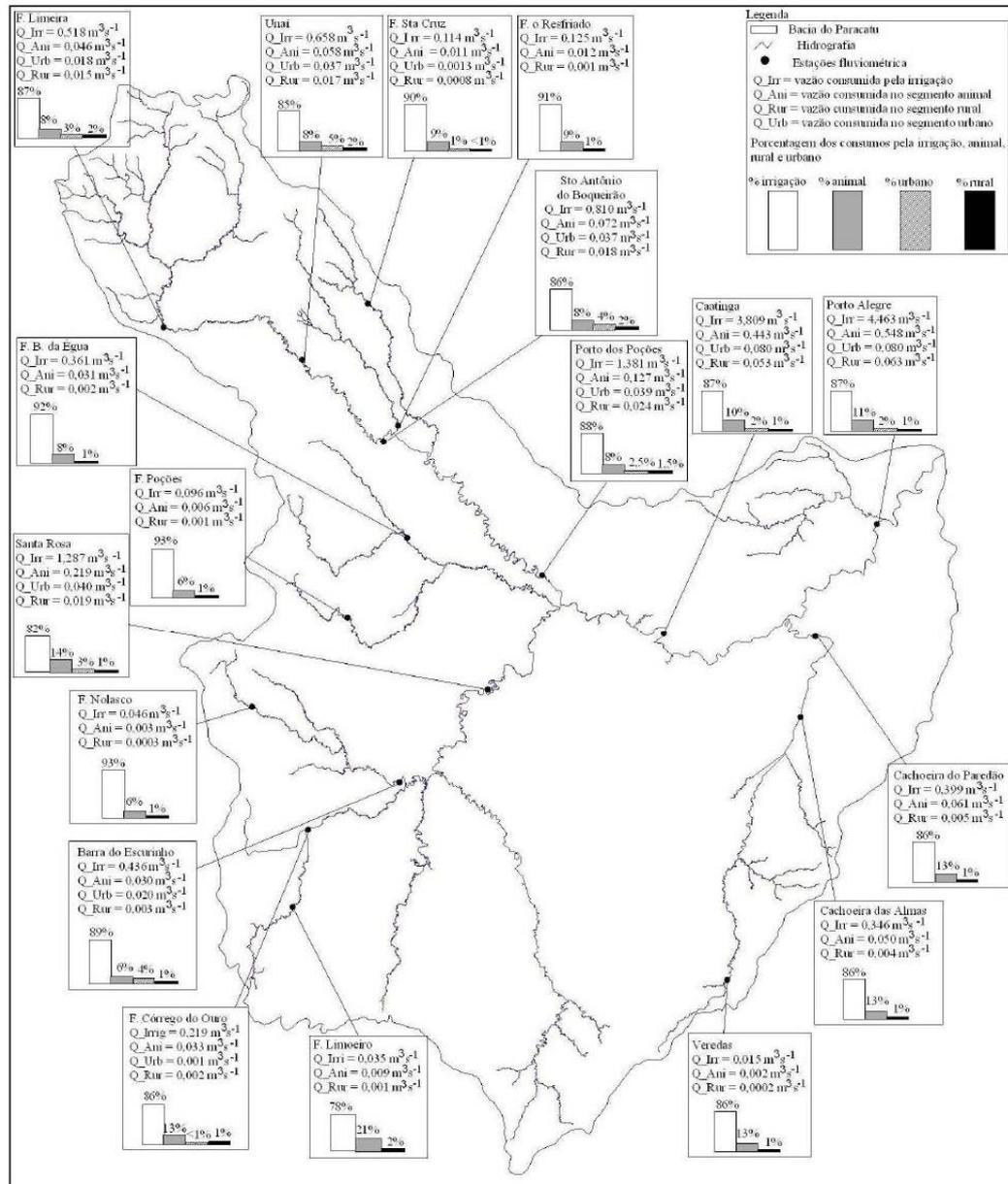
Figura 5-17 -Tipos de outorga por finalidade de uso - PA1



Fonte: IDE-SISEMA (2023).

Tais diferenças entre o volume outorgado por finalidade de uso entre as bacias podem ser explicado devido a diferença de atividade econômica e de disponibilidade hídrica. Segundo Verde (2010), a região da bacia do Rio Paracatu recebeu diversos incentivos para a expansão agrícola, como uma alternativa para diversificação da sua economia, em que anteriormente havia predomínio das atividades de mineração. Tais incentivos resultaram em áreas irrigadas majoritariamente de forma automatizada, sendo que o pivô central é o principal método de irrigação, conforme PRUSKI et al. (2007) mostrou em seu estudo o percentual da vazão consumida pelas atividades de agricultura irrigável ao longo dos cursos d'água na bacia, do Rio Paracatu, conforme mostra a **Figura 5-18**. Observa-se que ao longo de toda a bacia a atividade de irrigação é a que mais consome a vazão disponível dos cursos d'água.

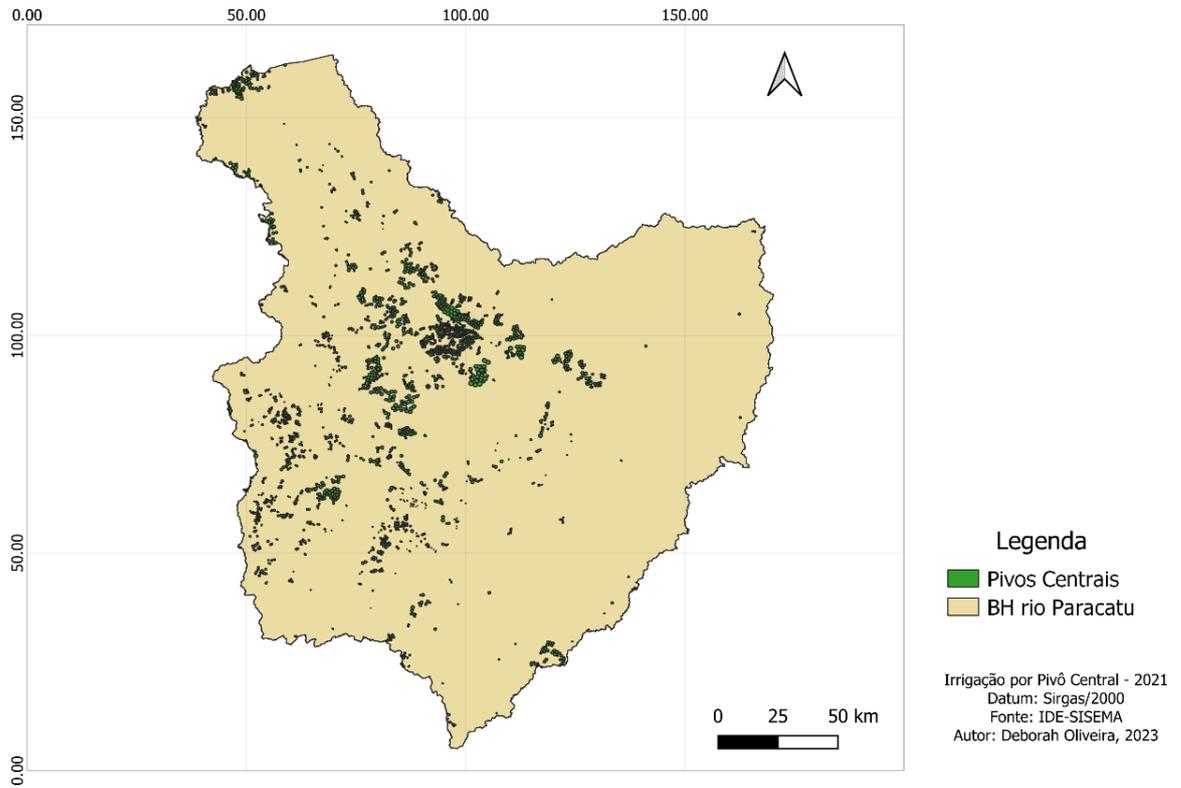
Figura 5-18 - Vazão consumida pela irrigação na área de drenagem da bacia do rio Paracatu.



Fonte: PRUSKI *et al.* (2007).

Na **Figura 5-19** é possível ver um adensamento de irrigação pelo método de pivô central nas regiões sul e noroeste da bacia. O consumo de água médio de irrigação por pivô central pode variar dependendo do tipo de cultura, do clima e das práticas de manejo adotadas. Em média, um pivô central pode consumir de 1,5 a 2,5 litros de água por segundo, o que equivale a cerca de 5.400 a 9.000 litros por hora (EMBRAPA, 2023).

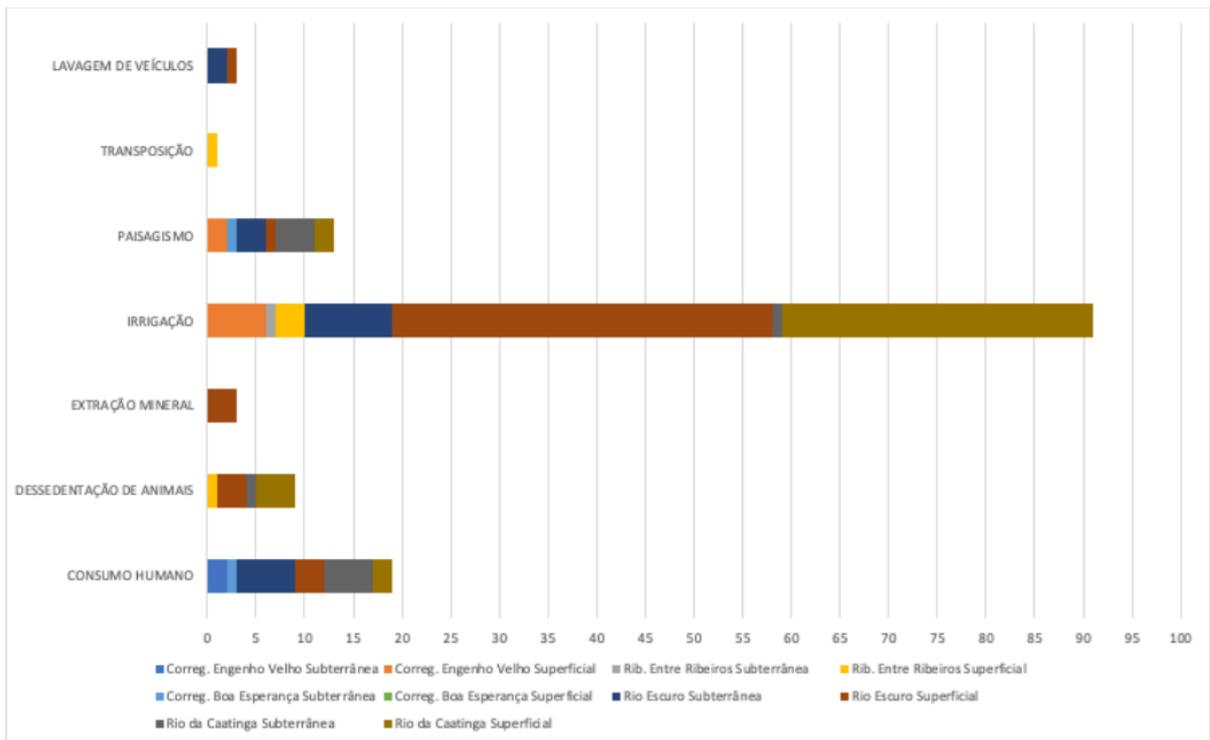
Figura 5-19 - Densidade de pivôs centrais na bacia do rio Paracatu.



Fonte: ANA (2021)

Ainda sobre o número de outorgas concedidas por finalidade de uso na CHSF7, quando se compara o número de outorga por finalidade de uso concedidas por curso hídrico, observa-se que a maioria das outorgas concedidas se encontram justamente em trechos da bacia onde são declaradas áreas de conflito, como é o caso do Rio Escuro e Rio da Caatinga. Além disso, a destinação principal dessas áreas tem sido justamente a irrigação, conforme mostra a **Figura 5-20**.

Figura 5-20 - Número de outorgas por finalidade de uso por curso hídrico da CHSF7.



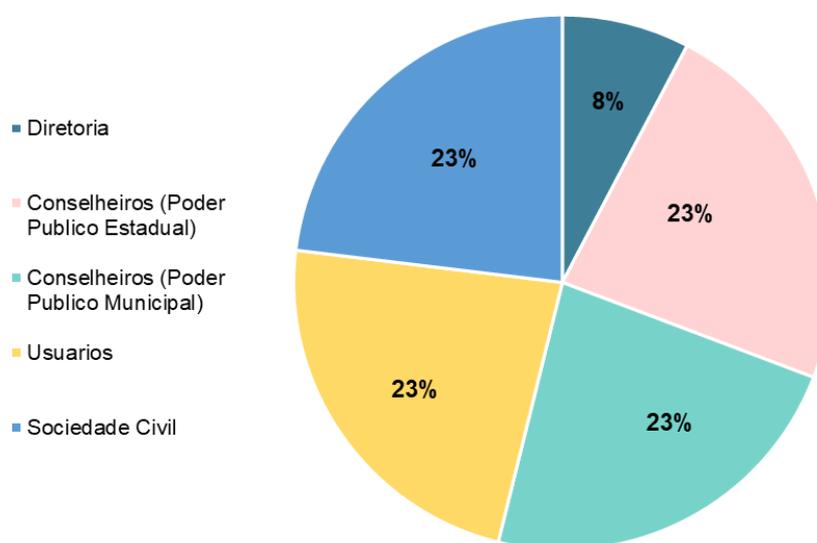
Fonte: Costa *et al.*, (2021).

5.4 Ações e desafios enfrentados pelos comitês do rio Mosquito e do Paracatu para minimização dos conflitos hídricos

5.4.1 Apresentação dos Comitês

O Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paracatu (CBHSF7) foi instituído através do decreto Estadual nº 40.014, de 03 de novembro de 1998, com o objetivo de promover a visibilidade técnica e financeira da bacia de forma a proporcionar seu desenvolvimento (AGÊNCIA PEIXE VIVO, 2011). A atual composição do Comitê de bacia do rio Paracatu conta ao todo com 52 integrantes, incluindo titulares e suplentes, conforme apresentado na **Figura 5-21**.

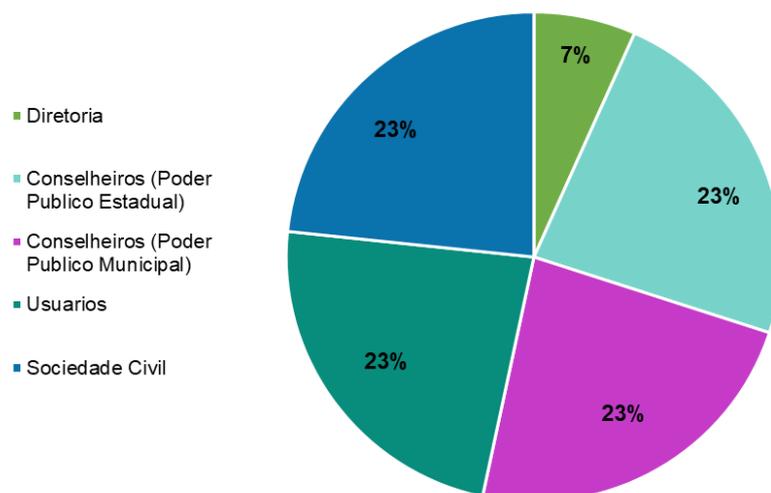
Figura 5-21 - Composição do comitê de bacia do Rio Paracatu.



Fonte: CBHSF7 (2023).

Já o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais Afluentes Mineiros do Rio Pardo (CBH PA1) foi criado em 1998, através do Decreto nº 39.736 de 15/07/1998. Atualmente o comitê composto por 56 conselheiros, dentre seus titulares e suplentes conforme mostra a **Figura 5-22**.

Figura 5-22 - Composição do comitê de bacia do rio Mosquito e demais afluentes do Rio Pardo (PA1).



Fonte: CBHPA1 (2023).

Dentre os seus integrantes que compõem os comitês estão representantes de entidades governamentais estaduais e municipais como Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), Departamento de Edificações, Estradas e Rodagem de Minas Gerais (DEER), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), representantes das secretarias municipais da bacia e de empresas privadas que exercem suas atividades na bacia, pelos os usuários da bacia que são compostos por empresas público-privadas como a COPASA e SAAE, empresas do ramo de mineração, bioenergia, associação de produtores, sindicatos rurais e entidades do setor de mineração e indústria no estado como o IBRAM e FIEMG.

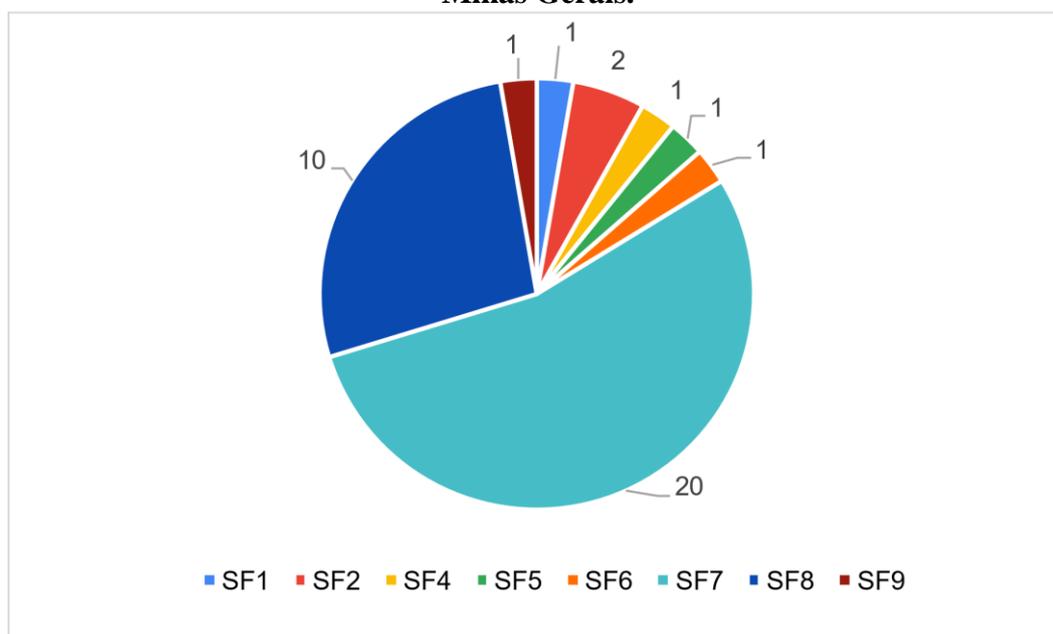
5.4.2 Ações e desafios enfrentados pelos comitês na gestão e mediação dos conflitos hídricos das bacias

Uma das ações adotadas para a intermediação das áreas de conflitos existentes nas bacias hidrográficas de Minas Gerais, foi a criação das Câmeras Gestoras Locais (CGLs). A criação das CGLs visa fortalecer a participação dos usuários nos processos de gestão, com objetivo de diminuir os conflitos pelo uso dos recursos hídricos nas DACs.

Um dos desafios enfrentados pelo comitê de bacia do rio Paracatu tem sido a intermediação das pautas levantadas pelas Câmeras Gestoras Locais (CGLs), para o uso mais eficaz das outorgas coletivas concedidas pelo IGAM. A bacia do rio Paracatu (SF7) é sub-bacia do rio São

Francisco com maior número de CGL do estado, com vinte (20) CGLs, totalizando cerca de mil (1000) usuários participantes.

Figura 5-23- Número de CGL instaladas entre as sub-bacias do rio São Francisco em Minas Gerais.



Fonte: InfoHidro (2021).

Na BH do rio Paracatu, a instauração das CGL surgiu como uma alternativa à crise hídrica na região nos últimos anos, causada pela ocupação desordenada do cerrado, degradação causada pela agricultura e aumento significativo de atividades de irrigação (CBHSF, 2021). Dessa forma, o uso de outorgas coletivas e das CGL tem sido a alternativa dos órgãos gestores dos recursos hídricos do estado juntamente com o comitê para garantir o uso da água a todos os usuários da bacia e contornar o cenário de escassez da região, além disso as CGLs instauradas na BH do rio Paracatu têm por objetivo facilitar o intermédio entre o produtor rural e as mineradoras ou usuário de água de forma geral.

Um desses casos de intermediação do Comitê no processo de outorga coletivas nº 3224/2019, em que foi levantado um questionamento a respeito de uma decisão proposta no processo de retificação da outorga, devido ao descontentamento de um dos usuários à decisão de realização uso alternado da água (ANEXO A). O comitê propôs mediação da discussão através da realização de uma reunião conjunta entre os usuários e técnicos, visto que no mesmo pedido de outorga já haviam sido feitas propostas de alteração, sendo esse apenas um dentre outros casos abordados em reuniões do comitê.

Ainda como forma de melhorar a gestão dos recursos hídricos, sobretudo na bacia do rio Paracatu, o CBH do rio Paracatu vem discutindo o processo de unificação com o Comitê do rio Urucuia SF8. O principal objetivo da unificação é centralizar e otimizar a gestão dos recursos hídricos para a população de 28 municípios. No entanto, o processo vem sendo apresentado como um desafio para o CBH do rio Paracatu devido a interesses políticos e econômicos que envolvem o processo.

Já os desafios apresentados pelo CBH PA1, segundo as atas de reunião (**ANEXO B**) é a falta de quórum nas reuniões do comitê o que tem prejudicado os debates e as decisões a respeito das atividades a serem realizadas em prol de solução de conflitos pelo uso da água constatados ao longo da bacia. Outro ponto de dificuldade enfrentado pelo comitê é a divergência entre as partes, onde cada parte interessada tenta defender suas perspectivas sobre um determinado problema, o que dificulta a busca por um denominador comum na solução de conflitos.

Alguns desses conflitos relatados nas atas de reuniões, diz respeito ao aumento de outorgas concedidas para irrigação de grandes lavouras, atividade que tem crescido consideravelmente na região nos últimos anos, e o uso da água sem a concessão de outorgas, resultando em demandas pelo uso da água maiores que a disponibilidade e, como consequência, geram cada vez mais conflitos entre os usuários da bacia. Nesse aspecto, os comitês têm pedido maior ação do IGAM, no que diz respeito à fiscalização dos usos irregulares e na maior eficiência dos estudos de concessão das outorgas a novos empreendimentos.

Construções irregulares, obras obsoletas ou sem conclusão, também têm sido um dos problemas enfrentados pelo comitê nos últimos anos e têm causado o comprometimento da vazão e assoreamento dos principais afluentes da bacia do rio Mosquito. Em 2014, um relato feito por um deputado da região mostra a obra da Barragem de Berizal, sem conclusão, que prejudicou severamente a vazão e a disponibilidade de água para as comunidades a jusante da obra no rio Pardo (ARAÚJO, 2014).

Apesar dos desafios existentes, o comitê tem debatido a propostas de ações para minimização dos conflitos e dos efeitos da escassez hídrica cada vez mais intensa na região, o que tem causado prejuízos a pequenos produtores de alimentos. Em 2014, o comitê realizou o Projeto Salvando Nascentes, que visava a capacitação dos conselheiros e produtores rurais para recuperação das nascentes bacia hidrográfica, para recuperação do volume de água (através do desassoreamento de nascentes) e, assim, possibilitar a aproveitamento da água na manutenção de culturas irrigadas (KLINGER, 2014). O projeto contemplou todas as áreas que sofreram com

a escassez hídrica dos anos de 2014 e 2015, sendo mais severa na região norte de Minas Gerais. Além dos ensinamentos para o desassoreamento adequado da bacia, foram desenvolvidas palestras para a comunidade a respeito de hábitos que auxiliam na preservação dos recursos hídricos.

Além da escassez hídrica, os corpos hídricos da região sofrendo com o despejo ilegal de esgoto, o que tem prejudicado a qualidade das águas, fato que tem sido amplamente levantado nas reuniões para buscar solução junto à COPASA para o problema, que alega dificuldades na solução desse problema devido à falta de conscientização da comunidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve por objetivo evidenciar os principais fatores que contribuem para o surgimento de conflitos hídricos nas bacias hidrográficas do Rio Paracatu e do Rio Mosquito. Através dos resultados obtidos na pesquisa, foi possível observar que os fatores que exercem pressão sobre os recursos hídricos nestas bacias são distintos quando comparadas. Foi verificado que na bacia do Rio Paracatu, a intensificação das atividades de agricultura irrigada tem pressionado a disponibilidade de água da bacia. Esse fator, quando combinado com cenário de aumento do período seco e a baixa taxa de saneamento da região, contribuem para a degradação dos corpos d'água da região, favorecendo a ocorrência de conflito hídrico na região.

Já a bacia do Rio Mosquito apresenta fatores naturais como causa de conflitos, dos quais se destaca a baixa precipitação, que compromete a disponibilidade hídrica na região. Tal fator, quando combinado com as mudanças climáticas, que contribuem significativamente para o aumento do período seco, combinado com as demandas existentes sob os recursos hídricos para as atividades de subsistência, gera uma pressão sobre os recursos hídricos da região e favorece o surgimento de conflitos.

Nesse aspecto, os trabalhos dos comitês de bacias juntamente com os órgãos gestores dos recursos hídricos têm se mostrado importantes para mediação dos conflitos existentes. No entanto, fica evidente em alguns casos, a influência do viés econômico e político na tomada de decisão em algumas pautas dos comitês, o que prejudica a busca por uma solução para os conflitos.

7. RECOMENDAÇÕES

O presente estudo buscou o levantamento das principais causas de conflito hídrico existentes nas bacias hidrográficas do estado. No entanto, diversas são as motivações para o surgimento de áreas de conflito hídrico. Desse modo, recomenda-se que nos próximos estudos faça-se o levantamento de outras causas para melhor identificação desses fatores, como por exemplo os aspectos políticos e econômicos enfrentados pelos comitês dessas bacias que prejudicam a gestão e o planejamento adequado dos recursos hídricos. Além disso, outro fator que impulsionada o surgimento de conflitos nessas regiões e a respeito da composição dos comitês o que prejudica a tomada de decisão deles na proposição de estratégias para resolução dos problemas nas bacias.

É importante ressaltar que a principal dificuldade enfrentada na elaboração desse trabalho diz respeito a falta de dados disponíveis de fácil acesso e fontes de pesquisa limitada, sobretudo de órgãos nas bases de estaduais e federais, o que dificulta a ampliação das discussões sobre a temática abordada.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca, JORGE, Karina D. **Descentralização da Gestão da Água: Por que os Comitês de Bacias estão sendo criados?** Ambiente & Sociedade, VIII, jul 2005. 1-26. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/tyBzHpwRXpyXF6bzjcJ3hWh/?format=pdf>. Acesso em: 31 maio 2023.

ACMINAS. As Regiões de Minas, 2023. Disponível em: <https://acminas.com.br/minasguide/pt/as-regioes-de-minas/>. Acesso em: nov. 2023.

AMORIM, A. L., RIBEIRO, M. M. R., BRAGA, C. F. C. **Conflitos em bacias hidrográficas compartilhadas: o caso da bacia do rio Piranhas-Açu/PB-RN.** Revista Brasileira de Recursos Hídricos, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 36–45, 2016.

ALVIM, Angélica A., RONCA, José Luiz Caruso. **Metodologia de avaliação qualitativa das ações dos comitês de bacias com ênfase na gestão integrada: o Comitê do Alto Tietê em São Paulo.** Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 12, p. 325-334, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/FKzsHPXhsWp9mxjpth98q4v/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 21 de abril de 2023.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (gov). **Relatório de Conjunturas de dos Recursos Hídricos no Brasil.** Informe 2012. Brasília (2012). Disponível em: https://www.snirh.gov.br/portal/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos/conj2012_inf.pdf.> Acesso em: 21 de abril de 2023.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (gov). **Usos da água.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/usuarios-da-agua#:~:text=No%20Brasil%2C%20a%20C3%A1gua%20C3%A9,%20navega%C3%A7%C3%A3o%20turismo%20e%20lazer.>> Acesso em: 21 de abril de 2023.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (gov.). **Política Nacional de Recursos Hídricos.** Ministério do Meio Ambiente, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/politica-nacional-de-recursos-hidricos>. Acesso em: 3 junho 2023.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Caderno de Capacitação em Recurso Hídrico: O que faz o Comitê de Bacia Hidrográfica?** Ministério do Meio Ambiente. vol.1, Brasília - DF, 2011. Disponível em: <https://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/CadernosDeCapacitacao1.pdf>. Acesso em: 8 junho de 2023.

ANA. AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. Agricultura Irrigada por Pivôs Centrais no Brasil. Catálogos de Metadados ANA. *Shapefile*. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/e2d38e3f-5e62-41ad-87ab-990490841073>. Acesso em: nov. 2023.

ARAÚJO, Hélio. **Barragem do Berizal.** Youtube, 12 de ago. de 2014 (1min 26 segs.). Disponível em: https://youtu.be/IRhzzxPc8UY?si=pAlb1U_n8PGwH1Yv

ATLAS DIGITAL DAS ÁGUAS DE MINAS. Impacto ambiental relevante na bacia do Rio Paracatu, Minas Gerais. Coordenação técnica, direção e roteirização Humberto Paulo Euclides. 3. ed. Belo Horizonte: RURALMINAS. Viçosa, MG: UFV, 2007. Disponível

em:http://www.atlasdasaguas.ufv.br/paracatu/impacto_ambiental_relevante_na_bacia_do_rio_paracatu_em_minas_gerais.html. Acesso: 11 de nov. 2023.

BEZERRA, Fabiano C. P. **O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: UM OLHAR SOBRE OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS AMBIENTAIS**. Revista Eletrônica Constituição e Garantia de Direitos, 2007.

BORGES, Eduardo C. M. **O DIREITO AO MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL E SEU CONTEXTO**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 48. 2015.

BRASIL. **Código de Águas e Legislação Correlatada**. 1. ed. Brasília: Subsecretária de Edições Técnicas, v. I, 2003. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70322/653798.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. Código Civil. **Lei, nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916**. BRASIL. Código Civil.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.433, de 8 de janeiro de 1997**. *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989*. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L9433.htm. Acesso em: 22 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento. **Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**. 07 de março de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/cnrh/sistema-nacional-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos>> Acesso em: 22 de abril de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 24643 de 10 de julho de 1934**. **Decreta o Código de Águas**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.htm. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, MDR. **Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos**, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh/cnrh/sistema-nacional-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos>. Acesso em: 3 jun 2023

CAMPOS, V. N. DE O., FRACALANZA, A. P. **Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 365-382, 2010.

CBHSF. **Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. CBH do Rio Paracatu (SF7)** - Minas Gerais. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/comites-de-afluentes/cbh-do-rio-paracatu-sf7-minas-gerais/>. Acesso em: 12 out. 2023.

CBHSF. CBH do Rio São Francisco. **Crise Hídrica Rio Paracatu**. Youtube. 19 de out. de 2021. Disponível em: <https://youtu.be/qezpOIJCVm0?si=9d32Q4UUNsB7U9YQ>. Acesso em 15 de nov. de 2023.

CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos. **Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000**. Estabelece diretrizes para a formação e o funcionamento de Comitês de Bacia Hidrográfica. Brasília, 2000.

COSME. Claudemir Martis. **Conflito no Campo 2019**. Comissão da Pastoral da Terra (CPT). Goiânia – GO, 2019, p 136-151. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>. Acesso em: 9 junho de 2023.

COSTA, Tailson P., PERIN, Ana C. D. M. **Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil**. Revista da Faculdade de Direito, 2009. 344-380.

COSTA, Mariana M.L. *et al.* **A Geração de Conflitos pelo Uso da Água na Bacia do Rio Paracatu, Noroeste de Minas Gerais, Brasil**. Revista Brasileira de Geografia Física. v.14, n.02 (2021) págs. 834-846. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe>. Acesso em: out. 2023.

EMPRAPA. Área irrigada por pivôs centrais no Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59843654/area-irrigada-por-pivos-centrais-no-brasil-atinge-16-milhao-de-hectares>. Acesso em: nov. 2023.

FAEMG SENAR. **Gestão Participativa em Bacias em Áreas Declaradas de Conflito pelo Uso de Recursos Hídricos em Minas Gerais**. Workshop. Setor Agropecuário na Gestão da Água. Brasília. junho de 2023. Disponível em: <https://cnabrasil.org.br/storage/arquivos/Guilherme-da-Silva-Oliveira-PPT-painel-2.pdf>. Acesso em: outubro de 2023.

GOMES, Larissa C. D., SALVADOR, Nemésio N. B., LORENZO, Helena C. D. **CONFLITOS PELO USO DOS RECURSOS HIDRICO E O CASO DE ARARAQUARA -SP**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, vol .4, 2021. 1-20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/3VKVTys9Zqn7cPgNGwDHZZv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 junho 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>. Acesso em 30 out. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 10 nov 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 10 nov 2023.

IDE-SISEMA. Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Minas Gerais. 2023. Disponível em: <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br>

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais**. Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 238. 2006.

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Sistema Estadual de Informação sobre Recursos Hídricos**. Portal *meioambiente.mg*, 2023. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/sistema-de-informacoes-infohidro>. Acesso em: 5 junho 2023.

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. **Áreas Declaradas de Conflito em Minas Gerais - 2020**. Belo Horizonte, 2020. 1:3.800.000. Disponível em: <http://repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/bitstream/123456789/3064/4/Mapa.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2023.

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (Estadual). **Comitês de Bacia Hidrográfica**. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/-comitesdebaciashidrograficas>> Acesso em: 22 de abril de 2023.

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (Estadual). **Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH)**. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/sistema-de-gerenciamento0>> Acesso em: 22 de abril de 2023.

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (Estadual). **Gestão e Situação das Águas de Minas Gerais - Segurança Hídrica**. 2020. Disponível em: <http://repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/handle/123456789/3451>. Acesso em: nov. 2023.

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (Estadual). **Gestão e Situação das Águas de Minas Gerais - Lei Mineira das Águas**. 2019. Disponível em: <http://repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/handle/123456789/3451>. Acesso em: nov. 2023.

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (Estadual). **Gestão e Situação das Águas de Minas Gerais - Ações para Segurança Hídrica**. 2021. Disponível em: <http://repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/handle/123456789/3451>. Acesso em: nov. 2023.

IGAM, INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS (Estadual). **Gestão e Situação das Águas de Minas Gerais - Ciclo 2019-2022**. Disponível em: <http://repositorioigam.meioambiente.mg.gov.br/handle/123456789/3451>. Acesso em: nov. 2023.

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas. 2023. Portal InfoHidro - Informações sobre recursos hídricos. Disponível em: <http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/semcategoria/319-indice-de-qualidade-dasaguas-iqa>. Acesso em 02 nov. 2023.

KLINGER, Jean. **Recuperação de Nascentes**. Youtube, 5 nov. 2014. (9 min 35 segs.). Disponível em: <https://youtu.be/nIWooaH0uNU?si=gs12xpf135bTIX0>. Acesso em 05 de novembro de 2023.

LANNA, A. E. **A economia dos recursos hídricos: os desafios da alocação eficiente de um recurso (cada vez mais) escasso**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 22, n. 63, p. 113–130, 2008.

MACHADO, Paula Balbio. **Conflitos pelo uso da água: papel mediador do Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas - TO. 2019.117f.** Dissertação (Mestrado profissional e interdisciplinar em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, Palmas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1263>> Acesso em 22 de abril de 2023.

MAGALHÃES JÚNIOR, H., LOPES, F. W. A. Levantamento e análise dos conflitos pelos usos da água na bacia do Ribeirão da Prata-MG. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, v.8, n.3, p.31-45, 2017. DOI: <http://doi.org/10.6008/SPC2179-6858.2017.003.0004>.

MAPBIOMAS. Coleções MapBiomas (Uso e ocupação do solo), 2021. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: nov. 2023.

MARTÍN, L., JUSTO, J. B. **Análisis, prevención y resolución de conflictos por El agua em America Latina y el Caribe.** CEPAL – Serie Recursos Naturales e Infraestructura n° 171. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2015. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37877/1/S1500220_es.pdf> Acesso em: 21 de abril de 2023.

MELO, Fabiano. **Direito Ambiental.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Método, 2017. 546-561 p.

MELO, Georgia Karênia R. M. M. D., MARACAJÁ, Kettrin F. B., NETO, José D. Histórico evolutivo legal dos recursos hídricos no Brasil: uma análise da legislação sobre a. **Revista Âmbito Jurídico**, Brasil, 28 março 2015. .

MINAS GERAIS. (SIAM). Decreto N°47.705, de setembro de 2019. **Estabelece normas e procedimentos para a regularização de uso de recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.** Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=49498>> Acesso em: 22 de abril de 2023.

MINAS GERAIS, **Lei nº 11.903, de 06 de setembro de 1995.** Altera a denominação do Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - DRH - MG -, para Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, dispõe sobre sua reorganização e dá outras providências. *Diária do Executivo*. 07 de agosto de 1995. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2303>. Acesso em: 8 junho de 2023.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.199 DE 29 DE JANEIRO DE 1999.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências. Disponível em: https://progestao.ana.gov.br/portal/progestao/panorama-dos-estados/mg/lei-no13-199-99_mg.pdf. Acesso em: 9 junho 2023

MINAS GERAIS (SIAM). **Lei nº 12.584, de 17 de julho de 1997.** Altera a denominação do Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - DRH - MG -, para Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, dispõe sobre sua reorganização e dá outras providências. *Diário Executivo* 18 de junho de 1997. Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=2342>. Acesso em: 8 junho 2021

MESQUITA, Luis F. G. **Os comitês de bacias hidrográficas e o gerenciamento integrado na Política Nacional de Recursos Hídricos**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Brasília, 45, 7 abril 2018. 56-80. Acesso em: 3 junho 2023.

MOREIRA, Maria D. F. **Comitês de Bacias Hidrograficas de Pernambuco: Dificuldade, avanços e desafios**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p. 173. 2008.

MOURA, Adriana M. M. D. Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil. In: DE, Adriana M. M. **Trajetória da Política Ambiental Federal no Brasil**. 1. ed. Brasília: Repositório do Conhecimento do Ipea, v. 1, 2016. Cap. 1, p. 32. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9264>. Acesso em: 02 junho 2023.

PEDROSA, Valmir de Albuquerque. **Solução de Conflitos pela Água**. Agência Peixe Vivo. 2016. Disponível em: <https://cdn.agenciapeixeverso.org.br/media/2019/06/Texto-Guia-Conflito-pelo-uso-da-aCC81gua.pdf>> Acesso em: 21 de abril de 2023.

PEIXOTO, Filipe D. S., SOARES, Jamilson A., RIBEIRO, Victor S. **Conflitos pela água no Brasil**. Sociedade e Natureza, Uberlândia, dez 2021. 13. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/9zK6YFrTGYYmD6hJT3CNhzv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 junho 2023.

PDRH, Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paracatu. 2006 Disponível em: <http://www.cbhparacatu.org.br/plano-diretor/>. Acesso em: nov. 2023.

PDRH, Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e Demais Afluentes do Rio Pardo. 2013 Disponível em: http://www.ana.gov.br/sar/planosdiretores/bacias/paranaiba/planosdiretores/rio_mosquito.pdf. Acesso em: nov.2023.

PRUSKI, Fernando F.; RODRIGUEZ, Renata Del G.; NOVAES, Luciano F. de; SILVA, Demetrius D. da; RAMOS, Márcio M; TEIXEIRA, Alessandro de F. Impacto das vazões demandadas pela irrigação e pelos abastecimentos e humano, na Bacia do Paracatu. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. V.11, número 2, p.199-210, Campina Grande / PB, 2007.

REIS, Carlos J. **Atuação dos subcomitês de Bacia Hidrografica do Rio das Velhas na Gestão dos Recursos Hidricos**. Universidade Católica de Salvador. Salvador, p. 155. 2011.

SANTOS, André C. A. D, SILVA, Eleusa M, FRANCO, Gilberto C de, CHINAQUE, Fernanda F., ARRUDA, Emerson M. **Avanços e desafios na gestão hídrica: O Comitê de Bacia do**. Revista Ciencia e Tecnologia & Ambiente, São Paulo, 23 dez 2016. 88-97. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.43222-6643.04112>. Acesso em: 7 jun 2023.

SEMAD. Secretária de Desenvolvimento Sustentável. CERH-MG. **Portal Meio Ambiente**, 2023. Disponível em: <http://www.meioambiente.mg.gov.br/cerh>. Acesso em: 4 jun 2023.

CBH SF7. Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu. Disponível em: <https://comites.igam.mg.gov.br/comites-estaduais-mg/sf7-cbh-rio-paracatu>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Marco A. **Sistema Nacional De Informações Sobre Recursos Hídricos E A Gestão Da Informação Na Agência Nacional De Águas**. XIX Simpósio BRaisleiro de Recursos

Hídricos, Maceio, 2011. 1-20. Disponível em: https://abrh.s3.sa-east-1.amazonaws.com/Sumarios/81/6df5d4cff73414541afa0c298cf397a3_8c51f384edb59f3bb42397e888f7e7bb.pdf. Acesso em: 4 junho 2023.

SILVA, J. dos S.V. da, GUIMARÃES, P. CECIM, J. da S.R. . Mapeamento do uso e cobertura vegetal da bacia hidrográfica do rio Paracatu: comparação 2002 e 2013. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL, 6., 2016, Cuiabá. Anais... São José dos Campos: INPE; Brasília, DF: Embrapa, 2016 p. 826-835. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1056655>. Acesso em: nov. 2023.

SOARES, Stela de A. **Gestão de Recursos Hídricos**. 1ª Edição. Curitiba: Intersaberes, 2015. p.117.

SOUSA, Hairaneni Santos, SANT ANNA, Nanini Castilhos Rabelo: **CONFLITO POR USO DE RECURSOS HÍBRIDOS: BACIA DO RIBEIRÃO** S.I. Anais do 1º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsoma. 2019, 503-514. Disponível: <https://finom.edu.br/assets/uploads/cursos/tcc/202103311503556.pdf>> Acesso em: 7 junho de 2023

TUCCI, Carlos E. M., HESPANHOL, Ivanildo, NETTO, Oscar D. M. C. **A Gestão da Água no Brasil: UMA PRIMEIRA AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL E DAS PERSPECTIVAS PARA 2025**. Rio de Janeiro, p. 138. 2000. (1).

VERDE. Rodrigo B.R.V. **Impactos da mineração e da agroindústria em Paracatu (Mg): ênfase em recursos hídricos**. Mineralis CETEM, 2010. Disponível em: http://mineralis.cetem.gov.br:8080/bitstream/cetem/567/1/Rodrigo_Verde.pdf. Acesso em: nov. 2023.

WAINER, Ann H. **Legislação Ambiental Brasileira: Evolução Histórica do Direito Ambiental**. R. Inf. legisl., Brasília, abr./jun. 1993. 191-206.

ANEXO A



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

1 PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

2
3 Minuta da Ata da 1ª reunião extraordinária, realizada no dia 15 de setembro de 2020.

4
5 No dia 15 de setembro de 2020, às 09h00min os conselheiros do Comitê da Bacia
6 Hidrográfica do Rio Paracatu, reuniram-se por videoconferência através do aplicati-
7 vo Google Meet. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes -
8 **Poder Público Estadual: Ciro Leonardo Rabelo Coelho (IGAM) – Titular, Nei-**
9 **valdo Luis Monteiro (IEF) – Titular, Luiz Estevão Gonzaga dos Santos Júnior**
10 **(PMMG) – Suplente, Franciele Nascimento Oliveira (SES) – Suplente; Represent-**
11 **antes Poder Público Municipal: Ivonete Antunes Ferreira (AMNOR) – Titular,**
12 **Sophia Lorena Pinto Vieira (Prefeitura Municipal de Patos de Minas) – Suplente,**
13 **Denys Herculano de Castro (Prefeitura Municipal de Lagoa Grande) – Titular,**
14 **Orígenes Pereira de Oliveira (Prefeitura Municipal de Buritizeiro) – Suplente, Igor**
15 **Pimentel Cruz (Prefeitura Municipal de Paracatu) – Titular, Alexandre Stehling**
16 **dos Santos (Prefeitura Municipal de Vazante) – Titular; Representantes de Usuá-**
17 **rios: Saulo de Lima Bernardes (COPASA) – Titular, Lucélio de Melo Marinho**
18 **(SAAE Buritizeiro) – Suplente, Luiz Fernando de Oliveira Silva (Nexa Resources)**
19 **– Titular, Adaiane Pereira de Souza (BEVAP) – Titular, Adson Roberto Ribeiro**
20 **(IRRIGANOR) – Titular, Marcelo Geraldo Landim Carvalho (Condomínio dos Ir-**
21 **rigantes Entre Ribeiros de Paracatu) – Suplente, Osvaldo Batista de Souza**
22 **(Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) – Titular, Dalmi Veloso (Sindicato**
23 **Rural de João Pinheiro) – Suplente, Helberth Henrique Raman Vale Teixeira (FI-**
24 **EMG) – Titular; Representantes da Sociedade Civil: Ésio Mendes do Nascimento**
25 **(Cáritas Diocesana de Paracatu) – Titular, Max Gonçalves Ulhoa (ASPROM) – Ti-**
26 **tular, Luís Fernando Barreto (AEAPA) – Suplente, Antônio Eustáquio Vieira**
27 **(MOVER) – Titular, Tobias Tiago Pinto Vieira (MOVER) – Suplente, Bruno Pe-**
28 **res de Oliveira (ASCON) – Suplente. Convidados: Jeane Carvalho (IGAM),**
29 **Lucas Berbert (IGAM), Marcelo Fonseca (IGAM), Frederico Garcia de Melo**
30 **Franco (CBH-Paracatu), Marcos Guimarães (CBH-Paracatu), Michele Oliveira,**
31 **Dr. Athaide (MPMG), Jhony Roseval, Marcus Cristelli, Gual Amiguet, Chris**
32 **Barela, Luiz Fernando Gonçalves, Ritha Ribeiro, Eleusa Lima e Rose Dantas.**
33 **Assuntos em Pauta: 01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO COMITÊ DA**
34 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU – ANTÔNIO EUSTÁQUIO**
35 **VIEIRA: Antônio Eustáquio** declarou aberta a reunião, fazendo uma breve fala so-
36 bre a gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu. **02) CONFERÊNCIA DE**
37 **QUÓRUM – ADSON ROBERTO RIBEIRO: Adson Ribeiro** informou que havia
38 atingido o quórum necessário para iniciar a reunião. **03) APRESENTAÇÃO DOS**
39 **NOVOS CONSELHEIROS - ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA: Antônio Eus-**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

40 **táquio** solicitou para **Marcos Guimarães** informar os novos conselheiros. **Marcos**
41 informou que de novos conselheiros havia o **Igor Pimentel** que substituiu a **Gislene**
42 **José Luís André** pela Prefeitura Municipal de Paracatu e o **Orígenes Pereira de**
43 **Oliveira** pela Prefeitura de Buritizeiro. **04) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNI-**
44 **ÃO ORDINÁRIA DO DIA 04/08/2020 – ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:**
45 **Antônio Eustáquio** informou que a Ata foi enviada para todos os conselheiros por e-
46 mail para fazerem as alterações necessárias e em seguida colocou em votação a apro-
47 vação da Ata da Reunião Ordinária do dia 04/08/2020. A Ata foi aprovada contendo
48 01 abstenção de **Luiz Fernando de Oliveira Silva** e o restante dos votos favoráveis.
49 **05) INFORME DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS –**
50 **ADSON ROBERTO RIBEIRO:** **Adson Ribeiro** solicitou a **Frederico Franco** que
51 compartilhasse a tela com os documentos enviados e recebidos. **Marcos Guimarães**
52 informou da moção nº 04 que foi aprovada na reunião passada do CBH-Paracatu a
53 respeito da defesa da destinação dos recursos oriundos dos processos de compensa-
54 ção ambiental de empreendimento instalado na Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu
55 para unidade de conservação de proteção integral denominado Parque Estadual de
56 Paracatu. **Marcos** informou também das duas recomendações enviadas ao CERH
57 aprovadas na reunião anterior sobre a questão da forma de arrecadação da cobrança e
58 sobre a participação do IGAM em diretorias de Comitês, Câmaras Técnicas e grupos
59 de trabalho. **06) RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELI-**
60 **BEAR – ADSON ROBERTO RIBEIRO:** **Adson Ribeiro** informou sobre a
61 apresentação dos processos de outorga e a deliberação dos processos de outorga cole-
62 tivas 1036/2017 e 3224/2019 e também com relação a eleição da diretoria do Comitê.
63 **07) APRESENTAÇÃO PELO COORDENADOR DA CTOC DA ATUAÇÃO**
64 **DA CTOC JUNTO À INSTALAÇÃO DAS COMISSÕES GESTORAS LO-**
65 **CAIS - CGL'S DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DA CAATINGA NO**
66 **MUNICÍPIO DE JOÃO PINHEIRO-MG E DA BACIA HIDROGRÁFICA DO**
67 **RIO ESCURO NOS MUNICÍPIOS DE PARACATU, VAZANTE E GUARDA-**
68 **MOR - TOBIAS VIEIRA:** **Tobias Vieira**, no uso da palavra, informou aos conse-
69 lheiros que foram criadas 11 CGL's, 07 na bacia do Rio Escuro e 03 na bacia do Rio
70 da Caatinga e uma do Engenho Velho. **Tobias** informou que convocou todas CGL's
71 para reuniões nos dias, 17, 18, 21, 22, 23 e 24 de setembro. Informou que foram fei-
72 tos 11 grupos no Whatsapp e enviou as convocações através do grupo do Whatsapp.
73 **Tobias** falou também que em cada reunião será de organizar os usuários em Secretá-
74 ria Executiva e Plenário e informar sobre a Portaria IGAM nº 26 de 2020 que
75 instituiu as CGL's e a Instrução de Serviço nº 03 de 2020. **Marcelo Fonseca** no uso
76 da palavra, falou sobre alterações que houveram na Portaria IGAM nº 26 e por fim
77 **Tobias** falou mais detalhes sobre a relação Associação x CGL. **08) APRESENTA-**
78 **ÇÃO DO PROCESSO DE OUTORGA COLETIVA DE NÚMERO: 1036/2017,**
79 **ANALISADO PELA CTOC NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

80 **22/07/2020 - TOBIAS VIEIRA; RETORNO DE VISTAS PELOS CONSE-**
81 **LHEIROS ADSON ROBERTO RIBEIRO REPRESENTANTE DA**
82 **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E IRRIGANTES DO NORO-**
83 **ESTE DE MINAS GERAIS – IRRIGANOR, HELBERTH HENRIQUE**
84 **RAMAN VALE TEIXEIRA REPRESENTANTE DA FEDERAÇÃO DAS IN-**
85 **DÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FIEMG E LUÍS**
86 **FERNANDO BARRETO REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS EN-**
87 **GENHEIROS AGRÔNOMOS DE PARACATU: Tobias** informou que o retorno
88 de vistas foi do **Luís Fernando Barreto** em que ele fala que não é compatível o que
89 foi concedido pelo órgão ambiental uma vez que o máximo de horas captado por dia
90 autorizado pela CEMIG é de uma hora por dia e **Tobias** sugeriu retornar isso ao
91 IGAM para dizerem qual o entendimento, se cabe alteração do processo ou se man-
92 tem do jeito que estava. **Lucas Berbert**, no uso da palavra apresentou as alterações
93 feitas no parecer conforme o pedido de vistas feito por **Luís Fernando. 09) APRE-**
94 **SENTAÇÃO DO PROCESSO DE OUTORGA COLETIVA DE NÚMERO:**
95 **3224/2019, ANALISADO PELA CTOC NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**
96 **DO DIA 22/07/2020 - TOBIAS VIEIRA; RETORNO DE VISTAS PELA CON-**
97 **SELHEIRA ADAIANE PEREIRA DE SOUZA REPRESENTANTE DA**
98 **BIOENERGÉTICA VALE DO PARACATU S.A. – BEVAP: Tobias Vieira** in-
99 formou que a BEVAP apresentou o parecer de vistas sobre o processo de outorga
100 coletiva nº 3224/2019, informou também que já fez uma reunião com a BEVAP para
101 entender sobre o pedido de vista. **Adaiane**, no uso da palavra, apresentou o **Marcus**
102 **Cristelli**, Engenheiro Hídrico, que fez apresentação do pedido de vistas da BEVAP
103 diante a plenária. **Marcus** informou que a questão que originou a necessidade de ela-
104 boração deste parecer foi da não satisfação da BEVAP em só quem estava a jusante
105 do barramento B8, fazer alternância de uso de água. Em seguida, **Lucas Berbert** fa-
106 lou de algumas alterações já feitas neste processo de outorga coletiva diante parecer
107 da BEVAP. Após manifestações de conselheiros e convidados, **Adson Ribeiro** pro-
108 pôs fazerem uma reunião conjunta entre os usuários e técnicos com a mediação do
109 Comitê. Assim, **Antônio Eustáquio**, sugeriu retirar este ponto de pauta para ser pau-
110 tado em uma reunião posteriormente após um consenso. **10) DELIBERAÇÕES**
111 **DOS PROCESSOS DE OUTORGAS COLETIVAS DE NÚMEROS: 1036/2017**
112 **E 3224/2019 - ANTÔNIO EUSTÁQUIO:** Após manifestações, **Antônio Eustáquio**
113 colocou em votação a Deliberação Normativa nº 19 de 15 de setembro de 2020 que
114 aprova o processo de retificação da portaria de Outorga Coletiva nº 1036/2017, dos
115 Usuários da Bacia do Entre Ribeiros e Sub-Bacia do Baixo Ribeirão São Pedro e
116 Afluentes, de acordo com as informações constantes no parecer técnico nº.
117 0407994/2020 do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM. Esta DN foi apro-
118 vada por unanimidade dos votos. Como o Processo nº 3224/2019 foi retirado de
119 pauta, não houve votação da deliberação do mesmo. **11) APRESENTAÇÃO DA**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

120 **CHAPA INSCRITA E ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DO CBH-**
121 **PARACATU - GESTÃO 2020-2022 - OSVALDO BATISTA DE SOUZA: Os-**
122 **valdo Batista**, no uso da palavra apresentou a diretoria, parabenizou a diretoria pelo
123 belo trabalho realizado por Antônio Eustáquio, Adson Ribeiro, Alexandre Stehling e
124 Denys Herculano. E em seguida tendo em vista tendo chapa única **Oswaldo Batista**
125 colocou em votação a aprovação da diretoria. Ficou aprovada por unanimidade dos
126 votos. **12) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS:**
127 **Antônio Eustáquio**, informou que fará um ofício ao Secretário de Meio Ambiente
128 do Estado solicitando uma reunião a respeito dos recursos dos compensatórios. **Ritha**
129 **Ribeiro**, no uso da palavra, falou de uma proposta para que integrassem um progra-
130 ma que chama “**Identidade Ambiental**”, em que seria um trabalho de comunicação
131 e divulgação com duas edições semanais em que uma seria destinada exclusivamente
132 a amostra das pautas do CBH-Paracatu. Após apresentação **Ritha Ribeiro** falou que
133 para que veicule esse programa exclusivamente semanal do CBH-Paracatu, seria pe-
134 dido um valor mensal de R\$ 130,00, para divulgação nas redes sociais com
135 alimentação do material nas redes sociais, com uma gestão do site um valor de R\$
136 250,00 mensais, para recompra do domínio do registro do site R\$ 40,00 para renovar
137 a licença anual e o valor da hospedagem anual para que tudo isso fique no ar, R\$
138 280,00 reais anual. **Oswaldo Batista** falou que o CBH-Paracatu possui uma câmara
139 técnica de ação social e falou que acha muito bem vinda a participação da **Ritha Ri-**
140 **beiro** neste momento. **Ivonete Antunes**, informou que esteve presente no
141 lançamento de um evento do Instituto Espinhaço em Buritis com Ministros do Meio
142 Ambiente, Infraestrutura, do Desenvolvimento Regional, da Agricultura e Abasteci-
143 mento, do Turismo, com a Marília, Germano, Ana Valentine e diversas autoridades,
144 deputados, prefeitos e ressaltou a importância da união do estado virar este olhar para
145 o Noroeste, o cerrado e para as necessidade hidro ambientais que temos. **13) EN-**
146 **CERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a serem tratados, **Antônio**
147 **Eustáquio** agradeceu a presença de todos e assim declarou encerrada a reunião.

APROVAÇÃO DA ATA

Antônio Eustáquio Vieira

Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

Adson Roberto Ribeiro

Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

1 PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

2
3 Ata da 4ª reunião ordinária, realizada no dia 07 de agosto de 2022.

4
5 No dia 02 de agosto de 2022, às 09h00min os conselheiros do Comitê da Bacia
6 Hidrográfica do Rio Paracatu, reuniram-se por videoconferência através do aplicativo
7 Zoom. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes - **Poder Público**
8 **Estadual: Ciro Leonardo Rabelo Coelho** (IGAM) – Titular, **Junia Mesquita**
9 **Miranda** (IEF) – Suplente, **Luiz Estevão Gonzaga dos Santos Júnior** (PMMG) –
10 Suplente, **Tais Fernanda Martins Ferreira** (SEMAD) – Titular, **Álvaro de Moura**
11 **Goulart** (EMATER) – Titular, **Eleusa Maria de Lima e Silva** (SES) – Titular, **Aline**
12 **Aparecida Cavalcante de Oliveira** (SES) – Suplente; **Representantes Poder**
13 **Público Municipal: Ivonete Antunes Ferreira** (AMNOR) – Titular, **Sophia Lorena**
14 **Pinto Vieira** (Prefeitura Municipal de Patos de Minas) – Titular, **Denys Herculano**
15 **de Castro** (Prefeitura Municipal de Lagoa Grande) – Titular, **Alexandre Stehling dos**
16 **Santos** (Prefeitura Municipal de Vazante) – Titular, **José do Carmo Pereira**
17 **Machado** (Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas) – Titular; **Representantes**
18 **de Usuários: Saulo de Lima Bernardes** (COPASA) – Titular, **Gustavo Lino**
19 **Mendonça** (SAAE Buritizeiro) – Suplente, **Alexandre Augusto Soares Matos**
20 (IBRAM) – Titular, **Adaiane Pereira de Souza** (BEVAP) – Titular, **Renato Júnio**
21 **Constâncio** (CEMIG) – Suplente, **Adson Roberto Ribeiro** (IRRIGANOR) – Titular,
22 **Oswaldo Batista de Souza** (Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) – Titular,
23 **Túlio Pereira de Sá** (FIEMG) – Titular; **Representantes da Sociedade Civil: Éσιο**
24 **Mendes do Nascimento** (Cáritas Diocesana de Paracatu) – Titular, **José Eduardo**
25 **Trevisan Moraes** (ADESP) – Suplente, **Afonso de Jesus Silveira Andrade**
26 (ASPROM) – Titular, **Luís Fernando Barreto** (AEAPA) – Suplente, **Antônio**
27 **Eustáquio Vieira** (MOVER) – Titular, **Tobias Tiago Pinto Vieira** (MOVER) –
28 Suplente, **Geni Souza Oliveira** (CEPASA) – Titular. **Convidados: Aline Maia -**
29 **Urga Nor, Bruna Nogueira, Delio Oscar, Frederico Franco, Geraldo Prizon,**
30 **Hairaneni, Jeane Maia – GECBH, Jeferson Appelt, José Maria, Luiz Fernando**
31 **Gonçalves, Marcos Guimarães, Micaelly Rabelo, Michele Gonçalves, Miguel**
32 **Rosa, Rowena Irriganor, Renata Martini, Vitor Paulo Martini, Michael IGAM,**
33 **Maria de Lourdes, Thais Caroline Valadares Appelt, Thiago Figueiredo IGAM,**
34 **Gustavo Castro, Regina, Eloa, Grupo Irmãos Veloso e Robson Santos. Assuntos**
35 **em Pauta: 01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO COMITÊ DA BACIA**
36 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU – ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:**
37 **Antônio Eustáquio** cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Informou sobre
38 os dados que está coletando do Rio Preto para futuramente realizar uma expedição no
39 Rio e em seguida passou para o próximo ponto de pauta. **02) CONFERÊNCIA DE**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

40 **QUÓRUM – ADSON RIBEIRO:** Adson agradeceu a participação de todos e em
41 seguida informou que o quórum havia sido atingido e assim passou para o próximo
42 ponto de pauta. **03) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
43 **DIA 07/06/2022 - ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:** Antônio Eustáquio
44 informou que a Ata já havia sido enviada aos conselheiros para fazerem as devidas
45 considerações e em seguida colocou em votação a aprovação da Ata da Reunião
46 Ordinária do CBH-Paracatu do dia 07/06/2022. A mesma foi aprovada contendo 01
47 abstenção de **Álvaro Goulart** e aprovada pelo restante dos presentes. Em seguida
48 passou para o próximo ponto de pauta. **04) INFORME DAS**
49 **CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS – ADSON ROBERTO**
50 **RIBEIRO:** Adson informou do ofício recebido o IGAM, solicitando os documentos
51 para firmar o Termo de Permissão de Uso de Bens Moveis Permanentes entre o IGAM
52 e MOVER, para estruturação do CBH-Paracatu, o CBH-Paracatu enviou ofício de
53 resposta. Ofício do Condomínio de Irrigação Rio Paracatu que é um ponto de pauta da
54 reunião. Ofício ao IGAM encaminhando a Deliberação nº 34/2022 que estabelece os
55 critérios e normas e define os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos
56 hídricos para os devidos encaminhamentos do Conselho Estadual de Recursos
57 Hídricos. Ofício a Sra. Vânia Mara de Souza encaminhando a Moção nº 05 de 07 de
58 junho de 2022. Ofício à SUPRAM recomendando que considerem as condicionantes
59 propostas nas DN's nº 35, 36 e 37 de 2022 do CBH-Paracatu que aprovam os Processos
60 da Draga Rio Paracatu, com alteração de condicionantes, para que os procedimentos
61 citados nas condicionantes sejam estendidos a todos os empreendimentos de dragagem
62 existentes na bacia do Rio Paracatu a fim de melhorar a qualidade e minimizar o risco
63 de acidente em nosso Rio. Ofício ao Coordenador do Fórum Mineiro de Comitês
64 indicando representante do CBH-Paracatu para participar da Reunião do Fórum. **05)**
65 **RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELIBERAR – ADSON**
66 **ROBERTO RIBEIRO:** Adson informou dos assuntos a serem deliberados nos
67 pontos de pauta a serem tratados a seguir. **06) APRESENTAÇÃO DO**
68 **CONDOMÍNIO DE IRRIGAÇÃO RIO PARACATU – DISCUSSÃO SOBRE A**
69 **ESCASSEZ HÍDRICA NO RIO PARACATU NO ANO DE 2021:** Informou de
70 Ofício enviado ao CBH-Paracatu pedindo ao IGAM o cumprimento das
71 condicionantes de instalação de monitoramento de fluxo com transmissão telemétrica
72 nas entregas dos rios onde foram decretados área de conflito e criadas as CGL's e o
73 prazo para cumprimento dessa condicionante e apresentação do relatório de entrega da
74 vazão residual dos seus afluentes dos últimos 12 (doze) meses e informou que essas
75 informações não vieram. E deixou uma sugestão, que se os produtores cada um ficar
76 cuidando disso, não vai chegar a lugar nenhum. A sugestão é que tenha um gestor
77 contratado para cuidar e buscar as informações, dialogar com os órgãos e CGL's, pois
78 se ficar só batendo cabeça, o problema vai se prolongar ao longo dos anos. Houve mais
79 manifestações de conselheiros e usuários. **Maicon** explanou para os conselheiros sobre



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

80 a cobrança pelo uso de recursos hídricos após a aprovação Conselho Estadual de
81 Recursos Hídricos. **Maria de Lourdes** falou para os conselheiros sobre a possível
82 união dos CBH's SF7, SF8 e SF9. Falou sobre a proposta de união, foi feito
83 apresentação com cada comitê separado e depois com todos juntos, falou que acredita
84 na otimização dos recursos, otimização dos recursos hídricos, mas informou que estão
85 apenas numa discussão inicial, uma proposta. E falou que maiores detalhes serão dados
86 futuramente quando trouxerem apresentação para plenária. **07) ANÁLISE E**
87 **DELIBERAÇÃO DO PROCESSO Nº 67657/2019 CÓRREGO VEREDA**
88 **GRANDE - ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA: Tobias Vieira**, informou que o
89 processo foi pautado na reunião da CTOC, informou que o processo veio para o
90 Comitê, houve um desentendimento, voltou para o IGAM, o IGAM colocou o processo
91 em sobrestado, constituiu a CGL, e começou o processo de alocação negociada na
92 bacia, foi enviado ao IGAM. O IGAM fez a análise e devolveu para o Comitê o parecer
93 que está anexo a pauta de hoje com o termo de alocação de água. **Tobias** informou que
94 na Reunião da CTOC, houve manifestações de que usuários falaram que queriam ter
95 as vazões das barragens compartilhada entre os vizinhos. **Tobias** informou que não
96 receberam nenhum retorno do IGAM destas solicitações feitas pelos usuários. E que
97 nesta reunião seria votado o Parecer como já estava. **Tobias** informou que há um
98 dissenso na alocação de água por dois pontos principais. **Ciro**, no uso da palavra
99 informou que o que foi analisado dentro desse Processo foi o que foi proposto dentro
100 do termo de alocação de água. **Luiz Fernando** (Secretário da CGL Vereda Grande,
101 fez suas colocações e falou que por ele, opta por aprovar o processo como está. **Aline**
102 **Maia**, informou que relacionado ao termo de alocação de água, em nenhum momento
103 foi colocado algo diferente do que foi apresentado, falou que qualquer outra discussão,
104 deveria ser colocado no estudo para ser considerado. Houve discussões entre os
105 usuários de adequações a serem feitas e sanadas algumas dúvidas com **Aline**. Alguns
106 usuários manifestaram que o Processo deveria ser aprovado como está e
107 posteriormente fazer uma retificação com as solicitações dos usuários que estão no
108 dissenso, pois já está a muito tempo em análise e não vai para frente e por causa do
109 dissenso de dois usuários estão prejudicando os demais. **Antônio Eustáquio** sugeriu
110 retirar o Processo de pauta, para que os usuários possam tentar entrar num consenso, e
111 posteriormente retornar para o Comitê. **Tobias** falou que os usuarios que estão no
112 dissenso serão chamados para uma reunião para fazer um relatório sobre o que está
113 havendo e assim mandar para o IGAM para que possam resolver caso não haja um
114 consenso. **08) Análise e deliberação do Processo nº 51838/2021 Ribeirão**
115 **Canabrava - Antônio Eustáquio Vieira: Tobias Vieira**, no uso da palavra informou
116 que esse processo foi tratado na reunião da CTOC, informou que houve consenso no
117 processo, foi informado que o processo veio ao Comitê pois se trata de abastecimento
118 público e foi aprovado por unanimidade dos presentes na reunião da CTOC. Após
119 considerações de **Ciro, Adson Ribeiro** colocou o processo em votação, e ficou



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

120 aprovado por unanimidade dos votos dos presentes. **09) RELATO DO WORKSHOP**
121 **“COMISSÕES GESTORAS LOCAIS (CGL’S) AVANÇOS E DESAFIOS” –**
122 **TOBIAS VIEIRA: Tobias** falou sobre o evento realizado no dia 22 de junho sobre
123 as CGL’s, falou dos presentes, e fez um breve relato sobre as apresentações, os
124 assuntos abordados e as atividades realizadas nesse Workshop. **10) ASSUNTOS**
125 **GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS: 11) ENCERRAMENTO:**
126 Não havendo outros assuntos a serem tratados, **Antônio Eustáquio** agradeceu a
127 presença de todos e assim declarou encerrada a reunião.

128

129

APROVAÇÃO DA ATA

130

131

132

133

134

135

Antônio Eustáquio Vieira

136

Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

137

138

139

140

141

Adson Roberto Ribeiro

142

Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

1 PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

2
3 Ata da 5ª reunião ordinária, realizada no dia 07 de dezembro de 2021.

4
5 No dia 07 de dezembro de 2021, às 09h00min os conselheiros do Comitê da Bacia
6 Hidrográfica do Rio Paracatu, reuniram-se por videoconferência através do aplicativo
7 Zoom. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes - **Poder Público**
8 **Estadual: Ciro Leonardo Rabelo Coelho** (IGAM) – Titular, **Neivaldo Luis Mon-**
9 **teiro** (IEF) – Titular, **Érica Francisca de Paula Araújo** (DEER) – Titular, **Tais**
10 **Fernanda Martins Ferreira** (SEMAD) – Titular, **Álvaro de Moura Goulart** (EMA-
11 **TER)** – Titular, **Eleusa Maria de Lima e Silva** (SES) – Titular, **Aline Aparecida**
12 **Cavalcante de Oliveira** (SES) – Suplente; **Representantes Poder Público Municip-**
13 **al: Ivonete Antunes Ferreira** (AMNOR) – Titular, **Sophia Lorena Pinto Vieira**
14 (Prefeitura Municipal de Patos de Minas) – Titular, **Denys Herculano de Castro** (Pre-
15 feitura Municipal de Lagoa Grande) – Titular, **Alexandre Stehling dos Santos**
16 (Prefeitura Municipal de Vazante) – Titular, **José do Carmo Pereira Machado** (Pre-
17 feitura Municipal de Brasilândia de Minas) – Titular; **Representantes de Usuários:**
18 **Saulo de Lima Bernardes** (COPASA) – Titular, **Gustavo Lino Mendonça** (SAAE
19 Buritizeiro) – Suplente, **Alexandre Augusto Soares Matos** (IBRAM) – Titular, **Re-**
20 **nato Júnio Constâncio** (Consórcio CEMIG) – Suplente, **Adson Roberto Ribeiro**
21 (IRRIGANOR) – Titular, **Marcelo Geraldo Landim Carvalho** (Condomínio dos Ir-
22 rrigantes Entre Ribeiros) – Suplente, **Oswaldo Batista de Souza** (Sindicato dos
23 Produtores Rurais de Paracatu) – Titular, **Dalmi Veloso** (Sindicato Rural de João Pi-
24 nheiro) – Suplente, **Helberth Henrique Raman Vale Teixeira** (FIEMG) – Titular;
25 **Representantes da Sociedade Civil: Ésio Mendes do Nascimento** (Cáritas Dioce-
26 sana de Paracatu) – Titular, **José Eduardo Trevisan Moraes** (ADESP) – Suplente,
27 **Afonso de Jesus Silveira Andrade** (ASPROM) – Titular, **Luís Fernando Barreto**
28 (AEAPA) – Suplente, **Antônio Eustáquio Vieira** (MOVER) – Titular, **Tobias Tiago**
29 **Pinto Vieira** (MOVER) – Suplente e **Bruno Peres de Oliveira** (ASCON) – Suplente.
30 **Convidados: Frederico Franco, Marcos Guimarães, Claudio Antonio Di Mauro,**
31 **Mauro da Costa Val, José Carlos – NewVision, Marcelo Fonseca** (IGAM), **José**
32 **Américo Carniel e Domingos Santana.** **Assuntos em Pauta: 01) ABERTURA**
33 **PELO PRESIDENTE DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PA-**
34 **RACATU – ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:** Antônio Eustáquio iniciou a
35 reunião falando do evento que teve na ultima sexta feira realizada na Prefeitura Muni-
36 cipal de Paracatu, falou sobre os usos irregulares da água da Bacia. Em seguida
37 informou que foi criada uma comissão de umas 06 pessoas que estavam no evento,
38 que vão se reunir para compilar as propostas que serão encaminhadas para quem for
39 de direito e obrigação. Agradeceu a participação de todos e em especial ao **Claudio Di**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

40 **Mauro**, que daqui a pouco terá apresentação de um ponto de pauta. Sendo assim **An-**
41 **tônio Eustáquio**, declarou aberta a reunião e passou para **Adson Ribeiro** fazer a
42 conferência de quórum. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM – ADSON RIBEIRO:**
43 **Adson** informou que o quórum havia sido atingido e assim passou para o próximo
44 ponto de pauta. **03) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
45 **DIA 05/10/2021 - ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:** **Antônio Eustáquio** infor-
46 mou que a Ata já havia sido enviada aos conselheiros para fazerem as devidas
47 considerações e em seguida colocou em votação a aprovação da Ata da Reunião Ordi-
48 nária do CBH-Paracatu do dia 05/10/2021. A mesma foi aprovada por contendo uma
49 abstenção do **Renato Júnio Constâncio** e aprovada pelo restante dos presentes. Em
50 seguida passou para o próximo ponto de pauta. **04) INFORME DAS CORRESPON-**
51 **DÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS – ADSON ROBERTO RIBEIRO:** **Adson**
52 inicialmente leu o ofício em resposta ao Ofício Circular IGAM nº 06/2021 informando
53 que o CBH-Paracatu encaminhou por e-mail a Portaria IGAM nº 77/2021 para todos
54 seus conselheiros, leu também ofício enviado para o Ministério Público solicitando
55 que as informações a respeito dos chacreamentos sejam solicitadas a Prefeitura Muni-
56 ciplar de Paracatu, ofício à Prefeitura de Paracatu, informando que houve a
57 apresentação de proposta da Construção de Barragem no Santa Isabel na plenária, pro-
58 posta essa que foi aprovada por unanimidade dos membros do CBH-Paracatu presentes
59 na reunião do dia 05 de outubro de 2021. Leu ofício enviado ao Movimento Verde
60 informando que a proposta apresentada diante a plenária do CBH-Paracatu, “Projeto
61 Hidroambiental a ser implantado no Alto São Pedro em Paracatu”, informamos que a
62 plenária do CBH-Paracatu foi favorável ao projeto e aprovado por unanimidade dos
63 conselheiros presentes e conseqüentemente o CBH-Paracatu será parceiro institucional
64 deste projeto do Mover. Ofício ao Ministério do Desenvolvimento Regional, solici-
65 tando maiores informações sobre o Polo de Irrigação recém criado e que o CBH-
66 Paracatu seja incluído nos grupos de discussões. Ofício enviado a Gerência de Apoio
67 aos Comitês de Bacias Hidrográficas em resposta ao e-mail recebido sobre o retorno
68 ao trabalho presencial do Auxiliar Administrativo de cada Comitê, informa que a di-
69 rectoria do CBH-Paracatu opta que o servidor **Frederico Garcia de Melo Franco**,
70 continue em teletrabalho uma vez que os trabalhos estão otimizados desta forma. Ofí-
71 cio à Prefeitura de Brasilândia de Minas sobre a questão das dragas, solicitando
72 informações mais detalhadas desta draga, pois com esses dados será possível buscar o
73 licenciamento ambiental dentro da Câmara de Atividades Minerárias do COPAM para
74 que sejam verificadas as condicionantes, o que foi proposto dentro do processo de
75 licenciamento dessa atividade e em seguida seja enviada correspondência com as in-
76 formações obtidas para o órgão que licenciou essa dragagem. Ofício ao Condomínio
77 de Irrigação de Paracatu solicitando que seja realizada reunião para tratar entre o Con-
78 domínio de Irrigação e a rectoria do CBH-Paracatu. Ofício à IRRIGANOR,
79 solicitando apresentação na reunião plenária de dezembro do CBH-Paracatu sobre o



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

80 recém criado Polo de Irrigação Sustentável no Noroeste de Minas. Em seguida falou
81 das correspondências solicitando apoio/parceria para confecção de calendário de 2022.
82 Ofício ao IGAM, informando que o termino da Portaria IGAM nº 77 de 2021. Ofício
83 ao IGAM de solicitando de cumprimento de condicionantes. Ofício ao CBH-São Fran-
84 cisco, informar que o CBH-Paracatu enviou ao Ministério de Desenvolvimento
85 Regional solicitando informações sobre o Polo de Irrigação do Noroeste e esta corres-
86 pondência tem intuito de caso o Comitê ache necessário fazer a mesma solicitação.
87 Ofício ao Fórum Mineiro dos Comitês de Bacias Hidrográficas, indicando represen-
88 tante do CBH-Paracatu para 70ª Reunião Ordinária do Fórum Mineiro de Comitês.
89 Ofício ao CBH-São Francisco solicitando representante do CBH-São Francisco repre-
90 sentante para participar do 3º Seminário Água para Todos realizado pelo CBH-
91 Paracatu do dia 03 de dezembro de 2021 em que foi indicado **Adson Ribeiro**. Solici-
92 tação de Parceria no 3º Seminário Água para todos – BEVAP. Ofício à Promotora de
93 Justiça convidando para participar da Reunião Ordinária do CBH-Paracatu e Ofícios
94 aos parceiros do CBH-Paracatu solicitando reajuste no valor da parceira com o CBH-
95 Paracatu. Ofício à Casa de Cultura de Paracatu de solicitação de local para 2ª Reunião
96 Extraordinária da CTOC de 2021. Leu resposta da SEAPA sobre participação no 3º
97 Seminário Água para Todos. Informou que houveram 07 convocações de reunião de
98 instalação de CGL's. Ofício retorna Parecer Técnico do Processo 18102-2020 para
99 reanálise da SUPRAM-NOR. E correspondência de Jueli com considerações sobre o
100 3º Seminário Água para Todos. Em seguida passou para o próximo ponto de pauta. **05)**
101 **RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELIBERAR – ADSON**
102 **ROBERTO RIBEIRO:** Adson informou da aprovação da DN nº 27/2021 e que o
103 ponto de pauta de aprovação da DN nº 28/2021 será retirado de pauta por não ter sido
104 enviado ainda pelo IGAM o Plano de Comunicação para ser aprovado nesta reunião.
105 Sem seguida passou para o próximo ponto de pauta. **06) “A CRISE HÍDRICA?**
106 **QUAIS AS FUNÇÕES DOS COMITÊS?” – PALESTRA PROFERIDA PELO**
107 **PROFESSOR CLAUDIO DI MAURO (GEOGRAFO COM MESTRADO E**
108 **DOUTORADO PELA USP E REPRESENTANTE DA UFU NO CBH-PARANA-**
109 **ÍBA): Claudio Di Mauro,** inicialmente agradeceu ao convide e oportunidade e em
110 seguida começou sua apresentação, quais as responsabilidade e atribuições dos repre-
111 sentantes de Comitês de representação nos Comitês de Bacias. Falou dos conflitos com
112 relações dos seus representantes e dos impactos gerados, as preocupações e atenções
113 a serem tomadas dos Comitês e de seus representantes. Após uma detalhada apresen-
114 tação e manifestação de alguns conselheiros, foi passado para o próximo ponto de
115 pauta. **07) DISCUSSÃO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRI-**
116 **COS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU – MARCELO**
117 **FONSECA:** Marcelo da Fonseca falou que estamos num momento de discussão da
118 cobrança em que isto ficou parado durante muito tempo dentro dos Comitês de Bacias,
119 a última implementação de cobrança que teve no estado foi em 2017 na Bacia do Pará



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

120 e os outros Comitê nunca se dispuseram ou quando começavam, começavam bem in-
121 sipientes a discussão da cobrança. Houve a edição de um decreto pelo governador em
122 que consolidou uma diretriz da cobrança. Antes mesmo do decreto, houve um com-
123 promisso do governo de não contingenciar mais os recursos da cobrança. Na passado
124 grande parte da arrecadação não foi efetivamente repassada aos Comitês. Informou
125 que alguns Comitês já estão em fase de aprovação da Cobrança e que o restante dos
126 Comitês tem até 2023 conforme este decreto, para discutir a cobrança colocando a
127 realidade de seu Comitê ou aplicará a regra mínima estabelecida pelo Conselho Esta-
128 dual de Recursos Hídricos. Mas que cabe a autonomia do Comitê para fazer a
129 modulação de acordo com a realidade do Comitê então é importante o CBH-Paracatu
130 iniciar a discussão da cobrança de imediato, pois é a cobrança só começa no exercício
131 posterior a sua aprovação. Em seguida **Marcelo** agradeceu e passou a palavra para que
132 os conselheiros fizerem seus comentários. Após isso, foi passado para o próximo ponto
133 de pauta. **08) APROVAÇÃO DA DN Nº 27/2021 QUE APROVA O PLANO DE**
134 **CAPACITAÇÃO DO CBH-PARACATU – PROCOMITÊS – ANTÔNIO EUS-**
135 **TÁQUIO VIEIRA:** Antônio Eustáquio pediu para **Frederico Franco** compartilhar
136 e ler a DN nº 27/2021. **Frederico** fez isso, e em seguida mostrou o plano de capacita-
137 ção e leu as partes mais importantes e após algumas considerações de alguns
138 conselheiros **Antônio Eustáquio** colocou em votação. A DN nº 27/2021 que aprova o
139 plano de capacitação do CBH-Paracatu foi aprovada por unanimidade dos votos. **09)**
140 **APROVAÇÃO DA DN Nº 28/2021 QUE APROVA O PLANO DE COMUNICA-**
141 **ÇÃO DO CBH-PARACATU – PROCOMITÊS – ANTÔNIO EUSTÁQUIO**
142 **VIEIRA:** Ponto de pauta retirado de pauta por ainda não ter recebido do IGAM a
143 minuta do Plano de Comunicação. **10) AVALIAÇÃO DO COMITÊ 2021, CON-**
144 **FORME DN CERH Nº 41/2012 – SECRETÁRIO ADSON ROBERTO**
145 **RIBEIRO:** **Definição e aprovação do Calendário de Reuniões 2022:** **Frederico**
146 **Franco** compartilhou a minuta do Calendário de reuniões referente ao ano de 2022
147 informando que as datas de reuniões continuam da mesma forma, nas datas das pri-
148 meiras terças-feiras dos meses pares. E em seguida **Antônio Eustáquio** colocou em
149 votação a aprovação do Calendário de Reuniões de 2022 em que foi aprovado por
150 unanimidade dos votos. **Realização da autoavaliação do comitê referente a 2021:**
151 **Frederico Franco** compartilhou a Autoavaliação e **Adson** foi lendo cada tópico e os
152 conselheiros foram comentando e votando na nota que mais cabe na Autoavaliação,
153 em que após computada a nota final da Autoavaliação do CBH-Paracatu referente o
154 ano de 2021, foi de 4,6875. **Apreciação e aprovação do Plano de Ações Estratégicas**
155 **do ano de 2022:** **Marcos Guimarães** leu o Plano de Ações Estratégicas do ano de
156 2022, e citou as principais alterações referente ao Plano de Ações Estratégicas do ano
157 de 2021 e em seguida foi aprovado por unanimidade dos votos. **11) ASSUNTOS GE-**
158 **RAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS:** Alguns conselheiros fizeram
159 suas considerações finais, da última reunião, desejaram feliz natal e prospero ano



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

160 novo. **12) ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a serem tratados, **An-**
161 **tônio Eustáquio** agradeceu a presença de todos e assim declarou encerrada a reunião.

162

163

164

APROVAÇÃO DA ATA

165

166

167

168

169

Antônio Eustáquio Vieira

170

Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

171

172

173

174

175

Adson Roberto Ribeiro

176

Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

1 PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

2
3 Minuta da Ata da 1ª reunião ordinária, realizada no dia 04 de fevereiro de 2020.

4
5 No dia 04 de fevereiro de 2020, às 09h00min reuniu-se a plenária do Comitê da Ba-
6 cía Hidrográfica do Rio Paracatu, na Cáritas Diocesana de Paracatu, situada na Rua
7 do Ávila nº 201 – Bairro Centro em Paracatu/MG. Compareceram os seguintes con-
8 selheiros titulares e suplentes - **Poder Público Estadual: Zelvânio Santiago da**
9 **Silva** (IGAM) – Titular, **Neivaldo Luis Monteiro** (IEF) – Titular, **Luiz Estevão**
10 **Gonzaga dos Santos Júnior** (PMMG) – Suplente, **Tais Fernanda Martins Ferrei-**
11 **ra** (SEMAD) – Titular, **Álvaro de Moura Goulart** (EMATER) – Titular, **Marisol**
12 **Tavares de Sousa** (SES) – Titular; **Representantes Poder Público Municipal:**
13 **Ivonete Antunes Ferreira** (AMNOR) – Titular, **Denys Herculano de Castro** (Pre-
14 feitura Municipal de Lagoa Grande) – Titular, **Gislene José Luis André** (Prefeitura
15 Municipal de Paracatu) – Titular, **Alexandre Stehling dos Santos** (Prefeitura Muni-
16 cipal de Vazante) – Titular; **Representantes de Usuários: Lucélio de Melo**
17 **Marinho** (SAAE Buritizeiro) – Suplente, **Marcos do Amaral Moraes** (IBRAM) –
18 Titular, **Adaiane Pereira de Souza** (BEVAP) – Titular, **Adson Roberto Ribeiro**
19 (IRRIGANOR) – Titular, **Marcelo Geraldo Landim Carvalho** (Condomínio dos Ir-
20 rigantes Entre Ribeiros de Paracatu) – Suplente, **Dalmi Veloso** (Sindicato dos
21 Produtores Rurais de João Pinheiro) – Suplente, **Helberth Henrique Raman Vale**
22 **Teixeira** (FIEMG) – Titular; **Representantes da Sociedade Civil: Ésio Mendes do**
23 **Nascimento** (Cáritas Diocesana de Paracatu) – Titular, **Luís Fernando Barreto**
24 (AEAPA) – Suplente, **Antônio Eustáquio Vieira** (MOVER) – Titular, **Geni Souza**
25 **Oliveira** (CEPASA) – Titular, **Bruno Peres de Oliveira** (ASCON) – Suplente, **An-**
26 **derson Eloi Nappo** (CREA/MG) – Titular. **Convidados: Edson Valgas Paiva** (
27 Fundação Relictos), **Bruno de Oliveira Rocha** (CEPASA Unaí), **Raissa Damasce-**
28 **no dos Santos** (CEPASA Unaí), **Ingridy Fatima Alves Rodrigues** (SRS Patos de
29 Minas), **Jorge Batista**, **Patrícia Dias** (SEBRAE), **Bruno Henrique de Oliveira**, **Jo-**
30 **sé Doniseti Barela** (AAPER), **Jairo José Carneiro** (COPASA), **Juliana Dias**,
31 **Magally Tatiane Silva Torres** (COPASA), **Fernando Eugênio Corrêa** (COPA-
32 SA), **Domingos Santana Guimarães** (CTOC) **Gustavo Castro Oliveira** (Kinross),
33 **Henrique Gual** (AAPER), **Luiz Noronha** (AAPER), **Douglas Fernandes Pires**
34 (Agro Ambiental), **Rowena Betina Petroll** (IRRIGANOR), **Ranna Gomes Rocha**
35 (Moliver Ambiental), **Athaide Francisco Peres** (MPMG), **Mariana Cardoso** (Eco
36 Cerrado), **Joice Luiza Appelt** (AAPER), **Frederico Garcia de Melo Franco** (CBH-
37 Paracatu) . **Assuntos em Pauta: 01 EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRA-**
38 **SILEIRO:** Iniciando a reunião, **Antônio Eustáquio** convidou a todos para sentarem
39 para assistirem a uma música feita em homenagem ao CBH-Paracatu. Em seguida, os



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

40 presentes na reunião se posicionaram e ouviram a execução do Hino Nacional Brasi-
41 leiro. **02) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO COMITÊ DA BACIA**
42 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU – ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:**
43 O Presidente **Antônio Eustáquio** convidou **Alexandre Stehling, Adson Ribeiro e**
44 **Dr. Athaide** para comporem a mesa e agradeceu a presença de todos os conselheiros
45 e convidados presentes na reunião. Prosseguindo, **Antônio Eustáquio** sugeriu inserir
46 a apresentação do **Edson Paiva** a respeito do GT de cobrança pelo uso de recursos
47 hídricos em Minas Gerais próximo ao ponto de pauta nº 09. **03) CONFERÊNCIA**
48 **DE QUÓRUM – ADSON ROBERTO RIBEIRO:** No uso da palavra, **Adson** agrada-
49 ceu a presença de todos e também à Cáritas pela sessão da sala para reunião do
50 CBH-Paracatu. Em seguida, informou que o quórum mínimo foi atingido para iniciar
51 a reunião. **04) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA**
52 **03/12/2019 – ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:** **Antônio Eustáquio** informou
53 que a Ata foi enviada para todos os conselheiros por e-mail para fazerem as altera-
54 ções necessárias e em seguida colocou em votação a aprovação da Ata da Reunião
55 Ordinária do dia 03/12/2019. A Ata foi aprovada contendo 05 abstenções de **Lucélio,**
56 **Ivonete, Zelvânio, Dalmi e Neivaldo** e o restante dos votos favoráveis. **05) IN-**
57 **FORME DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS:** **Adson**
58 **Ribeiro** informou das correspondências enviadas e recebidas começando pela cor-
59 respondência enviada para SUPRAM solicitando apoio para verificar situação dos
60 desmatamentos em áreas dos chacreamentos existentes na região da bacia do Ribeir-
61 ão Santa Isabel no entorno do Parque Estadual de Paracatu. Ricardo da Supram
62 respondeu informando que a requisição foi cadastrada e solicitou que fosse informa-
63 do a coordenada de localização dessas áreas. Em seguida, **Adson** leu o ofício enviado
64 à SUPRAM devolvendo os processos de outorga nº 16313/2017 e 4305/2018 com
65 manifestação do CBH-Paracatu através das DN's nº 14 e 15 de 2019. **Adson** infor-
66 mou também dos ofícios enviados às entidades que faltaram titulares e suplentes na
67 última reunião do CBH-Paracatu. Ofício enviado a AAPER solicitando uma repre-
68 sentante da Associação para prestar esclarecimentos sobre a audiência pública
69 realizada na AAPER a fim de dar subsidio para um posicionamento definitivo do
70 CBH-Paracatu. Em seguida leu o ofício solicitando a Carlos Teixeira participação na
71 reunião para fazer esclarecimentos sobre a publicação da Portaria de Outorga nº
72 03224/2019. Leu também ofício enviado convidado Dr. Athaide para comparecer à
73 reunião ordinária. Em seguida, **Adson** leu o ofício enviado à ADESP solicitando a
74 transferência dos recursos do comitê da conta administrada pela ADESP para a atual
75 conta administrada pelo Movimento Verde, juntamente com o extrato dos últimos
76 meses e a prestação de conta oficial. Ofício recebido do IGAM informando a prorro-
77 gação do prazo de situação de escassez hídrica superficial na estação Santa Izabel e
78 solicitando ao CBH-Paracatu a divulgação da mesma. Ofício do IGAM encaminhan-
79 do documentos do Processo de Outorga nº 10259/2018 referente ao empreendimento



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

80 Capim Branco Empreendimento Imobiliário Ltda para apreciação do CBH-Paracatu.
81 **06) APRESENTAÇÃO DO PROJETO DO CEPASA EM RELAÇÃO A CRIAÇÃO DA SUB BACIA DO RIO PRETO – GENI OLIVEIRA:** Geni Oliveira, no
82 uso da palavra, falou e mostrou atividades realizadas pelo CEPASA, mostrou sua ex-
83 periência nas águas através de fotografias. Em seguida, **Bruno de Oliveira** falou das
84 atividades sociais realizadas pelo CEPASA. **07) APRESENTAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DA PORTARIA DE OUTORGA Nº 03224/2019, PROCESSO DE OUTORGA Nº 01713/2018 PELO IGAM, NO QUE TANGE À INCLUSÃO DO USUÁRIO EM NOME DA EMBRAURB, DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO FAZENDA NOVA GAVIANO E BURITI VELHO – REPRESENTANTE DA AAPER:** José Doniseti Barela (Presidente da AAPER)
91 no uso da palavra informou do pedido de reconsideração de inserção dos novos usuá-
92 rios nesse processo de outorga. Informou da audiência pública realizada na sede da
93 AAPER no dia 20/12/2019 junto com o IGAM. **José Doniseti** disse que a **Marília**
94 **Carvalho de Melo** (Diretora do IGAM) relatou publicamente que não tinha a anuên-
95 cia da AAPER para esta outorga e que foi autorizado e liberado mesmo sem esta
96 anuência e ciência para todos os novos pontos. **José Doniseti** levantou os pontos le-
97 vantados em reunião no IGAM com **Marília de Melo** e **Marcelo da Fonseca**,
98 informou os dados técnicos diante a plenária para que todos retirassem suas dúvidas.
99 **José Doniseti** disse que ficou acordado que terá telemetria em todos os pontos de ca-
100 pitação de todos os usuários do entre ribeiros online diretamente com o IGAM. Esta
101 medida tem o intuito de saber a quantidade de entrada e saída de água em cada ponto.
102 **Joice Appelt** informou que não se trata apenas do ponto da EMBRAURB, mas sim
103 de 04 novos pontos de inclusão na área de conflito. Falou que na audiência pública
104 do dia 20/12/2019 ficou decidido que uma vez ao ano deve ser levado ao IGAM o
105 plano de irrigação. **Adson** sugeriu o CBH-Paracatu solicitar ao IGAM que todas as
106 portarias do entre ribeiros cumpram com o plano de irrigação. **Joice Appelt** falou pa-
107 ra plenária dos pontos técnicos levantados na audiência pública para que fizessem a
108 reconsideração. **08) ESCLARECIMENTOS E MARIORES INFORMAÇÕES SOBRE A PUBLICAÇÃO DA PORTARIA DE OUTORGA Nº 03224/2019, PROCESSO DE OUTORGA Nº 01731/2018 PELO INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – ZELVÂNIO SANTIAGO:** **Zelvânio**, no uso da palavra,
112 iniciou os esclarecimentos falando que o IGAM solicitou uma manifestação de ciên-
113 cia e não de anuência. Informou em seguida a quantidade solicitada por cada um dos
114 04 usuários a serem inseridos destacando que a EMBRAURB solicitou 1000 L/s e fi-
115 cou 250 L/s mantendo a mesma área irrigada e falou como foi feito o cálculo pelo
116 IGAM para chegar a esse valor. Em seguida **Zelvânio** se disponibilizou para retirar
117 dúvidas dos presentes. Finalizando esse ponto, **Adson Ribeiro**, leu os pontos anota-
118 dos para encaminhamentos após discussões da reunião. O primeiro foi a respeito dos
119 usuários cumprirem o plano de irrigação que é definido com base técnica nas medi-



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

120 ções realizadas nas vazões dos rios solicitando que saísse uma retificação de todas
121 portarias de outorga da bacia e sub bacia do Entre Ribeiros para que cumprisse o pla-
122 no de irrigação. Solicitar também que nos processos de outorgas sejam compatíveis a
123 área irrigada com a vazão liberada. Outro encaminhamento é solicitar que o volume
124 armazenado no dique comentado do Entre Ribeiros não fosse considerado na libera-
125 ção de novas outorgas. Outro encaminhamento foi o Comitê solicitar à CODEVASF
126 que disponibilize para o CBH-Paracatu os dados coletados na estação fluviométrica
127 de código 42600003, com nome de ENTRE RIOS, localizada na latitude – 16,91 e
128 longitude – 46,39, no Rio Entre Ribeiros. **09) APRESENTAÇÃO SOBRE APRI-
129 MORAMENTO DO INSTRUMENTO DE COBRANÇA DE RECURSOS
130 HÍDRICOS EM MINAS GERAIS – EDSON VALGAS DE PAIVA: Edson Pai-
131 va**, no uso da palavra, se apresentou diante a plenária e em seguida fez um breve
132 relato de como está o aprimoramento da cobrança de recursos hídricos em Minas Ge-
133 rais. Após apresentação, **Edson Paiva**, disponibilizou para retirar dúvida dos
134 conselheiros, o que foi feito e agradeceu o convite da participação. **Antônio Eustá-
135 quio**, convidou o **Edson Paiva** novamente a frente para entrega do certificado de
136 palestrante na reunião. Em seguida, foi entregue Certificado de agradecimento a **Ma-
137 risol Tavares** que se despediu do Comitê por estar aposentando. **Marisol** agradeceu
138 a plenária pela homenagem e por fazer parte do Comitê. Por último **Antônio Eustá-
139 quio** entregou certificado de parceiro ao **Francys de Oliveira** por estar sempre
140 divulgando, fazendo entrevistas e participando das reuniões do Comitê. **10) ANÁLI-
141 SE E APROVAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA RETIFICAÇÃO DE
142 PORTARIA DE OUTORGA COLETIVA – ADSON RIBEIRO: Adson Ribeiro**
143 informou que a diretoria elaborou juntamente com a CTOC uma metodologia para
144 receber as outorgas para o Comitê avaliar e encaminhar para o órgão gestor. Porém o
145 IGAM informou que vai publicar uma instrução de serviço contendo esses procedi-
146 mentos e sugeriram ao CBH-Paracatu adiar essa aprovação dos procedimentos a fim
147 de evitar divergência de procedimentos. **10) ASSUNTOS GERAIS E COMUNI-
148 CADO DOS CONSELHEIROS: Alexandre Stehling**, no uso da palavra, falou do
149 ofício que o CBH-Paracatu fez no final de 2018 pedindo que o IGAM reconsiderasse
150 aquelas outorgas que haviam sido indeferidas que entraram com pedido de renovação
151 dentro do período vigente ou após a publicação da DAC 03/2018 e diante esse assun-
152 to sugeriu um encaminhamento ao IGAM para tomar providencias urgentes para
153 publicar as outorgas temporárias para aqueles usuários que entraram temporariamen-
154 te com pedido de renovação e não obtiveram e aqueles cuja outorga venceu dentro da
155 vigência a partir da DAC 03/2018. **Ivonete Antunes** lembrou a todos da Reunião do
156 Fórum Mineiro de Comitês que é aberta e aconteceu no dia 13 de fevereiro de 2020
157 convidando os conselheiros que puderem ir para reforçar a presença do CBH-
158 Paracatu. **11) ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a serem tratados,



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

159 **Antônio Eustáquio** agradeceu a presença de todos, agradeceu à Cáritas pela sessão
160 do espaço para reunião do CBH-Paracatu e assim declarou encerrada a reunião.

161

162

APROVAÇÃO DA ATA

163

164

165

Antônio Eustáquio Vieira

166

Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

167

168

169

Adson Roberto Ribeiro

170

Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

1 PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

2
3 Minuta da Ata da 3ª reunião ordinária, realizada no dia 04 de junho de 2019.

4
5 No dia 04 de junho de 2019, às 09h00min reuniu-se a plenária do Comitê da Bacia
6 Hidrográfica do Rio Paracatu, na Cáritas Diocesana de Paracatu, situada na Rua do
7 Ávila nº 201 – Bairro Centro em Paracatu/MG. Compareceram os seguintes conse-
8 lheiros titulares e suplentes - **Poder Público Estadual: Carlos de Oliveira Teixeira**
9 (IGAM) – Suplente, **Neivaldo Luís Monteiro** (IEF) – Titular, **Tais Fernanda Mar-**
10 **tins Ferreira** (SEMAD) – Titular, **Álvaro de Moura Goulart** (EMATER) – Titular,
11 **Franciele Nascimento Oliveira** (SES) – Suplente; **Representantes Poder Público**
12 **Municipal: Ivonete Antunes Ferreira** (AMNOR) – Titular, **Denys Herculano de**
13 **Castro** (Prefeitura Municipal de Lagoa Grande) – Titular, **Gislêne José Luis André**
14 (Prefeitura Municipal de Paracatu) – Titular, **Alexandre Stehling dos Santos** (Pre-
15 feitura Municipal de Vazante) – Titular, **Paulo Henrique Simões Mendonça**
16 (Prefeitura Municipal de João Pinheiro) – Titular; **Representantes de Usuários:**
17 **Herlen Ueslei Ferreira Cardoso** (COPASA) – Titular, **Lucélio de Melo Marinho**
18 (SAAE Buritizeiro) – Suplente, **Adaiane Pereira de Souza** (BEVAP) – Titular,
19 **Adson Roberto Ribeiro** (IRRIGANOR) – Titular, **Dalmi Veloso** (Sindicato Rural
20 de João Pinheiro) – Suplente, **Evanildo Peres Domingues** (COAGRIL) – Suplente;
21 **Representantes da Sociedade Civil: Ésio Mendes do Nascimento** (Cáritas Dioce-
22 sana de Paracatu) – Titular, **José Eduardo Trevisan Moraes** (ADESP) – Suplente,
23 **Afonso de Jesus Silveira Andrade** (ASPROM) – Titular, **José Rodrigues de Oli-**
24 **veira** (AEAPA) – Titular, **Antônio Eustáquio Vieira** (MOVER) – Titular, **Tobias**
25 **Tiago Pinto Vieira** (MOVER) – Suplente, **Anderson Eloi Nappo** (CREA/MG) - Ti-
26 tular. **Convidados: Heitor Soares Ferreira** (IGAM), **Viviane Monteiro dos Santos**
27 **Rocha, Victor Mundim** (PMMG), **Rus Barros Dias** (PMMG), **Domingos Santana**
28 **Guimarães** (Nexa Resources e CTOC), **Jeferson Fernandes Rabelo** (Eco-Cerrado),
29 **Gustavo Castro Oliveira** (Kinross), **Luanna Eduarda de Souza** (Prefeitura de Bu-
30 ritizeiro), **Athaíde F. Peres Oliveira** (MPMG), **Oliver Vaz da Silva, Antônio**
31 **Cunha, Cristiane M. S. Castro** (ADASA-DF). **Assuntos em Pauta: 1) EXECU-**
32 **ÇÃO DO HINO NACIONAL:** Os presentes na reunião se posicionaram e ouviram
33 a execução do Hino Nacional com imagens da Expedição ao Rio Paracatu e em se-
34 guida o Hino de Paracatu. **2) ABERTURA DA SESSÃO E VERIFICAÇÃO DE**
35 **QUÓRUM:** O presidente **Antônio Eustáquio** convidou **Heitor Ferreira** e **Dr.**
36 **Athaíde** para comporem a mesa passando a palavra ambos fazerem suas considera-
37 ções e assim iniciou a reunião verificando o quórum informando que havia atingido o
38 quórum mínimo para início a reunião. **3) RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS**
39 **ASSUNTOS A DELIBERAR – ADSON RIBEIRO:** Adson Ribeiro leu a pauta



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

40 dos assuntos que foram tratados na reunião e em seguida prosseguiu para: **Aprova-**
41 **ção das Atas da Reunião Ordinária do dia 02/04/2019 e da Reunião**
42 **Extraordinária do dia 09/05/2019: Adson Ribeiro** falou que as atas foram encami-
43 nhadas para o e-mail de cada um dos conselheiros para análise prévia e assim
44 colocou em votação a ata da reunião ordinária do dia 02/04/2019 sendo aprovada
45 com duas abstenções pelo **Dalmi Veloso e Neivaldo Monteiro** e aprovação pelo res-
46 tante. Em seguida **Adson Ribeiro** colocou em votação a ata da reunião
47 extraordinária do dia 09/05/2019 sendo aprovada com três abstenções por **Dalmi Ve-**
48 **loso, Álvaro Goulart e Alexandre Stehling** e aprovação pelo restante. **4)**
49 **INFORME DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS: Adson**
50 **Ribeiro** começou lendo o ofício enviado ao **Lucélio** (Coordenador da CTEA) para
51 que que a CTEA ficasse responsável pelo 2º Seminário Água para todos: comparti-
52 lhando água. Em seguida **Adson** leu o ofício enviado para o IGAM solicitando
53 equipamentos (Computador, máquina fotográfica e GPS) através de um termo de
54 cessão para o CBH-Paracatu, termo esse em que uma entidade ficaria responsável
55 pelos equipamentos. O Movimento Verde se disponibilizou para ser o receptor destes
56 equipamentos. **Álvaro Goulart** questionou sobre o que aconteceria quando **Antônio**
57 **Eustáquio** não fosse mais presidente do CBH-Paracatu. **Adson** esclareceu a dúvida
58 falando que não mudaria nada, uma vez que os equipamentos são cedidos por termo
59 de cessão apenas em nome do Mover, então independe de **Antônio Eustáquio** ser ou
60 não presidente do Comitê. **Ivonete Antunes** sugeriu que o termo de cessão fosse em
61 nome da ADESP que é a entidade que recebe os recursos dos usuários para auxiliar a
62 manutenção do CBH-Paracatu de forma que o termo de cessão não ficasse em nome
63 de alguma entidade que pertence a diretoria do Comitê, evitando assim possíveis
64 problemas. **Dr. Athaide** deu sua opinião falando que não vê problema no Mover re-
65 ceber os equipamentos e ressaltou que atualmente artigos de informática sofrem
66 defasagem a cada minuto. **Alexandre Stehling** reforçou o comentário de **Athaide**,
67 dizendo não ver problema no Movimento Verde assumir a cessão dos equipamentos.
68 **Adson Ribeiro** leu o ofício enviado ao Coordenador da CTPP – **Edilberto**, solici-
69 tando que CTPP analise e manifeste sobre o acordo de cooperação firmado entre o
70 CBH-São Francisco, CBH-Paracatu e Agência Peixe Vivo que tem como objetivo
71 desenvolvimento de ações visando implementação de projetos e atividades. O **Edil-**
72 **berto** respondeu que manifesta adesão da CTPP em relação com o acordo de
73 cooperação. **Adson** leu em seguida ofício enviado a GECBH solicitando capacitação
74 sobre outorga de grande porte para membros da CTOC e plenária do Comitê. A Jeane
75 do IGAM respondeu pedindo para verificar a disponibilidade para plenária do dia
76 06/08/2019 para otimizar o deslocamento dos participantes. **Adson** leu ofício envia-
77 do ao **Carlos Teixeira** de devolução de 03 processos de outorga a URGA-NOR.
78 **Adson Ribeiro** leu em seguida ofício enviado a COPASA solicitando relatório com
79 todas informações pertinentes as obras que estão realizando na cidade, ofício este



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

80 que não teve resposta. Por fim **Adson Ribeiro** leu os ofícios enviados a Polícia Mili-
81 tar de Minas Gerais (PMMG), Departamento de Estrada e Rodagem (DEER),
82 Cooperativa Agrícola de Unaí (COAGRIL) e Federação das Indústrias do Estado de
83 Minas Gerais (FIEMG) informando a aplicação do Regimento Interno do CBH-
84 Paracatu quando o titular e o respectivo suplente tem 03 faltas consecutivas, eles são
85 tem a titularidade invertida passando o suplente assumir a vaga do titular. **Adson Ri-**
86 **beiro** leu a parte do Regimento Interno que fala sobre o número de faltas limite e em
87 seguida **Dr. Athaide** falou da necessidade de uma chance de justificativa do titular
88 antes de fazer a inversão. **Alexandre Stehling** mostrou seu ponto de vista dizendo
89 que as entidades participam de um processo seletivo onde as pessoas defendem com
90 unhas e dentes a vaga a ponto de criar inimizade e na hora de participar, não partici-
91 pa. **Dr. Athaide** reforçou que é essencial a amplitude do contraditório na
92 democracia. **Heitor** falou que o direito do contraditório deve vir para corrigir equí-
93 vocos como falha da não assinatura da lista de presença e que se deve verificar o
94 Regimento Interno, para tomar as medidas cabíveis. **Adson**, por último leu o ofício
95 de resposta do IGAM sobre o questionamento do CBH-Paracatu sobre o indeferimen-
96 to de outorgas. **Carlos Teixeira** aproveitou o momento para esclarecer dúvidas
97 dizendo: “Os processos em renovação que foram formalizados individuais serão in-
98 deferidos, mas o coordenador não vai decidir esse indeferimento. O processo será
99 indeferido, mas o empreendedor vai ter que entrar dentro do processo coletivo e aí
100 sim esta outorga dele estará automaticamente renovada e quando sair a decisão do
101 processo coletivo, ele estará regular.” **Heitor Ferreira** esclareceu dúvidas dizendo
102 que ninguém é obrigado a fazer parte de uma associação para ter direito ao acesso ao
103 uso da água, a metodologia de associação é apenas para facilitar a alocação de água.
104 A pessoa não é obrigada a estar numa associação, mas deve estar dentro de um pro-
105 cesso de outorga coletiva. **05) APRESENTAÇÃO DA PORTARIA Nº 18 DE 16**
106 **DE MAIO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE CADASTRO DE RESERVATÓ-**
107 **RIOS DE ÁGUA – CARLOS TEIXEIRA:** **Carlos Teixeira** se apresentou diante a
108 plenária, e em seguida deu início na sua apresentação. Informou que a saída de pro-
109 cessos na URGAS NOR é muito superior a entrada, sendo uma das Urgas que mais
110 ataca passivos. **Carlos** informou que foi motivado pelo Ministério Público para que o
111 IGAM fizesse a regulamentação dos “piscinões”. Não foi possível fazer essa regula-
112 mentação, mas conseguiram reverter essa situação convocando os empreendedores a
113 fazer a regulamentação dos piscinões para evitar a situação atual de ter represamento
114 de 172 processos de estrutura que se classifica como piscinão. E é através da Portaria
115 nº 18 de 2019 que estão convocando. “Para aqueles empreendedores que fazem uso
116 de piscinão e tem outorga, eles terão 180 dias para apresentar as informações do pis-
117 cinão dele” e informou ainda que na portaria tem a documentação necessária que
118 deve ser apresentada. **Tobias Vieira** perguntou se o processo de regularização do
119 piscinão será vinculado ao processo de outorga ou ao processo COPAM de licencia-



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

120 mento. **Carlos** o respondeu dizendo ser vinculado ao processo de outorga. **Heitor**, no
121 uso da palavra disse se tratar de duas situações diferentes: “A Portaria Igam nº
122 18/2019 convoca quem tem piscinões para fazer o cadastro. As Portarias novas, na
123 hora de pedir uma outorga e na situação tiver um piscinão vai estar no fórum infor-
124 mações referente a esse piscinão que terá que prestar. Quanto a ANA, o Igam não
125 tem a informação de que o empreendedor está pedindo uma outorga para ANA e que
126 no seu projeto consta ter um piscinão então isto infelizmente vai passar. Então talvez
127 tenha que ter uma articulação do Ministério Público com a ANA para que comple-
128 mente.” **Carlos Teixeira** continuou sua apresentação falando que processos técnicos
129 em análise técnica concluída, voltarão para estado de análise, será elaborado e envia-
130 do o ofício e assim esses processos terão status de “aguardando informação
131 complementar” e à medida que chegar essa informação complementar, se analisa, faz
132 o parecer técnico e a decisão do processo. Em seguida será encaminhado um novo
133 pedido de informação complementar específico para informação dos piscinões. Já os
134 processos que estão em análise técnica tentaram condensar em um ofício as informa-
135 ções do piscinão e outras informações que julgarem necessário para pode fazer
136 análise do processo. Finalizando, **Carlos** falou que essa instrução de serviço está no
137 site do Igam para todos. **Adson** perguntou se haveria alguma penalidade para o em-
138 preendedor que não fizer isso. **Carlos** disse que não tinha conhecimento de
139 penalidade e que teria que esperar um novo decreto para saber isso. **Adson** agrade-
140 ceu a apresentação de **Carlos** dizendo ter sido bastante esclarecedora. **06) VÍDEO**
141 **SOBRE A “EXPEDIÇÃO RIO PARACATU: A JOIA PRECIOSA DO SÃO**
142 **FRANCISCO” E RELATO DOS PARTICIPANTES DO CBH-PARACATU:**
143 **Antônio Eustáquio** colocou um vídeo produzido sobre a Expedição Rio Paracatu: a
144 Joia Preciosa do São Francisco contendo um relatório falado durante o vídeo infor-
145 mando tudo que aconteceu, o local percorrido, fatos observados na expedição e
146 parceiros envolvidos. Após o vídeo, **Adson** complementou dizendo que pelo vídeo
147 deu para notar que Rio Paracatu não está numa situação tão desesperadora pois há
148 muita presença de vida comprovada e que espera que essas expedições continuem
149 com o decorrer dos anos para ter uma noção in loco de como está a situação do Rio.
150 **07) RELATO DE VISITA TÉCNICA À KINROSS BRASIL MINERAÇÃO –**
151 **KBM, PELA CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E COBRANÇA – CTOC**
152 **FEITA NO DIA 08/05/2019 – TOBIAS VIEIRA:** **Tobias Vieira** falou da progra-
153 mação prevista que começou por uma apresentação primária de todos os controles
154 ambientais e de segurança de barragem do empreendimento, fizeram a visita a cava
155 do empreendimento em que foi mostrado alguns dos controles de poeira, ruídos e
156 tremor feitos na prática. Em seguida visitaram a barragem de Santo Antônio, que já
157 está no seu limite de altura, os presentes puderam perceber que um dos acessos ao ta-
158 lude é feito por cima da barragem, pois já estão fazendo a cobertura da barragem,
159 fazendo uma pré compactação e plantando gramíneas, com uma das finalidades de



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

160 acompanhar uma melhora da qualidade de água da barragem sendo uma parte do
161 projeto para o plano de fechamento da barragem. Na barragem Eustáquio (que ainda
162 subirá mais 27 metros), foi mostrado aos presentes na visita como está sendo feita a
163 construção e inclusive mostrou um dos processos que foi votado na plenária do
164 CBH-Paracatu que foi um desvio de corpo d'água para tratamento passivo e no talu-
165 de da barragem puderam ver onde foi feito esse processo instalado e que está sendo
166 feita a retificação. Em seguida tiveram uma pausa para o almoço e logo após, visita-
167 ram a sala de controle de monitoramento de segurança de barragens e informou que a
168 Kinross está construindo uma nova sala de monitoramento online através de piezô-
169 metros. Em seguida visitaram a captação de Santa Rita e analisaram seus sistemas
170 tecnológicos de monitoramento e por último fizeram visita a um ponto de captação
171 de água subterrânea. **Gustavo Castro**, no uso da palavra complementou dizendo que
172 atualmente a Kinross possui 23 poços outorgados, 15 preparados para operação e fa-
173 zem o rodízio de 10 a 11 poços e mais de 35 de piezômetros para controle de
174 monitoramento. Concluindo, **Tobias** agradeceu a empresa Kinross pela visita muito
175 produtiva e bastante esclarecedora. **08) RELATO DE PARTICIPAÇÃO DO RE-**
176 **PRESENTANTE DO CBH-PARACATU NA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
177 **FÓRUM MINEIRO DE COMITÊS – FMCBH, DOS DIAS 14 E 15 DE MAIO**
178 **DE 2019 EM BELO HORIZONTE/MG – LUCÉLIO DE MELO MARINHO:**
179 No uso da palavra, **Lucélio** agradeceu a diretório do CBH-Paracatu por tê-lo confia-
180 do a representação do Comitê no FMCBH. Seguindo a pauta da reunião do FMCBH,
181 **Lucélio** começou relatando sobre a fala de **Germano Vieira** (Secretário Estadual),
182 que falou sobre a questão da mineração em que o Governo de Minas está fazendo um
183 novo pacto para mudar a gestão na questão da mineração em Minas Gerais. Eles fize-
184 ram uma comissão e visitaram a Holanda que possui a melhor tecnologia mundial de
185 construção de barragens e é um modelo que pode ser adaptado ao Brasil. **Germano**
186 falou também da questão de repasses de recursos dos Comitês cujo fluxo orçamentá-
187 rio não está batendo com o fluxo financeiro e pediram o apoio dos Comitês. No
188 FMCBH, também foi falado do decreto 43633 que regulamento em Minas Gerais as
189 regras de execução de recursos de cobrança das ações da Bacia e foi falado também
190 da nova modelagem institucional da regionalização do IGAM. **Lucélio** informou que
191 a programação do ENCOB ficou de fazer a coleta de sugestões dos conselhos via e-
192 mail. **Lucélio** disse que não conseguiu acompanhar a discussão do Projeto Mar de
193 Lama e a modelagem institucional da regionalização do IGAM e sugeriu o **Heitor**
194 **Ferreira** para falar um pouco sobre. No uso da palavra, **Heitor** falou que o IGAM
195 está avaliando qual seria o melhor modelo, quantas áreas, quantos comitês, para que
196 o comitê seja mais atuante, mais participativo e contribua mais na questão de recur-
197 sos hídricos. Disse também que o IGAM não possui autonomia para determinar
198 quantos comitês. O IGAM vai apresentar tecnicamente aquilo que acha que vai aju-
199 dar contribuir mais na questão de recursos hídricos e levar para o Conselho Estadual



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

200 de Recursos Hídricos que é neste caso o órgão deliberativo com relação a essas
201 áreas. Finalizando, **Lucélio** falou que o status de contratação das empresas responsá-
202 veis pela estruturação, operacionalização e manutenção das atividades dos CBHs está
203 em análise pelo setor financeiro da secretária e até o dia do FMCBH não tinham emi-
204 tido um parecer. **09) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS**
205 **CONSELHEIROS: Carlos Teixeira** falou sobre o programa Somos Todos Água e
206 informou que enviou um documento que ele extraiu do Plano Diretor do CBH-
207 Paracatu com intuito de trazer esses assuntos como ponto de pauta para mostrar quais
208 são as ações propostas e como elas estão. **Antônio Eustáquio**, sugeriu a plenária pa-
209 ra fazerem uma visita no projeto Entre Ribeiro. **Gislene**, fez o convite para semana
210 do meio ambiente: quarta-feira(05/06): dia de campo na Kinross e no pró mananciais
211 da COPASA; quinta-feira(06/06): atividades no IEF com crianças da Escola Cacilda;
212 sexta-feira(07/06): plantio simbólico no Parque Estadual e distribuição de mudas na
213 praça Firmina Santana. **Alexandre**, no uso da palavra falou da importância de o Co-
214 mitê viabilizar uma sede que atenda às necessidades do Comitê, solicitando todos
215 conselheiros para dar sugestões e propostas para viabilizar uma sede própria para o
216 Comitê. **Adson** reforçou enfatizando para mandarem sugestão para diretoria do Co-
217 mitê para ser tratado em plenária e verificar o que é melhor para todos. **10)**
218 **ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o **Adson** de-
219 clarou encerrada a reunião agradecendo a presença de todos e a cessão da Cáritas
220 para reunião. A reunião terminou por volta de 12:00 horas da qual foi lavrada a ata.

221

222

APROVAÇÃO DA ATA

223

224

225

226

227

Antônio Eustáquio Vieira

228

Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

229

230

231

Adson Roberto Ribeiro

232

Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

1 PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

2
3 Minuta da Ata da 5ª reunião ordinária, realizada no dia 01 de outubro de 2019.

4
5 No dia 01 de outubro de 2019, às 09h00min reuniu-se a plenária do Comitê da Bacia
6 Hidrográfica do Rio Paracatu, na Cáritas Diocesana de Paracatu, situada na Rua do
7 Ávila nº 201 – Bairro Centro em Paracatu/MG. Compareceram os seguintes conse-
8 lheiros titulares e suplentes - **Poder Público Estadual: Carlos de Oliveira Teixeira**
9 (IGAM) – Suplente, **Álvaro de Moura Goulart** (EMATER) – Titular, **Marisol Ta-**
10 **vares de Sousa** (SES) – Titular; **Representantes Poder Público Municipal:**
11 **Ivonete Antunes Ferreira** (AMNOR) – Titular, **Sophia Pinto Vieira** (Prefeitura
12 Municipal de Patos de Minas) – Suplente, **Denys Herculano de Castro** (Prefeitura
13 Municipal de Lagoa Grande) – Titular, **Gislene José Luis André** (Prefeitura Muni-
14 cipal de Paracatu) – Titular, **Alexandre Stehling dos Santos** (Prefeitura Municipal
15 de Vazante) – Titular, **Lucimar Antônio da Silva** (Prefeitura Municipal de João Pi-
16 nheiro) – Titular; **Representantes de Usuários: Herlen Ueslei Ferreira Cardoso**
17 (COPASA) – Titular, **Lucélio de Melo Marinho** (SAAE Buritizeiro) – Suplente,
18 **Marcos do Amaral Moraes** (IBRAM) – Titular, **Adaiane Pereira de Souza** (BE-
19 VAP) – Titular, **Marcelo Geraldo Landim Carvalho** (Condomínio dos Irrigantes
20 Entre Ribeiros) – Suplente, **Osvaldo Batista de Souza** (Sindicato dos Produtores
21 Rurais de Paracatu) – Titular, **Helberth Henrique Raman Vale Teixeira** (FIEMG)
22 – Titular, **Evanildo Peres Domingues** (COAGRIL) – Suplente; **Representantes da**
23 **Sociedade Civil: Ésio Mendes do Nascimento** (Cáritas Diocesana de Paracatu) –
24 Titular, **José Eduardo Trevisan Moraes** (ADESP) – Suplente, **Afonso Silveira**
25 **Andrade** (ASPROM) – Titular, **Guilder Silva Moreira** (SINDÁGUA-MG) – Su-
26 plente, **Luís Fernando Barreto** (AEAPA) – Suplente, **Antônio Eustáquio Vieira**
27 (MOVER) – Titular, **Tobias Tiago Pinto Vieira** (MOVER) – Suplente, **Geni Souza**
28 **Oliveira** (CEPASA) – Titular, **Anderson Eloi Nappo** (CREA/MG) – Titular. **Con-**
29 **vidados: Gustavo Castro Oliveira** (Kinross), **Jose Doniseti Barela** (Condomínio
30 dos Irrigantes Entre Ribeiros), **José Donizeti Pinton** (Fazenda São José), **Luiz**
31 **Ubaldo Jesus da Silva** (Cáritas), **Athaide Oliveira** (MPMG), **Thiago Batista**
32 **Campos** (Agência Peixe Vivo), **Magally Tatiane Silva Torres** (COPASA), **Juliano**
33 **Miranda Alves** (COPASA) e **Joice Luiza Appelt** (Condomínio dos Irrigantes Entre
34 Ribeiros). **Assuntos em Pauta: 01) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRA-**
35 **SILEIRO E HINO DE PARACATU:** Os presentes na reunião se posicionaram e
36 ouviram a execução do Hino Nacional e em seguida o Hino de Paracatu. **02) ABER-**
37 **TURA DA SESSÃO E VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM:** O presidente **Antônio**
38 **Eustáquio** deu início a reunião agradecendo a presença de todos. Devido a ausência
39 de **Adson Ribeiro** na reunião e **Lara Ferreira** que saiu do Comitê, **Antônio Eustá-**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

40 **qu**io convidou **Afonso** e **Oswaldo** para compor a mesa da diretoria. Em seguida **An-**
41 **tônio Eustáquio** convidou também **Dr. Athaide** para compor a mesa. **Antônio**
42 **Eustáquio** informou de uma correspondência recebida no dia da reunião em nome da
43 Senhora Silvane Ferreira e Melo Vieira sobre uma situação ocorrida na fazenda Ve-
44 redão em João Pinheiro. **Antônio Eustáquio** abriu um debate sobre a questão para
45 quem ser encaminhado os documentos feitos pela Silvane relatando o problema ocor-
46 rido, se seria encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais ou para
47 SUPRAM/NOR. Após manifestações de **Afonso Andrade** e de **Dr. Athaide**, ficou
48 decidido enviar para os dois, MPMG e para SUPRAM/NOR. **03) APRESENTA-**
49 **ÇÃO DOS NOVOS CONSELHEIROS – ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:**
50 **Antônio Eustáquio** informou que há dois novos conselheiros, **Lucas Berbert** do
51 IGAM e **Otávio Miari Branquinho** da Polícia Civil, mas ambos ausentes. **04) RE-**
52 **LATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELIBERAR:**
53 **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 06/08/2019 –**
54 **ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:** **Antônio Eustáquio** colocou em votação a
55 aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 06/08/2019, sendo aprovada com 03
56 abstenções de **Oswaldo de Souza**, **Afonso Andrade** e **Guilder Moreira**. **05) IN-**
57 **FORME DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS:** **Antônio**
58 **Eustáquio** leu a correspondência enviada à Nexa solicitando patrocínio para produ-
59 zir 1200 canecas personalizadas para o XXI ENCOB. Outra correspondência
60 designando **Lucélio Marinho** para representar o CBH-Paracatu no Fórum Mineiro
61 de Comitês. **Antônio Eustáquio** leu ofícios de notificação de ausência enviados às
62 entidades em que o titular e o suplente faltaram na reunião do dia 06/08/2019. Ofício
63 enviado a Irriganor solicitando apoio para produção das canecas para o XXI EN-
64 COB. **Antônio Eustáquio** informou que a IRRIGANOR contribui com metade do
65 valor e a Refloreste, com a outra metade do valor das canecas. Ofício enviado ao de-
66 putado José Silva solicitando apoio para o CBH-Paracatu conseguir o restante do
67 recurso para as estradas rurais do Santa Izabel. Ofício à GECBH solicitando técnico
68 para reunião da CTOC que ocorreu no dia 17/09/2019. Ofício para o Coordenador da
69 CTOC encaminhando processos de outorga para CTOC. Ofício do CBH para **Tais**
70 **Ferreira** convidando para reunião da CTOC do dia 17/09/2019. Ofício para **Dr.**
71 **Athaide** sendo convidado para reunião ordinária do CBH-Paracatu e ofício para Pei-
72 xe Vivo solicitando técnico para falar sobre o projeto sobre as estradas ecológicas.
73 Em seguida **Antônio Eustáquio** leu os ofícios recebidos começando pelo ofício da
74 SUPRAM que encaminhou o processo de outorga 45780/2016 em nome da Kinross
75 Brasil Mineração S/A. **06) ELEIÇÃO PARA CARGO DE SECRETÁRIO AD-**
76 **JUNTO DA DIRETORIA DO CBH-PARACATU TENDO EM VISTA,**
77 **VACÂNCIA, CONFORME DISPOSTO NO ART. 13 §2 DO REGIMENTO**
78 **INTERNO:** **Antônio Eustáquio** informou a todos que a vacância do cargo de Secre-
79 tário Adjunto se deve ao fato da **Lara Fonseca** ter mudado de órgão passando do



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

80 IGAM para FEAM e que segundo regimento Interno a instituição que entrar no lugar
81 deveria ser preferencialmente do mesmo segmento da pessoa que saiu, neste caso,
82 representantes do Poder Público Estadual. **Álvaro** e **Marisol** conversaram entre si
83 para ver se algum deles tinham interesse e **Álvaro** demonstrou interesse no cargo. No
84 uso da palavra **Álvaro** disse estar bastante ocupado com outras atribuições. Em se-
85 guida **Antônio Eustáquio** abriu votação para as outras entidades do Comitê e
86 **Alexandre Stehling** demonstrou interesse em compor a vaga de Secretário Adjunto
87 do CBH-Paracatu sendo eleito por unanimidade dos votos. **07) ESTRADAS ECO-**
88 **LÓGICAS NA BACIA DO RIBEIRÃO SANTA IZABEL – THIAGO CAMPOS**
89 **– AGÊNCIA PEIXE VIVO: Antônio Eustáquio** apresentou **Thiago Campos** para
90 a plenária e em seguida **Thiago** começou sua apresentação. Falou sobre como foram
91 feitos os investimentos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e as diretrizes
92 utilizadas. Em seguida falou sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos com in-
93 tuito de incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros para o
94 financiamento dos programas e intervenções contemplados nos planos de recursos
95 hídricos. **Thiago** mostrou a através de um mapa a distribuição da Bacia do Rio São
96 Francisco. Falou também do projeto aprovado de requalificação ambiental na bacia
97 do Ribeirão Santa Izabel. **08) RELATO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CTOC**
98 **DO DIA 17/09/2019 – TOBIAS VIEIRA: APRESENTAÇÃO DO PROCESSO**
99 **DE OUTORGA Nº 45780/2019 DA EMPRESA KINROSS BRASIL MINERA-**
100 **ÇÃO S/A – KBM: Tobias Vieira** informou que outros dois processos da Kinross
101 similares a este já passaram e foram aprovados pelo Comitê. Informou que esta ou-
102 torga em questão é um canal que funciona como sistema extravasor da barragem um
103 trecho a jusante às anteriormente aprovadas. Em sua apresentação **Tobias** mostrou
104 fotos do local onde fica o canal e informou que não possui condicionantes uma vez
105 que não possui uso consuntivo e informou que a CTOC aprovou o processo de ou-
106 torga nº 45780/2019 com 04 votos favoráveis e 01 abstenção.
107 **QUESTIONAMENTO SOBRE O DECRETO 47705, DE 04/09/2019:** Em segui-
108 da **Tobias** passou para o decreto 47705 em que a CTOC teve duas considerações de
109 questionamento. A primeira na sessão 1 no artigo oitavo do decreto onde fala da atu-
110 ação dos Comitês na ajuda da alocação de recursos hídricos. **Tobias** sugeriu o comitê
111 autorizar a CTOC convocar as associações e consultorias para ajudar na alocação de
112 recursos hídricos. Na sessão 2 do decreto, o artigo 18 cita a expressão “bateria de po-
113 ços” e a CTOC ficou com a dúvida quanto a caracterização de “bateria de poços”.
114 Assim, **Tobias Vieira**, informou que a CTOC sugere o envio de um ofício ao IGAM
115 pedindo explicação mais detalhada de como será caracterizado “bateria de poços”.
116 **MANIFESTAÇÃO SOBRE COMUNICADO SEMAD/IGAM 05/2019: Tobias**
117 informou que a CTOC não concorda com o conteúdo do comunicado uma vez que
118 acham sim necessário que seja enviado ao empreendedor, ofício informando o inde-
119 ferimento de processo de outorga de direito de uso. **Tobias** sugeriu assim, o envio de



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

120 um ofício ao IGAM em que o Comitê se manifesta contrário ao Comunicado
121 05/2019. **QUESTIONAMENTO SOBRE POSSÍVEL CONTAMINAÇÃO NO**
122 **CÓRREGO RICO:** Sobre esse último ponto discutido na reunião da CTOC, **Tobias**
123 **Vieira** informou do empreendimento Júpiter Gold que está vindo para Paracatu em
124 que já possui uma Lavra em aluvião e que possui uma licença ambiental simplificada
125 e em conversa informal com o pessoal da SUPRAM eles informaram que a licença
126 está suspensa porem o Comitê não possui resposta oficial. Com isso, **Tobias**, como
127 Coordenador da CTOC vem solicitar ao comitê para enviar um ofício à SUPRAM
128 solicitando que seja apresentada as análises da aluvião, se existe a presença do mer-
129 cúrio ou não para garantir que não haja contaminação no córrego rico. **09)**
130 **DELIBERAÇÃO DO PROCESSO DE OUTORGA Nº 45780/2016 DA EM-**
131 **PRESA KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S/A – KBM - PRESIDENTE,**
132 **ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA:** Em seguida **Antônio Eustáquio** pediu para
133 **Tobias** dar início a votação dos encaminhamentos. Inicialmente **Tobias** colocou em
134 votação a aprovação da Deliberação CBH-Paracatu nº 13 do dia 01 de outubro de
135 2019 em que aprova o processo de outorga 45780/2019, da empresa Kinross Brasil
136 Mineração S/A – KBM, referente à renovação da Portaria de Outorga nº 672/2012 de
137 canalização/retificação de cursos d’água envolvendo o Córrego São Domingos. A
138 Deliberação foi aprovada por unanimidade dos votos tendo 02 abstenções do **Marcos**
139 **Morais** por conflito de interesse e de **Antônio Eustáquio**. Prosseguindo, **Tobias** leu
140 a minuta de ofício para ser enviado para a SUPRAM solicitando informações sobre a
141 situação da LAS RAS em nome da Júpiter Gold. Após algumas manifestações e alte-
142 rações feitas em plenária, foi realizada a votação do envio deste ofício sendo
143 aprovado por unanimidade dos votos. Seguindo, **Tobias** leu a minuta do ofício para
144 enviar ao IGAM solicitando esclarecimento oficial sobre qual será a caracterização
145 de “Bateria de Poços”. **Carlos Teixeira** fez uma breve explicação informando que a
146 caracterização de “Bateria de Poços” será mediante a uma instrução de serviço espe-
147 cífica dizendo que aquele perímetro é Bateria de Poços. Em seguida **Antônio**
148 **Eustáquio** fez a votação sendo aprovada, tendo 01 voto contrário de **Carlos Teixei-**
149 **ra** por já ter feito a explicação. Continuando, **Tobias** leu a minuta de ofício para
150 enviar ao IGAM em que o Comitê se manifesta contrário ao Comunicado 05/2019.
151 Após manifestações o envio do ofício foi colocado em votação e aprovado contendo
152 03 votos contrários de **Marisol Tavares**, **Sophia Vieira** e **Carlos Teixeira**. O último
153 ponto que foi votado foi a atuação do Comitê nas áreas de conflito. Após manifesta-
154 ção dos conselheiros ficou aprovado enviar essa demanda para CTOC e em seguida
155 para CTIL. **10) DISCUSSÃO E DEFINIÇÃO PELA PLENÁRIA DO COMITÊ**
156 **SOBRE A GESTÃO DOS REPASSES DAS PARCERIAS DO CBH-**
157 **PARACATU:** **Antônio Eustáquio** informou que na reunião passada tinha ficado
158 decidido que caso a ADESP não tivesse mais interesse em continuar a gerenciando o
159 recurso do CBH-Paracatu outras entidades poderiam manifestar. Assim **Antônio**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

160 **Eustáquio** informou da disponibilidade e mostrou a proposta do Movimento Verde
161 no gerenciamento dos recursos do CBH-Paracatu. **Oswaldo de Souza**, no uso da pa-
162 lavra, disse que a gestão dos recursos é um ato administrativo de responsabilidade
163 direta da diretoria e assim, **Oswaldo** sugeriu a suspensão do ponto de pauta e a dire-
164 toria tomar a decisão que for necessária para bem gerir os recursos das parcerias.
165 Alguns conselheiros manifestarem preocupação sobre a questão legal pelo fato do
166 presidente do CBH-Paracatu ser o presidente Movimento Verde. **Alexandre**
167 **Stehling** colocou em votação manter este ponto de pauta. Foi aprovado contendo 01
168 voto contrário de **Geni Souza** e 01 abstenção de **Álvaro Goulart**. Em seguida foi co-
169 colocado em votação a diretoria resolver essa questão da entidade que irá gerenciar os
170 recursos sendo aprovado por unanimidade dos votos. **11) ASSUNTOS GERAIS E**
171 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS: Antônio Eustáquio** convidou **Adaiane**
172 para ir a frente para fazer a entrega do monitor de computador que a **BEVAP** com-
173 prou para o CBH-Paracatu. **Afonso Andrade**, no uso da palavra fez dois pedidos. O
174 primeiro destinado ao MPMG e a URG/NOR em conjunto solicitando que na de-
175 claração da DAC do rio Caatinga seja do médio para baixo pois o alto Caatinga não
176 tem interferência e está sofrendo muito. O segundo apenas para **Dr. Athaide**, pedin-
177 do para entrar em contato com o Prefeito de João Pinheiro pedindo para tomar
178 providencias quanto o problema de dengue em um lago em João Pinheiro. Em res-
179 posta, **Dr. Athaide** disse já ter conversado com **Carlos Teixeira** e falou que não
180 deixará interesse particular de consultorias sobrepor interesse da comunidade da re-
181 gião ressaltando o compromisso do Ministério Público em apoio a divisão setorial da
182 região do Caatinga. E quanto a situação do lago em João Pinheiro, já estão em proce-
183 dimento solicitando do município providências de vigilância sanitária para diminuir
184 os riscos de dengue. **Carlos Teixeira**, no uso da palavra pediu a ajuda do CBH-
185 Paracatu e da CTOC pra poder fazer a subdivisão da DAC do Caatinga. **Adaiane**
186 **Souza** informou do Primeiro Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções nº 016/2018,
187 em que a SIAMIG firmou uma parceria com o governo do Estado onde parte dos im-
188 postos arrecadados pelo setor pode ser revestidos a diversas obras. **Adaiane**
189 informou ainda que o presidente da BEVAP se posicionou no interesse de transfor-
190 mar esse investimento para possíveis obras que possam beneficiar a qualidade e
191 quantidade de água. Em seguida **Adaiane** propôs a diretoria levar esse assunto para
192 Câmara Técnica de Planos e Projetos com intenção de propor ao governo do Estado
193 uma obra de utilidade pública para melhorar a qualidade da água do Rio Paracatu.
194 **Ivonete Antunes**, no uso da palavra, informou sobre a abertura do edital do Fundo
195 Nacional de Meio Ambiente/ Ministério de Meio Ambiente, trinta milhões de reais,
196 em que cada município brasileiro, contendo o plano de saneamento, pode pleitear de
197 um a cinco milhões de reais. **Antônio Eustáquio** sugeriu fazer um ofício conjunto
198 entre CBH-Paracatu e CBH-Urucuia pedindo apoio para o CBH-São Francisco para
199 ser entregue no XXI ENCOB. Finalizando, **Antônio Eustáquio** chamou **Thiago**



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2022

200 **Campos** a frente para receber o certificado de agradecimento pela apresentação. **12)**
201 **ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a serem tratados, **Antônio Eus-**
202 **táquio** declarou encerrada a reunião.

203

204

APROVAÇÃO DA ATA

205

206

207

Antônio Eustáquio Vieira

208

Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

209

210

211

Adson Roberto Ribeiro

212

Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018-2022

1 PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

2
3 Ata da 2ª reunião ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2018.

4
5 No dia 18 de dezembro de 2018, às 08h30min reuniu-se a plenária do Comitê da Bacia Hidro-
6 gráfica do Rio Paracatu, na Cáritas Diocesana de Paracatu, situada na Rua do Ávila nº 201 –
7 Bairro Centro em Paracatu-MG. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes
8 - **Poder Público Estadual: Lara Ferreira da Cunha Fonseca** (IGAM) – Titular, **Neivaldo**
9 **Luís Monteiro** (IEF) – Titular, **Carlos Henrique da Silva** (SEAPA) - Suplente, **Marisol**
10 **Tavares de Sousa** (SES) – Titular; **Representantes Poder Público Municipal: Ivonete An-**
11 **tunes Ferreira** (AMNOR) – Titular, **Sophia Lorena Pinto Vieira** (Prefeitura Municipal de
12 Patos de Minas) – Suplente, **Denys Herculano de Castro** (Prefeitura Municipal de Lagoa
13 Grande) – Titular, **Igor Pimentel Cruz** (Prefeitura Municipal de Paracatu) – Titular; **Repre-**
14 **sentantes de Usuários: Elenice Louback Barros** (COPASA) – Titular, **Lucélio de Melo**
15 **Marinho** (SAAE Buritizeiro) – Suplente, **Luiz Fernando de Oliveira Silva** (Votorantim Me-
16 tais Zinco S.A.) – Suplente, **Adaiane Pereira de Souza** (BEVAP) – Titular, **Renato Júnio**
17 **Constâncio** (CEMIG – CEB) – Suplente, **Adson Roberto Ribeiro** (IRRIGANOR) – Titular,
18 **Oswaldo Batista de Souza** (Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) – Titular. **Repre-**
19 **sentantes da Sociedade Civil: Ésio Mendes do Nascimento** (Cáritas Diocesana de Paracatu)
20 – Titular, **José Rodrigues de Oliveira** (AEAPA) – Titular, **Antônio Eustáquio Vieira** (MO-
21 VER) – Titular, **Tobias Tiago Pinto Vieira** (MOVER) – Suplente, **Geni Souza Oliveira**
22 (CEPASA) – Titular. **Convidados: Ana Luiza Taufer Caldas** (Cáritas), **Dênio Drummond**
23 **Procópio** (CEMIG – GT), **Cássio O. Martins**, **Douglas Fernandes** (Eco Cerrado), **Lucas**
24 **Martins Sathler Berbert** (IGAM), **Gustavo Castro Oliveira** (Kinross), **João Carlos C.**
25 **Borges** (Grupo New Vision) **Domingos Guimarães** (Nexa Resources), **Athaide Francisco**
26 **Peres Oliveira** (MPMG), **Fausto Ulhoa** (AEAPA). **Assuntos em Pauta: 1) EXECUÇÃO**
27 **DO HINO NACIONAL E DO HINO DE PARACATU:** Os participantes se posicionaram
28 e ouviram a execução do Hino de Paracatu e em seguida o Hino Nacional. **2) ABERTURA:**
29 O presidente **Antônio Eustáquio** declarou aberta a 2ª reunião ordinária da Plenária do CBH-
30 Paracatu. **3) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM: Adson Ribeiro** agradeceu a participação dos
31 conselheiros e convidados e fez a conferência e verificou que havia se atingido o “quórum”
32 mínimo, podendo iniciar a assembleia. Na oportunidade, agradece à Cáritas pela cessão do
33 espaço para a reunião. **4) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA**
34 **02/10/2018: Antônio Eustáquio** relata que a ata foi encaminhada via e-mail para todos os
35 conselheiros fazerem suas alterações. A ata foi aprovada pela plenária com duas abstenções
36 pelo **Carlos Henrique da Silva e Oswaldo Batista de Souza** e aprovação pelos demais con-
37 selheiros. **5) LEITURA DE CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS:**
38 **Adson Ribeiro** fez a leitura da correspondência do Ministério Público do Estado de Minas
39 Gerais reiterando o prazo para 90 dias após recebimento para envio de resposta ao Inquérito



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018-2022

40 Civil nº MPMG 0480.18.000782-9. Em seguida **Adson Ribeiro** leu o Ofício IGAM/DPLR
41 nº. 11/2018 sobre manifestação institucional sobre Ofício nº 38/2018 do CBH-Paracatu. **06)**
42 **APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DOS ENCAMINHAMENTO SUGERIDOS PELA**
43 **CTOC DECORRENTES DA ANÁLISE DOS PROCESSOS DE OUTORGA NO**
44 **SANTA ISABEL (PORTARIA Nº 02433/2018 E Nº 02576/2018): Tobias Vieira** fez apre-
45 sentação para pontuar sobre o que foi discutido na reunião da CTOC. Primeiramente, pontuou
46 sobre o inquérito civil MPMG 0480.18.000782-9 recebido no mesmo dia da reunião da CTOC
47 do dia 06 de novembro de 2018 informando que o posicionamento da CTOC é de que a res-
48 posta ao Inquérito fosse direcionada a dizer que o CBH-Paracatu não tem as informações
49 necessárias para se posicionar quanto a situação dos “Piscinões”. Na oportunidade, recomen-
50 dou que seja emitido ofício ao MPMG solicitando que toda solicitação do MPMG ao CBH
51 tenha prazo mínimo de 60 dias, para permitir o rito de discussão em câmara técnica (quando
52 aplicável) e na plenária do CBH para deliberação. A questão ficou para ser discutida mais
53 amplamente quando chegasse o ponto de pauta de resposta ao Inquérito Civil MPMG. Quanto
54 às Portarias de Outorga analisadas pela CTOC, ponto principal a ser discutido, manifestou que
55 trata-se de portarias recentes, publicadas em 2018, e que puderam ser analisadas após solici-
56 tação dos processos à SUPRAMNOR. Durante análise da portaria nº 02433/2018, **Tobias**
57 **Vieira** destacou e apresentou alguns itens na reunião da CTOC e mencionou novamente na
58 reunião do Comitê para conhecimento dos conselheiros onde foi identificado que em nenhum
59 momento no processo levou em consideração a deliberação normativa CERH nº 07/2002 que
60 diz que uma portaria de outorga localizada em um ponto que possa comprometer o abasteci-
61 mento público já existente deve ser considerada como de grande porte e assim deveria passar
62 pelo Comitê. Então diante todos os fatos apresentados, **Tobias Vieira** destacou que a CTOC
63 entendeu por unanimidade que o comitê deveria fazer um ofício direcionado ao Igam solici-
64 tando a revogação da portaria nº 02433. Passando para análise da portaria nº 02576/2018, à
65 jusante da captação da COPASA, **Tobias Vieira** expos que o processo não descumpria e nem
66 estava em desacordo com a legislação vigente, portanto não havia motivos para ser alvo de
67 revogação destacando que a CTOC entendeu por votação dividida que não deveria manifestar
68 quanto a revogação da portaria nº 02576. Após manifestação de alguns conselheiros, **Lara**
69 **Ferreira** lembra que o comitê não tem o poder de revogar portaria de outorga, mas de fazer a
70 solicitação ao órgão gestor e sugeriu assim, encaminhar o relatório da CTOC ao Igam solici-
71 tando a revisão do processo com via de revogação. Houve mais manifestações dos
72 conselheiros, todas corroborando com a necessidade de o comitê se manifestar e solicitar ao
73 Igam a revogação da portaria. Na oportunidade, **Neivaldo Luís** manifesta sobre a necessidade
74 de que as outorgas em área de supressão de vegetação não sejam concedidas sem antes o IEF
75 se se manifestar quanto à viabilidade ou não de haver supressão. Tem ocorrido muito isso e
76 **Antônio Eustáquio** sugeriu enviar ofício ao Igam falando que o processo deve ser revisto
77 pois foi analisado de maneira equivocada. **Adson Ribeiro** colocou em votação oficializar ao
78 Igam para que revise a portaria de outorga nº 02433/2018 porque não condiz com a DN CERH
79 nº 07/2002, enviando junto ao relatório da CTOC. Com 17 conselheiros com direto a voto, a



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018-2022

80 votação foi nominal e aberta, e foi aprovado o encaminhamento com 15 (quinze) votos a favor
81 e 02 (duas) abstenções (Lara - Igam, por se tratar da instituição a ser notificada; e Adaiane –
82 Bevap, por não ter participado das discussões). Com relação a portaria nº 02576/2018, corro-
83 borando com a manifestação da CTOC, foi aprovado por aclamação o Comitê não se
84 manifestar. **07) APROVAÇÃO DA RESPOSTA DA NOTIFICAÇÃO APRESENTADA**
85 **Nº 2005/2018/CRPUA E AO INQUÉRITO CIVIL Nº MPMG 0480.18.000782-9: Antônio**
86 **Eustáquio** leu a minuta de resposta a enviar ao Ministério Público a respeito do inquérito civil
87 referente aos “Piscinões”. Após a leitura da minuta, alguns conselheiros deram opiniões de
88 modificações da forma de resposta sendo aprovada a resposta com um voto contra do conse-
89 lheiro **Geni Souza**. **08) AVALIAÇÃO DOS COMITÊS 2018, CONFORME DN CERH**
90 **Nº 41/2012:** Em atendimento à exigências da DN 41/2012, o **O Secretário Adson Ribeiro e**
91 **a Secretária Adjunta Lara Fonseca** fizeram a apresentação e colocaram em discussão a
92 aprovação dos seguintes documentos: Calendário de Reuniões de 2019, Autoavaliação do Co-
93 mitê referente à 2018, Relatório de Atividades do Comitê referente à 2018, Plano de ações
94 estratégicas do Comitê para 2018, todos com minutas encaminhadas com antecedência à todos
95 os conselheiros, juntamente com a convocação e pauta da reunião. No que diz respeito ao
96 calendário de reuniões, ficou definido o calendário, sendo que o local será definido sempre na
97 reunião anterior, conforme manifestação de município/entidade anfitrião. No que diz respeito
98 ao relatório de atividades, sofreria ainda alterações até o final do ano, sendo ali apresentado
99 um escopo geral. No que diz respeito à autoavaliação, foi realizada durante a plenária, consi-
100 derando para cada item a maioria de votos. O CBH-Paracatu obteve a nota geral de 3,875
101 ficando como “BOM” no resultado final. Após discussão, todos os documentos foram apro-
102 vados por unanimidade dos conselheiros presentes. **09) ASSUNTOS GERAIS E**
103 **COMUNICADO DOS CONSELHEIROS: Renato Júnio** convidou os presentes para uma
104 reunião promovida pela CEMIG que aconteceu em Unaí no dia seguinte à reunião do CBH-
105 Paracatu, com intuito de passar informações para o público sobre os reservatórios da CEMIG
106 montante e jusante. **Ivonete Antunes** informou que o plano de saneamento básico dos muni-
107 cípios do Noroeste de Minas estão sendo finalizados e para que todos conselheiros
108 acompanhem isto em seus municípios. **Antônio Eustáquio** informou que na última reunião
109 do Conselho Estadual foi prorrogado o mandato dos conselheiros dos Comitês passando para
110 02 (dois) anos. Em seguida foi entregue o Certificado simbólico elaborado pela diretoria do
111 comitê, de Termo de Posse dos conselheiros da nova gestão. **13) ENCERRAMENTO:** Não
112 havendo outros assuntos a serem tratados, o Secretário Geral **Adson Ribeiro** declarou encer-
113 rada a sessão por volta das 12h, da qual foi lavrada a ata.

114

115

116

117

118

119

APROVAÇÃO DA ATA



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018-2022

120

Antônio Eustáquio Vieira

121

Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

122

123

124

Adson Roberto Ribeiro

125

Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

ANEXO B

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, no auditório do Hospital Santo Antônio, Rua Grão Mogol, 194, centro, Taiobeiras/MG, reuniu-se o plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais afluentes Mineiros do Rio Pardo para mais uma reunião. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **representantes do poder Público Estadual:** Sonia de Souza Lima - Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, Sebastião Cezar do Carmo – EMATER, Plínio IEF, Hoberdan Santos Dias – Polícia Militar do estado de Minas Gerais. **Representante do poder Público Municipal:** Elias Rodrigues Miranda Júnior e Joaquim Resena de Souza – Prefeitura Municipal de Curral de Dentro; Tamires Batista de Sousa e Vilson Ramos de Almeida – Prefeitura Municipal de Taiobeiras; Israelton Silveira de Moraes – prefeitura Municipal de Montezuma; Geraldo Sampaio de Araujo – Prefeitura municipal de Rio Pardo de Minas, **Prefeitura municipal de Vargem Grande do Rio Pardo.** **Representantes dos Usuários:** Múcio de Oliveira Souza e Claudio Yukio Tajima – Companhia Brasileira de Lítio- CBL, Robson Guedes Campos - COPASA; Aurélio de Oliveira - DUNORTE Florestal LTDA; **Representantes da sociedade Civil:** Marcelo Rossi Vicente - Instituto Federal do Norte de Minas-IFNMG, Geraldo Caldeira Barbosa - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras, Orlando Rocha do Egidio - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ninheira; Elmy Pereira Soares - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e agricultores Familiares do município de Rio Pardo de Minas, Wellington dos Santos Andrade - **Loja Maçônica Deus União e Fraternidade 142.** As nove horas deu se início a reunião, a presidenta Tamires Batista de Souza, dando boas vindas a todos os presentes, em seguida passou a palavra para o Sr. Hélio para ministrar uma palestra com o tema “Plantando água”, onde ele relata de forma sucinta as formas corretas de se preservar as nascentes e formas de plantios de modo que não faça erosão do solo usando a tecnologia existente. Em seguida convida a Sra. Emilia empresaria que está trabalhando com o PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural em alguns municípios do Alto Rio Pardo, que fala sobre as atividades que podem ser desenvolvidas no campo, tivemos realizando atividades ambiental, como palestras, recuperação de nascentes, é importante ressaltar que os frutos virão no futuro, devemos todos se organizar para que isso aconteça. O Sr. Danilo prefeito de Taiobeiras e presidente do COMAR, fala sobre o aterro sanitário que será implantando nos município, a ideia e montar um aterro para atender todos os municípios, relata as dificuldades que os índios da Bahia está tendo com a falta de água, apontamos alguns pontos para que a copasa faça investimentos e um deles é a barragem do Rio São Gonçalo que servirá para perenizar o rio e abastecer as cidades, coloca o consorcio a disposição de todos os conselheiros, fala que o município de Taiobeiras tem maquinários que podem ser utilizados na construção de bacias de contenção. O Sr. Plínio gestor do Parque Estadual de Serra Nova faz uma apresentação relatando de forma detalhada toda a situação do parque de Serra Nova, informa sobre criação de gado dentro do parque, fala que foi assinado um termo de ajustamento de conduta com os posseiros

criadores no gerais Santana, onde todo o gado que estava sendo criado dentro do parque foi retirado, trabalhamos com cercamento de nascentes, com prevenção de incêndios levamos a todas as comunidade no entorno a importância de preservação do parque, fazemos palestras educativas para as comunidades, estruturamos os locais de visitas nas cachoeiras onde o número de turistas aumentou bastante, em parceria com as associações vamos ter um site que terá várias informações sobre o parque para os turistas, em parceria com a GERDAU foi feito barraginhas e melhoramento do acesso ao parque, fala que o parque possui um conselho que ajuda na administração, fala que o parque foi criado para preservação da natureza e trazer renda aos municípios, fala sobre as bacias dos rios São Gonçalo e Rio Preto, convida a todos os conselheiros a conhecer o parque de Serra Nova, fala da importância de buscarmos parceiros para nos ajudar na administração do parque Estadual de Serra Nova, fala que seria interessante a criação do parque no Pau Darco para a preservação daquela região. Finalizando coloca à disposição de todos os presentes e visitantes. Tamires fala que a ideia é formalizar um documento juntamente com o COMAR, mas infelizmente os representantes do COMAR já saíram, apresentou o seu plano de trabalho para o comitê, relata os trabalhos que foram realizados em alguns municípios, com palestras, bacias de contenção e cercamento de nascentes, relata os parceiros que estarão envolvidos neste trabalho de preservação. A senhora Adriana presidente do conselho de meio ambiente de São João do Paraíso fala sobre a construção da Barragem do Pião em São João do Paraíso, esta barragem foi feita para perenizar o Rio de São João para chegar aos produtores de marmelo, mas no ano passado foi perdido a produção em mais de 70% da produção, e o seu uso está sendo desordenado, são produzidos 1 milhão e 800 mil litros por dia e saem 6 milhões de litros por dia na barragem de São João, são muitas irregularidades que vem acontecendo lá, lixo jogados nas nascentes, óleo sendo jogado e pisoteio nas nascentes, estamos fazendo o mapeamento das nascentes no entorno da barragem, fala da importância de juntar parceiros para a preservação, mas o trabalho de vazão, diagnósticos tem que ser realizados com pessoas técnicas para que surtam os efeitos necessários, se não fizermos esse estudo a conta não fecha, entendo que todos nós devemos nos envolver nesse trabalho atuando na conscientização, preservação e sensibilização da população. O Sr. Jean pede apoio do comitê para fiscalizar uma nascente que tem dentro da cidade de Berizal e está sendo utilizada de forma inadequada e precisamos de ajuda neste sentido. O Sr. Jaime secretario de desenvolvimento de Taiobeiras, fala sobre o programa LIDER do SEBRAE ,fala que conhece bem os municípios do Alto Rio Pardo, entendo que o foco é realmente esse, focar no Rio Pardo, criar políticas públicas, fazer um diagnóstico para que possamos entender o que está acontecendo com o Rio Pardo, formar comissão para ir nem busca desse recursos, o COMAR vai ter eleição, o que a gente tem proposto e feito como colaborador, é que o modelo de estrada seja feito da forma que foi colocado por Hêlvio, podemos utilizar modelo de estradas ecológicas, aqui em Taiobeiras temos parceria com a copasa projeto “pro mananciais” onde serão construídas 370 bacias de contenção, fala que EMBRAPA está em Taiobeiras para fazer pesquisa na área de gramíneas, foi pedido para que a EMBRAPA faça estudo na área de

fruticultura, barraginhas, fala que temos que pensar em médio e longo prazo para surgir efeitos, sugere que façamos uma comissão para ir buscar recursos no governo do estado. Sonia fala que realmente tem que ser dessa forma mesmo, sugere que sentamos com a secretaria do meio ambiente do estado, fala que ficou encantada com todas essas ações apresentadas, temos que buscar parceiros porque este é um projeto caro. Aurélio fala que este mapeamento é caro, em Montezuma são muitas nascentes, para preservar temos que conhecer. Hélvio sugere que cada município entre com um técnico para fazer um levantamento das nascentes. Plínio propõe fazermos fações locais, aliar com o CODEMA que tem recursos próprios e podem aplicar esses recursos em ações, o CODEMA foi criado para isso, reunir com a supram e solicitar do ministério público esses recursos sejam direcionados para esta região. Wellington sugere que seja feito parceria com a UFMG. Marcelo do IFMG fala que lá tem profissional que pode ajudar, fala que devemos cobrar dessas prefeituras para que contratem profissionais capacitados para nos ajudar na execução desses trabalhos. Robson sugere usar os colmeias que existem nos municípios para atuarem ajudando a realizar esse trabalho de mapeamento das nascentes. O Sr. Claudio Yukio Tajima sugere incluir o diagnostico dentro do colmeia de Divisa Alegre. Sonia fala sobre o projeto de expedição no Mucuri, acha muito interessante, devemos usar os tac's, podemos pedir em BH a promotoria de meio ambiente, SEMAD, IGAM, que podem indicar ou fazer o trabalho, estudar a melhor maneira. Tamires fala que cada um de nós temos que conversar com os prefeitos e sensibilizar da importância do CODEMA. O vereador Nem pilão fala que todos aqui está tendo uma boa vontade, conforme foi relatado por Hélvio onde cerca foi cortada, temos que fazer um trabalho maior de conscientização, solicitar dos comerciantes um outdoor informando a importância da preservação do meio ambiente, para colocar nas comunidades, acho que isso vai ajudar e será muito importante, e se coloca à disposição para o que precisar na medida do possível. O Sr. Geraldo presidente do STR de Taiobeiras fala que hoje precisamos fazer este investimento porque ninguém vive sem alimento e água, temos que fazer sim este trabalho de conscientização. Sonia leu uma mensagem da diretoria do sindsema em defesa do secretário estadual de meio ambiente. Tamires informa que a próxima reunião será dia 09 de abril de 2019 em Montezuma. Não havendo mais nada a tratar foi dado por encerrado a reunião e para constar foi lavrado a presente ata que após lida se aprovado será assinada. Taiobeiras, 19 de fevereiro de 2019.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES, REALIZADA NO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2019.

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, no auditório do Hospital Santo Antônio, Rua Grão Mogol, 194, centro, Taiobeiras/MG, reuniu-se o plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais afluentes Mineiros do Rio Pardo para mais uma reunião. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **representantes do poder Público Estadual:** Sonia de Souza Lima - Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, Sebastião Cezar do Carmo – EMATER, Plínio IEF, Hoberdan Santos Dias – Polícia Militar do estado de Minas Gerais. **Representante do poder Público Municipal:** Elias Rodrigues Miranda Júnior e Joaquim Resena de Souza – Prefeitura Municipal de Curral de Dentro; Tamires Batista de Sousa e Vilson Ramos de Almeida – Prefeitura Municipal de Taiobeiras; Israelton Silveira de Moraes – prefeitura Municipal de Montezuma; Geraldo Sampaio de Araujo – Prefeitura municipal de Rio Pardo de Minas, **Prefeitura municipal de Vargem Grande do Rio Pardo.** **Representantes dos Usuários:** Múcio de Oliveira Souza e Claudio Yukio Tajima – Companhia Brasileira de Lítio- CBL, Robson Guedes Campos - COPASA; Aurélio de Oliveira - DUNORTE Florestal LTDA; **Representantes da sociedade Civil:** Marcelo Rossi Vicente - Instituto Federal do Norte de Minas-IFNMG, Geraldo Caldeira Barbosa - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Taiobeiras, Orlando Rocha do Egidio - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ninheira; Elmy Pereira Soares - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Assalariados e agricultores Familiares do município de Rio Pardo de Minas, Wellington dos Santos Andrade - **Loja Maçônica Deus União e Fraternidade 142.** As nove horas deu se início a reunião, a presidenta Tamires Batista de Souza, dando boas vindas a todos os presentes, em seguida passou a palavra para o Sr. Hélio para ministrar uma palestra com o tema “Plantando água”, onde ele relata de forma sucinta as formas corretas de se preservar as nascentes e formas de plantios de modo que não faça erosão do solo usando a tecnologia existente. Em seguida convida a Sra. Emilia empresaria que está trabalhando com o PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural em alguns municípios do Alto Rio Pardo, que fala sobre as atividades que podem ser desenvolvidas no campo, tivemos realizando atividades ambiental, como palestras, recuperação de nascentes, é importante ressaltar que os frutos virão no futuro, devemos todos se organizar para que isso aconteça. O Sr. Danilo prefeito de Taiobeiras e presidente do COMAR, fala sobre o aterro sanitário que será implantando nos município, a ideia e montar um aterro para atender todos os municípios, relata as dificuldades que os índios da Bahia está tendo com a falta de água, apontamos alguns pontos para que a copasa faça investimentos e um deles é a barragem do Rio São Gonçalo que servirá para perenizar o rio e abastecer as cidades, coloca o consorcio a disposição de todos os conselheiros, fala que o município de Taiobeiras tem maquinários que podem ser utilizados na construção de bacias de contenção. O Sr. Plínio gestor do Parque Estadual de Serra Nova faz uma apresentação relatando de forma detalhada toda a situação do parque de Serra Nova, informa sobre criação de gado dentro do parque, fala que foi assinado um termo de ajustamento de conduta com os posseiros

criadores no gerais Santana, onde todo o gado que estava sendo criado dentro do parque foi retirado, trabalhamos com cercamento de nascentes, com prevenção de incêndios levamos a todas as comunidade no entorno a importância de preservação do parque, fazemos palestras educativas para as comunidades, estruturamos os locais de visitas nas cachoeiras onde o número de turistas aumentou bastante, em parceria com as associações vamos ter um site que terá várias informações sobre o parque para os turistas, em parceria com a GERDAU foi feito barraginhas e melhoramento do acesso ao parque, fala que o parque possui um conselho que ajuda na administração, fala que o parque foi criado para preservação da natureza e trazer renda aos municípios, fala sobre as bacias dos rios São Gonçalo e Rio Preto, convida a todos os conselheiros a conhecer o parque de Serra Nova, fala da importância de buscarmos parceiros para nos ajudar na administração do parque Estadual de Serra Nova, fala que seria interessante a criação do parque no Pau Darco para a preservação daquela região. Finalizando coloca à disposição de todos os presentes e visitantes. Tamires fala que a ideia é formalizar um documento juntamente com o COMAR, mas infelizmente os representantes do COMAR já saíram, apresentou o seu plano de trabalho para o comitê, relata os trabalhos que foram realizados em alguns municípios, com palestras, bacias de contenção e cercamento de nascentes, relata os parceiros que estarão envolvidos neste trabalho de preservação. A senhora Adriana presidente do conselho de meio ambiente de São João do Paraíso fala sobre a construção da Barragem do Pião em São João do Paraíso, esta barragem foi feita para perenizar o Rio de São João para chegar aos produtores de marmelo, mas no ano passado foi perdido a produção em mais de 70% da produção, e o seu uso está sendo desordenado, são produzidos 1 milhão e 800 mil litros por dia e saem 6 milhões de litros por dia na barragem de São João, são muitas irregularidades que vem acontecendo lá, lixo jogados nas nascentes, óleo sendo jogado e pisoteio nas nascentes, estamos fazendo o mapeamento das nascentes no entorno da barragem, fala da importância de juntar parceiros para a preservação, mas o trabalho de vazão, diagnósticos tem que ser realizados com pessoas técnicas para que surtam os efeitos necessários, se não fizermos esse estudo a conta não fecha, entendo que todos nós devemos nos envolver nesse trabalho atuando na conscientização, preservação e sensibilização da população. O Sr. Jean pede apoio do comitê para fiscalizar uma nascente que tem dentro da cidade de Berizal e está sendo utilizada de forma inadequada e precisamos de ajuda neste sentido. O Sr. Jaime secretario de desenvolvimento de Taiobeiras, fala sobre o programa LIDER do SEBRAE ,fala que conhece bem os municípios do Alto Rio Pardo, entendo que o foco é realmente esse, focar no Rio Pardo, criar políticas públicas, fazer um diagnóstico para que possamos entender o que está acontecendo com o Rio Pardo, formar comissão para ir nem busca desse recursos, o COMAR vai ter eleição, o que a gente tem proposto e feito como colaborador, é que o modelo de estrada seja feito da forma que foi colocado por Hélivio, podemos utilizar modelo de estradas ecológicas, aqui em Taiobeiras temos parceria com a copasa projeto “pro mananciais” onde serão construídas 370 bacias de contenção, fala que EMBRAPA está em Taiobeiras para fazer pesquisa na área de gramíneas, foi pedido para que a EMBRAPA faça estudo na área de

fruticultura, barraginhas, fala que temos que pensar em médio e longo prazo para surgir efeitos, sugere que façamos uma comissão para ir buscar recursos no governo do estado. Sonia fala que realmente tem que ser dessa forma mesmo, sugere que sentamos com a secretaria do meio ambiente do estado, fala que ficou encantada com todas essas ações apresentadas, temos que buscar parceiros porque este é um projeto caro. Aurélio fala que este mapeamento é caro, em Montezuma são muitas nascentes, para preservar temos que conhecer. Hélvio sugere que cada município entre com um técnico para fazer um levantamento das nascentes. Plínio propõe fazermos fações locais, aliar com o CODEMA que tem recursos próprios e podem aplicar esses recursos em ações, o CODEMA foi criado para isso, reunir com a supram e solicitar do ministério público esses recursos sejam direcionados para esta região. Wellington sugere que seja feito parceria com a UFMG. Marcelo do IFMG fala que lá tem profissional que pode ajudar, fala que devemos cobrar dessas prefeituras para que contratem profissionais capacitados para nos ajudar na execução desses trabalhos. Robson sugere usar os colmeias que existem nos municípios para atuarem ajudando a realizar esse trabalho de mapeamento das nascentes. O Sr. Claudio Yukio Tajima sugere incluir o diagnostico dentro do colmeia de Divisa Alegre. Sonia fala sobre o projeto de expedição no Mucuri, acha muito interessante, devemos usar os tac's, podemos pedir em BH a promotoria de meio ambiente, SEMAD, IGAM, que podem indicar ou fazer o trabalho, estudar a melhor maneira. Tamires fala que cada um de nós temos que conversar com os prefeitos e sensibilizar da importância do CODEMA. O vereador Nem pilão fala que todos aqui está tendo uma boa vontade, conforme foi relatado por Hélvio onde cerca foi cortada, temos que fazer um trabalho maior de conscientização, solicitar dos comerciantes um outdoor informando a importância da preservação do meio ambiente, para colocar nas comunidades, acho que isso vai ajudar e será muito importante, e se coloca à disposição para o que precisar na medida do possível. O Sr. Geraldo presidente do STR de Taiobeiras fala que hoje precisamos fazer este investimento porque ninguém vive sem alimento e água, temos que fazer sim este trabalho de conscientização. Sonia leu uma mensagem da diretoria do sindsema em defesa do secretário estadual de meio ambiente. Tamires informa que a próxima reunião será dia 09 de abril de 2019 em Montezuma. Não havendo mais nada a tratar foi dado por encerrado a reunião e para constar foi lavrado a presente ata que após lida se aprovado será assinada. Taiobeiras, 19 de fevereiro de 2019.

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES MINEIROS DO RIO PARDO- CBH MOSQUITO/PARDO, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2018.

Aos nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, as nove horas, no salão de eventos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pardo de Minas - MG, situado na Praça, João da Silva Mendes, 430, Centro, Rio Pardo de Minas –MG, reuniram –se os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais afluentes mineiros do rio Pardo – CBH Mosquito/Pardo para mais uma reunião. A presidenta do Comitê, começou os trabalhos com a apresentação dos membros e lembrando que alguns deles não estiveram presentes na cerimônia de posse e por isso nem todos se conheciam ainda. Falou também sobre a importância do quórum nas reuniões para deliberação de pauta. Se não tem quórum não tem como deliberar. Em seguida, passou-se para os trabalhos do dia. A palavra foi passada para Moisés Dias de Oliveira, que apresentou trabalhos de iniciativa comunitária de proteção e restauração de nascentes no município de Rio Pardo de Minas. Moisés apresenta quatro casos de comunidades tradicionais geraizeiras que lutam pela preservação das cabeceiras. O primeiro caso apresentado foi da comunidade geraizeira de Vereda Funda, com a ação do PAE Veredas Vivas, mostrando o redesenho do uso e ocupação das chapadas, priorizando os cursos de água; no segundo caso, foi apresentada a experiência da comunidade Geraizeira de Moreira. “As áreas de recargas são como as cabeceiras e são essenciais para a permanência dos rios e córregos”. As ações desenvolvidas pela comunidade são o cercamento de nascentes, limpeza do olho d’água e bacias de contenção. No terceiro caso foi apresentada a experiência da comunidade geraizeira de Raiz que a muito tempo procura proteger suas nascentes das erosões e degradação. O quarto caso foi a Comunidade geraizeira de água boa II a qual tem uma grande iniciativa de luta em defesa das áreas de recarga e cabeceiras. Tem-se o enfrentamento de empresários que exploram as chapadas e cabeceiras. Foi apresentado ainda o caso da comunidade geraizeira de Sobrado que também tem uma trajetória em defesa das cabeceiras, declarando a área de recarga como reserva ambiental e realiza ações de educação ambiental com as crianças. Moisés finaliza falando da necessidade de se fazer uma leitura completa do ambiente, não só da água e da vegetação, mas também das pessoas que ali moram. Foi perguntado se todos os córregos deságuam no Rio Pardo. Foi respondido que sim, mas atualmente não são mais perenes e que a ideia é revitalizar esses córregos para que lês voltem a correr. Nesse sentido, o Senhor Mauro do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO Relata o desafio das comunidades de viver e produzir diante do problema da escassez hídrica. Fala que a prioridade é alimentar as comunidades as quais sofrem com a falta de água e que o segundo passo é ter excedente para as famílias produzirem e que tem se investido muito em sistemas agroflorestais nas comunidades para ajudar no processo. Nesse sentido, Moisés relata que tem aprendido muito com as comunidades rurais e defende que falar em discurso científico sem envolver as comunidades com seus conhecimentos próprios, é falar no vazio. Temos que somar nossos conhecimentos. Foi falado também que a Embrapa em parceria com outras entidades tem desenvolvido alguns projetos com essas comunidades dentro do projeto Bemdiverso. Moisés lembra que essas comunidades realizam seus trabalhos através de mutirões, ou seja, são trabalhos coletivos, e defende que é preciso fazer uma construção coletiva. Ivanete, fala sobre o caso de sua

comunidade, e diz que deve ser incluído nos debates. Fala que precisa de apoio. Já conseguiu alguns avanços, mas precisa de mais apoio. Moisés responde que o sindicato tem apenas um técnico para fazer todo o serviço e não tem como abraçar todos os casos. Elmy completa que o sindicato tem priorizado as demandas coletivas que vem demandando do Sindicato. Sônia fala sobre a função do Comitê que envolve também a mediação de conflitos e pergunta o que o Comitê pode fazer nesse caso. Nesse sentido, foi encaminhado que seria formado uma comissão composta por Elmy, Tamires e Ivonete para visitar a área, e ver o que deve ser feito. Passou-se para o segundo ponto da pauta. A Senhora Adriana, representante da COPASA, apresentou o projeto Pro-Mananciais explanando sobre os objetivos, princípios, contexto e ética do mesmo. Explica que o principal objetivo do programa é a proteção das bacias e será feito em etapas. Fala ainda que é um programa de parcerias e de responsabilidade compartilhada; para o programa vim para o município é preciso a aceitação do gestor público. É um trabalho contínuo que exige acompanhamento e monitoramento. Atualmente está sendo executado na comunidade rural de Moreira em Rio pardo de Minas. Robson fala sobre o COLMEIA que é quem define a aplicação dos recursos, a COPASA apenas articula. Começamos com poucos municípios pois não adianta querer abraçar o mundo sem ter condições. Aurélio fala que o COLMEIA foi criado por força de Lei, A COPASA é agência reguladora e pergunta quanto a empresa tem por obrigação aplicar no programa. Foi respondido que a empresa é obrigada a investir 0,5% (meio por cento) do seu faturamento bruto. Em seguida, houve muita discussão acerca do programa e de outros programas sociais e chegou-se ao consenso de que o programa é bom mas deveria ter chegado a mais tempo. A lei existe desde 1997 mas até agora não tinha sido cumprida. Mauro do ICMBIO relata a situação de vargem grande do Rio Pardo, uma cidade abastecida por carro pipa e onde 10% da água dessa cidade é usada em apenas um empreendimento. Foi respondido que se trata de uso insignificante. Sônia fala que esses assuntos devem ser discutidos em um momento a parte com o comitê. Adriana continua a apresentação falando sobre o cercamento das nascentes na comunidade Moreira em Rio Pardo, e sobre o replantio de mudas nos municípios envolvidos no programa e informa que será investido um valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) em cada Colmeia. Fala também sobre o programa Chuá Socioambiental que é voltado para a conscientização de crianças e tem várias etapas. Foi perguntado quem regula o dinheiro, se tem um portal de transparência. Foi respondido que o dinheiro vai para uma conta específica, e que o valor que não for usado volta para a conta do consumidor. Reafirma que tem que ser investido 0,5% (meio por cento) do faturamento bruto da empresa referente ao exercício anterior. Explica que a empresa é controlada e fiscalizada pela SAE e que são feitos relatórios bimestrais e repassados a SAE. Fala que é um cardápio engessado e só pode desenvolver as ações que estão dentro dele. Adriana volta a falar sobre os COLMEIA's citando aqueles que atuam nos municípios de Rio Pardo de Minas, Divisa Alegre, Indaiabira, Salinas, São João do Paraíso, Taiobeiras, vargem Grande do Rio Pardo. Foi proposto que esses conselhos deveriam ter representantes no COMITÉ. A proposta foi colocada em votação e aprovada por todos os presentes. Em seguida Robson fala sobre os serviços da COPASA e faz um breve histórico da bacia do Rio Pardo. Fala sobre as residências onde a rede de esgoto passa na porta, mas os usuários não fazem a ligação na rede. Além disso, muitos usuários fazem

ligações ilegais jogando as águas pluviais diretamente na rede de esgoto e essa pratica arrebatam com as estações de tratamento. Fala que outro problema que também detonam com as Estações de tratamento são os esgotos brutos de provenientes de indústrias como postos de gasolina, matadouros entre outras. Explica que toda indústria tem que ter uma pré-estação de tratamento antes de cair na rede de esgoto. A estação está preparada para receber e tratar todo o esgoto do município, porém a maioria absoluta das residências não estão ligadas na rede. A Copasa está notificando os moradores para fazer a ligação, caso contrário o município vai acionar o ministério público para obrigá-los a fazer esse serviço. No caso da água pluvial, o caso é bastante sério pois nos períodos de chuva, a estação não dá conta e a água acaba voltando para o rio. Continuando as discussões, a presidente do comitê sugere mudanças no regimento do comitê. Entre as propostas está a mudança de sede do comitê, a sede seria na cidade onde reside o presidente. Os representantes concordam em mandar a consulta para a direção geral, que solicita a avaliação jurídica, depois deve ser votado por 2/3 dos conselheiros. A direção também informou a COPASA sobre alguns problemas. Foi falado sobre o estudo hidrológico na barragem do rio São Gonçalo. Desassoreamento de barramento em Taiobeiras dois pontos, divisa Alegre, Águas Vermelha, Itamrati, Cristalia, virgem da lapa e Berizal em processo de licitação. Aurélio faz uma solicitação de interrupção de captação de água na barragem de Samambaia para evitar a mortandade de peixes. Houve informações que há outros problemas de reabastecimento a montante da barragem em questão, em função de barragens irregulares. São em torno de 40 represas, 20% irregular, destas 80% estão secas. Muitos postos artesianos, 80% irregulares, 90% de uso insignificante. Foi solicitado ainda que o Comitê deve enviar urgente para a diretora geral do IGAN, os dados do reservatório, a captação atual, volume atual e o volume total. Cobrar retorno urgente e em seguida o órgão deverá fazer contato com a COPASA. Foi definido que será realizado uma expedição no dia 16 de outubro de 2018, com presença de Aurélio, COPASA, Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas, policia Ambiental e CBL. Foi observado que será convidado representantes de Divisa Alegre, Curral de Dentro, CODEMA. Fazer um relatório considerando o histórico e a realidade atual da represa. Os carros serão disponibilizados pela COPASA. Foi decidido que o Comitê convide a ANA para participar de uma reunião prevista para o primeiro trimestre de 2019. Também foi votado encaminhamento de Consulta ao jurídico do IGAM/NM. Finalizando, foi marcada a próxima reunião do Comitê para o dia 04 de dezembro de 2018, em Águas Vermelhas cujo assunto principal será a apresentação do relatório da expedição.



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES MINEIROS DO RIO PARDO

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
2 RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES, REALIZADA NO DIA 18 DE
3 SETEMBRO DE 2020.

4
5 Em dezoito dias do mês de setembro de 2020, às 09 horas, reuniu-se o Plenário do
6 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais Afluentes Mineiros do Rio
7 Pardo pela plataforma <https://meet.google.com/rsf-gaty-gjs>. Compareceram e os
8 seguintes conselheiros titulares e suplentes: Representantes do poder público
9 estadual: Rafael Alexandre Sá (Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam);
10 Walison Christie Alves Gomes (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do
11 Estado de Minas Gerais); Grazielly dos Santos Costa (Instituto Estadual de Florestas
12 – IEF), Braulio Marcone de Castro (Polícia Civil de Minas Gerais), Julio Gabriel
13 Horácio Lara Cabezas (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
14 Abastecimento – SEAPA) Representantes do poder público municipal: Israelton
15 Silveira de Moraes T (Prefeitura Municipal de Montezuma); Higor Milian Mendes Dias
16 (Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas); Jean Barcello Xavier (Prefeitura
17 Municipal de Berizal); Tamires Batista de Sousa (Prefeitura Municipal de Taiobeiras);
18 Zielson Almeida Santos (Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas); Genival
19 Machado Coelho (Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas). Representantes
20 dos usuários de recursos hídricos: Múcio de Oliveira Souza T (Companhia Brasileira
21 de Lítio – CBL); Edilson Bandeira Lucas (Companhia de Saneamento de Minas
22 Gerais – Copasa); Aurélio de Oliveira T (DUNORTE Florestal LTDA), Alisson Rocha
23 Mendes (Mineração Granduale Ltda.); Adriano Mendes Silva S (Modelo
24 Empreendimentos e Serviços Agropecuários). Representantes de entidades da
25 sociedade civil organizada: Marcelo Rossi Vicente (Instituto Federal do Norte de
26 Minas - IFNMG); Alzira Maria de Jesus T (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
27 Cural de Dentro); Idaíva Maria de Jesus S (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de
28 Águas Vermelhas); José Maria Ferreira dos Santos (Sindicato dos Trabalhadores
29 Rurais Assalariados e Agricultura familiares de Rio Pardo); Jones Paulo Nascimento
30 T (Loja Maçônica Deus, União e Fraternidade 142). Assuntos em Pauta: 1)
31 APRESENTAÇÃO DA CHAPA INSCRITA E ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA –
32 GESTÃO 2020-2022: A chapa inscrita para eleição da nova diretoria foi
33 convidada para se apresentar. Conforme apresentação, foram denominadas “chapa
34 2”: Presidente Tamires Batista de Sousa (Poder Público Municipal Taiobeiras), Vice-
35 presidente Marcelo Rossi Vicente (Instituto Federal do Norte de Minas - IFNMG),
36 Secretária Grazielly dos Santos Costa (Instituto Estadual de Florestas – IEF),
37 Secretário Adjunto Múcio de Oliveira Souza T (Companhia Brasileira de Lítio – CBL).
38 A candidata a presidenta da “chapa 1”, Tamires Batista, iniciou apresentação falou
39 da preocupação em atuar alinhada com o Plano Diretor do comitê, bem como
40 trabalhar em unidos. Após apresentação, Tamires explicou que seria dado início à
41 eleição de diretoria, destacando que os votos deveriam ser abertos e nominais, que
42 seriam chamados pelo nome e instituição para manifestação, os titulares presentes
43 ou os suplentes no exercício de titularidade, e que seriam chamados pela ordem



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES MINEIROS DO RIO PARDO

44 constante. Encerradas as votações, após manifestação de todos os
45 presentes, a chapa 1 foi eleita por unanimidade.5) Apresentação do Procomitês pelo
46 IGAM: O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição
47 que lhe confere o inciso VII do art. 90 da Constituição do Estado e tendo em vista o
48 disposto na Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, na Lei nº 13.199, de 29
49 de janeiro de 1999, no Decreto nº 41.578, de 8 de março de 2001, e na Resolução
50 da Agência Nacional de Águas nº 1.190, de 3 de outubro de 2016, DECRETA: Art.
51 1º – O Estado de Minas Gerais adere ao Programa Nacional de Fortalecimento dos
52 Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, nos termos estabelecidos pela
53 Resolução da Agência Nacional de Águas nº 1.190, de 3 de outubro de 2016.
54 Parágrafo único – O Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, entidade
55 integrante do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH
56 e responsável pelo apoio aos comitês de bacias hidrográficas no Estado, coordenará
57 as ações do Poder Executivo inerentes à implementação do PROCOMITÊS. Art. 2º
58 – A implementação do PROCOMITÊS no Estado observará os indicadores e metas
59 acordados com a União, por intermédio da Agência Nacional de Águas, com as
60 representações dos comitês de bacias hidrográficas aderentes ao PROCOMITÊS e
61 aprovadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG. Parágrafo
62 único – Os programas estaduais deverão ser executados de maneira a oportunizar
63 o cumprimento das metas do PROCOMITÊS. 7) ENCERRAMENTO: Não havendo
64 outros assuntos a serem tratados, foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
65 ata.

APROVAÇÃO DA ATA EM XXX (INSERIR DATA DA APROVAÇÃO)

66
67
68
69
70
71 Sra. Tamires Batista de Sousa
72 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais Afluentes
73 Mineiros do Rio Pardo.

74
75
76
77 Sr.Elmy Pereira Soares
78 Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e demais Afluentes
79 Mineiros do Rio Pardo.